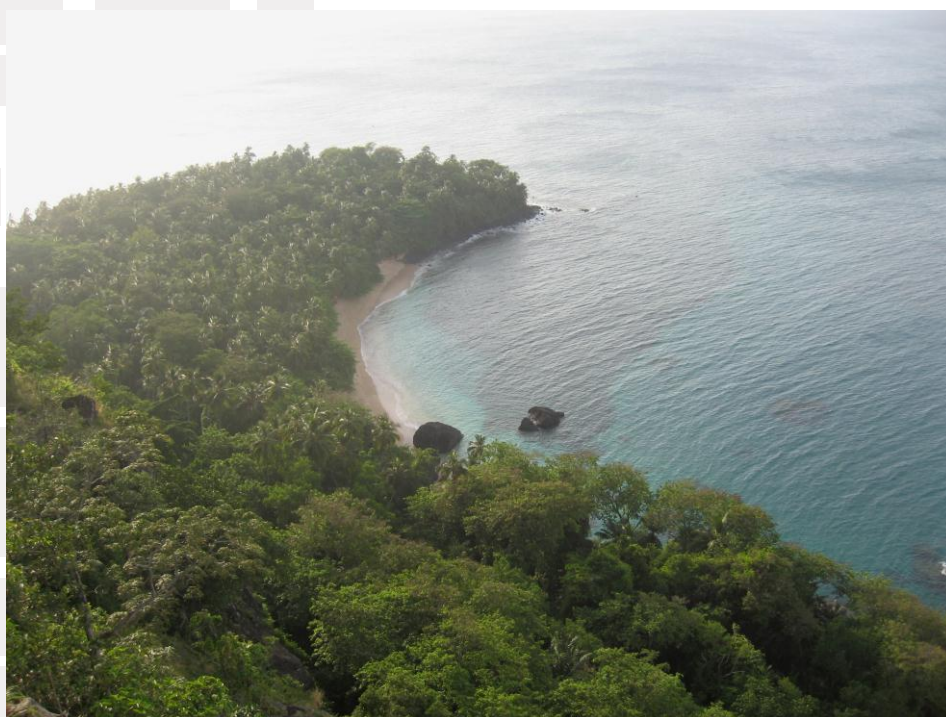




COOPERAÇÃO
PORTUGUESA

IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

**AVALIAÇÃO
DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO
PORTUGAL – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
(2008-2011)**



Equipa de Avaliação:

Maria Manuela Afonso (IPAD/GAAI) (Coordenação)

Maria João Robalo (IPAD/GAAI)

Mário Ribeiro (IPAD/GAAI)

Outubro 2011



Agradecimento

Os autores agradecem a todos os interlocutores, são-tomenses e portugueses, envolvidos no processo de avaliação em todas as suas fases, o contributo dado, sem o qual a realização deste trabalho não teria sido possível. O clima de diálogo, abertura e disponibilidade foram aspectos determinantes para a sua concretização.

A equipa de avaliação agradece igualmente aos serviços da Embaixada de Portugal em São Tomé o valioso apoio dado aquando da deslocação a S. Tomé e Príncipe.

O conteúdo, análises, conclusões e recomendações expressos neste documento são da inteira responsabilidade da equipa de avaliação e não traduzem necessariamente a posição do IPAD.

ÍNDICE

Acrónimos.....	iv
Sumário Executivo.....	v
1. Introdução	1
2. Objectivos e Metodologia.....	2
3. Contexto	2
3.1. Contexto Nacional.....	3
3.2. O papel da Ajuda ao Desenvolvimento	6
4. A Ajuda Portuguesa.....	10
4.1. Evolução da Ajuda	10
4.2. O Programa Indicativo de Cooperação	11
5. Implementação, Gestão e Acompanhamento do Programa	13
5.1. Implementação	13
5.2. Modelo de Gestão e Acompanhamento	16
6. Questões da Avaliação.....	18
7. Conclusões e Recomendações	46
7.1. Conclusões	46
7.2. Recomendações	49
Anexos.....	52
Anexo 1 – Termos de Referência.....	52
Anexo 2 – Contactos realizados e guião das entrevistas	57
Anexo 3 – Nível de implementação das recomendações da avaliação anterior	65
Anexo 4 – Indicadores de progresso da implementação da Declaração de Paris	67
Anexo 5 – APD, por Eixo e área de intervenção (2008-2010)	69
Anexo 6 – Execução Financeira, por Eixo e área de intervenção - 2008-2010.....	69
Anexo 7 – Comparação Execução APD versus Mapa de Acompanhamento do PIC – 2008-2010.....	76
Bibliografia.....	81

Acrónimos

ACE – Acordo de Cooperação Económica
AID – Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) do Banco Mundial
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAfD – Banco Africano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CE – Comissão Europeia
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSPQ – Curso Secundário Profissionalmente Qualificante
CTM – Cooperação Técnico-Militar
CTP – Cooperação Técnico-Policial
DPP – Divisão de Planeamento e Programação do IPAD
ENRP – Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
FMI – Fundo Monetário Internacional
GAAI – Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna
HIV – Vírus da Imunodeficiência Adquirida
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flor
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
M€ – Milhões de Euros
MAI – Ministério da Administração Interna
MCC – Millennium Challenge Corporation
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MSSS – Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
MUSD – Milhões de Dólares Norte-americanos
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONGD – Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento
PAC – Programa Anual de Cooperação
PAES – Programa de Apoio ao Ensino Secundário
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIC – Programa Indicativo de Cooperação
PICATFin – Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PMA – Países Menos Avançados
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
TdR – Termos de Referência
UCA – Unidade de Coordenação da Ajuda
UE – União Europeia
USD – Dólares Norte-americanos

Sumário Executivo

A cooperação com S. Tomé e Príncipe, no quadriénio 2008-2011, teve lugar num contexto difícil e complexo, de crise internacional. O país, porém, prosseguiu os seus esforços no sentido do ajustamento macroeconómico e das reformas estruturais. Estes esforços permitiram a celebração de um novo programa apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) cuja primeira avaliação intercalar, concluída em Fevereiro de 2010, foi positiva.

Neste contexto de reformas, merece destaque a entrada em vigor, no início de 2010, do novo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, para cuja sustentação as autoridades santomenses contam com o Acordo de Cooperação Económica (ACE), celebrado, em 2009, entre Portugal e S. Tomé e Príncipe.

A presente avaliação tem como objecto as intervenções de desenvolvimento enquadradas no Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2008-2011. Tendo em consideração a estratégia de desenvolvimento definida por S. Tomé e Príncipe, através do documento *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza* (ENRP), e os princípios e linhas de acção da Cooperação Portuguesa, foram identificados como eixos principais de intervenção:

- (i) Boa Governança, Participação e Democracia;
- (ii) Desenvolvimento Sustentável e a Luta contra a Pobreza.

A avaliação tem lugar no último ano de vigência do PIC e centra a sua análise fundamentalmente nas intervenções nas áreas da Educação e Saúde, por serem áreas prioritárias da ajuda portuguesa. Elas constituem estrategicamente o “núcleo duro” da cooperação e são também consideradas prioritárias por S. Tomé e Príncipe na sua ENRP. A avaliação fará ainda uma apreciação das áreas de intervenção do eixo da Boa Governança, nomeadamente Defesa, Segurança Interna e Finanças Públicas.

Esta avaliação, no percurso, pretendeu ser um exercício conjunto com S. Tomé e Príncipe. Contudo, vicissitudes várias levaram a que a responsabilidade pela

elaboração do presente relatório fosse da responsabilidade do GAAI, apesar do envolvimento das autoridades santomenses quer na definição dos TdR, quer na fase de deslocação ao terreno, tendo participado em todas as reuniões de trabalho.

Conclusões

- S. Tomé e Príncipe é um país muito dependente da ajuda externa, com fragilidades a diversos níveis. O número de doadores é reduzido sendo Portugal, desde sempre, um dos principais doadores.
- A Cooperação Portuguesa registou, no quadro do actual PIC (2008-2011) progressos em matéria de previsibilidade da ajuda, de alinhamento com as prioridades e necessidades de S. Tomé e Príncipe, tal como definidas na Estratégia de Redução da Pobreza, ainda que o seu horizonte temporal seja mais amplo (até 2015). Foram igualmente feitos progressos na concentração da ajuda, centrando a atenção nas áreas em que Portugal tem reconhecidas mais-valias (capacitação institucional, educação e saúde) relativamente a outros doadores. A Cooperação Portuguesa terá, também, contribuído globalmente para os progressos alcançados por S. Tomé e Príncipe ao nível macroeconómico, como reconhecido pelo FMI na sua avaliação de 2010, e ao nível dos ODM.
- A forte dependência da ajuda e a fragilidade institucional colocam problemas ao nível da apropriação e sustentabilidade o que se traduz na necessidade de uma parceria de longo prazo e em que o apoio deve ser equacionado de forma integrada, nomeadamente ao nível do desenvolvimento das capacidades.
- A elaboração do PIC bem como a responsabilidade pela gestão e acompanhamento da sua implementação é da responsabilidade do IPAD, tendo por base um processo de consulta dos diversos actores e parceiros da cooperação. Em matéria de programação foram feitos alguns progressos relativamente ao PIC anterior,

nomeadamente um esforço claro de concentração da ajuda em sectores e áreas onde a Cooperação Portuguesa tem mais valias relativamente a outros doadores.

- A inclusão de indicadores globais e sectoriais no documento do PIC é outro progresso a registar. Contudo, estes indicadores revelaram-se de reduzida utilidade numa óptica da gestão centrada nos resultados. Foram, também, feitos progressos ao nível dos instrumentos de gestão mas o acompanhamento da implementação do PIC foi eminentemente financeiro, sendo a falta de informação mais evidente nos projectos que não têm financiamento do IPAD.
- A abordagem dominante na implementação do PIC continuou centrada na ajuda projecto, ainda que tenham sido tentadas, de forma muito tímida, algumas abordagens inovadoras como é o caso da abordagem bi-multi.
- O Acordo de Cooperação Económica foi um instrumento adoptado recentemente que produziu já alguns resultados positivos, visíveis ao nível macroeconómico.
- A maioria das intervenções implementadas correspondeu ao inicialmente acordado no quadro do PIC. Contudo, algumas das actividades previstas não se concretizaram, não apenas pelas restrições orçamentais da Cooperação Portuguesa mas, também, pela indefinição da parte santomense e morosidade na resposta, o que inviabilizou a melhoria de indicadores e resultados em alguns sectores, como é o caso do da **Justiça**.
- Em termos globais a **execução do PIC** situou-se acima dos 100% para o período 2008-2010. Esta sobre-execução deve-se à linha de crédito. Se a excluirmos, a média de execução anual, entre 2008 e 2010 situa-se acima dos 90%.
- No Eixo I – **Boa Governação, Participação e Democracia**, pode afirmar-se que foram alcançados resultados ao nível do desenvolvimento das capacidades humanas e institucionais, nomeadamente nas áreas da **Defesa, Segurança Interna e**

Finanças Públicas. Nestas áreas o principal constrangimento identificado diz respeito à ausência de alojamento para os agentes portugueses, constrangimento que é recorrente noutras intervenções, como é o caso da saúde e da educação.

- No Eixo II – **Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza**, a cooperação centrou-se nos sectores da saúde e educação. Na área da **Educação**, no que se refere ao “Escola+”, é prematuro falar em resultados/efeitos, apesar dos *outputs* já produzidos. Uma das lacunas por parte das autoridades santomenses relacionadas com aquele projecto tem a ver, entre outras, com o atraso na publicação de legislação de apoio à revisão curricular e à não reabilitação das escolas. Outra lacuna do projecto está relacionada com a intervenção no Príncipe. A abordagem adoptada para a formação dos professores na Região Autónoma do Príncipe (formação intensiva durante uma semana) não deu resposta às necessidades sentidas, dadas as enormes carências existentes. Desse modo, torna-se necessário rever esta componente do projecto abrangendo nessa revisão outras situações problemáticas de outras escolas de distritos de S. Tomé.
- No sector da **Saúde**, a intervenção “**Saúde para Todos**” (alargamento e especialidades), cujo início foi anterior ao período de vigência do PIC, é o projecto mais importante da Cooperação Portuguesa em S. Tomé e Príncipe, não só pelos montantes envolvidos mas, sobretudo, pela abrangência, natureza e resultados alcançados. É possível identificar efeitos deste apoio em termos de cobertura e alargamento dos cuidados básicos de saúde, registando-se já progressos nos indicadores de saúde do país. A “Telemedicina”, uma vertente introduzida no actual PIC, melhorou a capacidade de diagnóstico e a segurança dos profissionais de saúde. O alargamento ao distrito de Caué e à ilha do Príncipe foi muito positivo, mas ainda com muitas carências por suprir, evidenciando a necessidade de uma maior autonomia dos centros de saúde e da assumpção dos compromissos por parte do governo santomense.

- O significativo volume financeiro do apoio prestado pelo ex-MTSS português, entre 2008 e 2010, tornou o “Desenvolvimento Sociocomunitário” como uma área importante da Cooperação Portuguesa em S. Tomé e Príncipe.
- Os esforços de harmonização, coordenação e complementaridade são diminutos, dificultados pelas características do país parceiro e pelo reduzido número de doadores com escritório no terreno. Apesar disso, há alguns exemplos de articulação, como o demonstra a cooperação na área das finanças públicas entre o PICATFin e a MCC. Esta é uma área onde pode haver progressos no futuro, nomeadamente nos sectores da saúde (articulação com a OMS) e da educação (com a *Fast track Initiative* do Banco Mundial).
- Os esforços de apropriação e sustentabilidade são reduzidos, evidentes nas dificuldades de operacionalização da Unidade de Coordenação da Ajuda, na não assumpção de responsabilidade de gestão e/ou co-financiamento das intervenções, factos dificultados pelas fragilidades institucionais aos diversos níveis. Esta situação dificulta a definição de uma estratégia de saída da Cooperação Portuguesa.
- A implementação dos princípios subscritos na Declaração de Paris fica aquém do desejável, apesar dos esforços feitos em algumas áreas, nomeadamente nos indicadores 2, 3, 7 e 9.
- A gestão do risco, importante no contexto da fragilidade santomense, apesar de algumas preocupações implícitas na elaboração e implementação do PIC, carece de maior aprofundamento no próximo PIC.

Recomendações

Da análise e das conclusões da presente avaliação, é possível retirar um conjunto de recomendações, as quais deverão ser tidas em consideração, quer pelas autoridades portuguesas quer santomenses, na preparação, negociação e implementação do próximo PIC. Deste modo, são

identificadas recomendações a diferentes níveis:

- Elaboração, implementação e acompanhamento do PIC;
- Papel do IPAD; mecanismos de articulação entre actores da Cooperação Portuguesa;
- Intervenções, seus resultados e efeitos;
- Harmonização e articulação entre doadores;
- Apropriação e sustentabilidade.

Recomendações à Cooperação Portuguesa:

1. Manter o **nível de apoio** a S. Tomé e Príncipe, reforçando a previsibilidade da ajuda ao nível sectorial, tendo em atenção a necessidade de respeitar os valores inicialmente previstos, o que implica repensar o conceito de extra-PIC.
2. Continuar o esforço de **concentração da ajuda** nos dois eixos (Desenvolvimento Sustentável e Boa Governação) e, dentro de cada um deles, na Saúde e Educação e na Defesa, Segurança Interna, Justiça e Finanças Públicas, respectivamente, com abordagens integradas.
3. Reforçar a **liderança do IPAD**, enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento.
4. Melhorar a **gestão centrada nos resultados** (*outcomes*), com definição de indicadores e *baseline* nas intervenções.
5. Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os **ODM** em S. Tomé e Príncipe.
6. Melhorar o **acompanhamento global do PIC** tentando encontrar indicadores de efeitos adequados à monitorização do programa.
7. Fomentar, na área da **Saúde**, a apropriação das intervenções; reforçar a autonomia de gestão na Ilha do Príncipe e consolidar o “Saúde para Todos-Especialidades”, no sentido da sua maior sustentabilidade.
8. Rever, no sector da educação, a vertente de implementação na Região Autónoma do Príncipe do projecto “**Escola +**”, dadas as disfuncionalidades existentes.



9. Promover a articulação entre as intervenções “**Escola +**” e formação profissional de “**Budo-Budo**”, na vertente profissionalizante.
10. Incluir a **Gestão de Risco**, quer na concepção do novo PIC, (com ênfase para a análise, planeamento de cenários e uso de instrumentos de ajuda especializados), quer nas intervenções, como forma de aumentar a qualidade da ajuda. As intervenções deverão integrar a análise do risco nos seus documentos de projecto e deve ser feita uma gestão desse risco, explicitando-a nos relatórios de acompanhamento.
11. Fortalecer a **articulação** com outros doadores, nomeadamente com o BM no sector da educação e com a OMS no sector da saúde.
12. Ter em atenção, nos programas de **formação**, as especificidades do país e ser mais consentâneos com o contexto de fragilidade de S. Tomé e Príncipe.

Recomendações às Autoridades Santomenses:

13. Os Ministérios da Educação e da Saúde de S. Tomé e Príncipe devem ter um maior envolvimento na aprovação e publicação célere da **legislação** necessária aos sectores, condição necessária para a sustentabilidade dos projectos.
14. As autoridades santomenses devem promover um maior envolvimento e articulação com a Cooperação Portuguesa, quer na programação quer na implementação, para potenciar a **apropriação e a sustentabilidade** dos projectos.
15. As autoridades santomenses devem operacionalizar a **Unidade de Coordenação da Ajuda** pondo em prática o processo de coordenação e complementaridade desse apoio, dada a importância do apoio externo no quadro do orçamento nacional.
16. As autoridades santomenses devem, no mais curto prazo possível, actualizar ou elaborar uma nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de

modo a permitir aos doadores internacionais a definição das suas estratégias de cooperação.

17. As autoridades santomenses devem continuar a envidar esforços, por exemplo, através de abordagens Bi/Multi ou outras, no sentido de encontrarem financiamentos para a reabilitação e construção de escolas secundárias.

Recomendações à Cooperação Portuguesa e às Autoridades Santomenses:

18. Promover a **harmonização**, nomeadamente nos sectores da saúde e da educação, dada a importância de Portugal enquanto principal doador.
19. Reforçar a **articulação** entre as intervenções da Saúde e Educação e os Ministérios da Saúde e Educação de S. Tomé e Príncipe, respectivamente.
20. As autoridades santomenses devem reafirmar a **Segurança Alimentar** como uma prioridade para S. Tomé e Príncipe. O apoio da Cooperação Portuguesa deverá ser equacionado num contexto de concentração de ajuda e recursos escassos.
21. Pela importância de que se reveste no quadro da Boa Governação e Estado de direito, a Cooperação Portuguesa deverá repensar com S. Tomé e Príncipe formas de dinamizar a cooperação no sector da **Justiça**.
22. Melhorar a recolha de informação sobre a empregabilidade dos formandos, na intervenção de “**Budo-Budo**”.
23. Reflectir sobre o número de áreas a apoiar na intervenção “**PICATFin**”, dados os recursos escassos e em função das prioridades santomenses.

1. Introdução

A cooperação com S. Tomé e Príncipe, no quadriénio 2008-2011, teve lugar num contexto difícil e complexo, de crise internacional. O país, porém, prosseguiu os seus esforços no sentido do ajustamento macroeconómico e das reformas estruturais. Estes esforços permitiram a celebração de um novo programa apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) cuja primeira avaliação intercalar, concluída em Fevereiro de 2010, foi positiva.

Neste contexto de reformas, merece destaque a entrada em vigor, no início de 2010, do novo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, para cuja sustentação as autoridades santomenses contam com o Acordo de Cooperação Económica (ACE), celebrado, em 2009, entre Portugal e S. Tomé e Príncipe.

A presente avaliação tem como objecto as intervenções de desenvolvimento enquadradas no Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2008-2011. Tendo em consideração a estratégia de desenvolvimento definida por S. Tomé e Príncipe, através do documento *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza* (ENRP), e os princípios e linhas de acção da Cooperação Portuguesa, foram identificados como eixos principais de intervenção:

- (iii) Boa Governação, Participação e Democracia;
- (iv) Desenvolvimento Sustentável e a Luta contra a Pobreza.

A avaliação tem lugar no último ano de vigência do PIC e centra a sua análise fundamentalmente nas intervenções nas áreas da Educação e Saúde, por serem as áreas prioritárias da ajuda portuguesa. Elas constituem estrategicamente o “núcleo duro” da cooperação e são também consideradas prioritárias por S. Tomé e Príncipe na sua ENRP. A avaliação fará ainda uma apreciação das áreas de intervenção do eixo da Boa Governação, nomeadamente Defesa, Segurança Interna e Finanças Públicas.

Esta avaliação, no percurso, pretendeu ser um exercício conjunto com S. Tomé e Príncipe. Contudo, vicissitudes várias levaram a que a responsabilidade pela elaboração do presente relatório fosse da responsabilidade do GAAI, apesar do envolvimento das autoridades santomenses quer na definição dos TdR, quer na fase de deslocação ao terreno, tendo participado em todas as reuniões de trabalho.

2. Objectivos e Metodologia

De acordo com os TdR (Anexo 1), os objectivos da avaliação são:

1. Conhecer até que ponto a intervenção da Cooperação Portuguesa foi relevante nestas áreas;
2. Saber se as intervenções estão alinhadas com a estratégia do PIC;
3. Dar contributos para a programação do novo PIC;
4. Analisar os efeitos, nomeadamente da intervenção na área da saúde;
5. Analisar os níveis de apropriação financeira, técnica e de gestão;
6. Analisar a liderança do IPAD, enquanto entidade coordenadora da cooperação.

A avaliação consistiu numa análise dos documentos de programação e de projecto, à qual se seguiu um conjunto de entrevistas, em Portugal, aos detentores de interesse. A ida ao terreno serviu não só para obter mais informação mas, também, para aprofundar a análise, através de entrevistas e visitas a alguns projectos. As entrevistas basearam-se num guião de perguntas previamente elaborado (Anexo 2), com o objectivo de responder às dez questões da avaliação.

Os constrangimentos da avaliação prenderam-se fundamentalmente com questões metodológicas relacionadas com dificuldades na inquirição de mais pessoas, sobretudo os beneficiários directos das intervenções dadas as limitações temporais inerentes ao trabalho de campo. O facto de não se ter optado pela criação de um suporte sistemático de respostas (aplicação de um questionário a alguns detentores de interesse) impediu a possibilidade de triangulação com outros métodos utilizados (entrevistas e visitas a projectos) o que dificultou a análise, nomeadamente dos resultados em termos de *outcomes*.

A ausência de informação ou informação não coincidente constituiu outro dos constrangimentos da avaliação. O facto de as várias fontes estatísticas disponíveis sobre S. Tomé e Príncipe serem díspares obrigou a Equipa de Avaliação a fazer algumas opções tendo-se baseado nas fontes (i) com mais informação em relação ao maior número de variáveis; (ii) nas mais relevantes (maior ligação ao objecto de análise) para a avaliação e (iii) com maior número de anos observáveis.

3. Contexto

3.1. Contexto Nacional

S. Tomé e Príncipe é formado por duas pequenas ilhas no Golfo da Guiné. O país está dividido em seis distritos, Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo, Caué, Lobata e Lembá, na ilha de S. Tomé, e Região Autónoma do Príncipe. Com uma população estimada em 163 000 habitantes (Quadro 1), cerca de 70 % vive na ilha de S. Tomé num raio de 10 km ao redor da capital.

Quadro 1 – Indicadores Gerais

Indicadores	2003	2006	2009
População Total	147.611	155.126	162.755
PIB per capita (USD)	664	803	1171
% de população urbana	56	59	61
Taxa de literacia adulta	84,9	-	88,8
Esperança média de vida	59	61	68
Esperança média de vida feminina	60	63	70
% de população que vive abaixo da Linha Nacional de Pobreza	53,8	-	-
% de população que vive com menos do que 1,25 USD por dia	28,6	-	-
% de população que vive com menos do que 2 USD por dia	57,3	-	-
Fontes: Banco Mundial, OCDE, UNESCO, OMS			

Em 2009, verificou-se um abrandamento da economia santomense, que no período 2005-2008 tinha registado um crescimento acelerado. Ainda assim, observou-se um desempenho razoável com um crescimento na ordem dos 4%, com uma ligeira recuperação em 2010. Para este desempenho contribuiu o sector do turismo, apesar da crise internacional. Ao contrário, o sector do petróleo desapontou novamente e é pouco provável que num futuro próximo gere algum rendimento.

As autoridades santomenses elegeram o combate à inflação elevada como um dos objectivos prioritários da política económica no sentido de criar, com a estabilidade dos preços, um ambiente favorável ao investimento e crescimento. A balança de pagamentos santomense reflectiu, em 2009, os efeitos da crise internacional, visíveis na retracção do investimento directo estrangeiro e na queda das importações de mercadorias. As exportações tiveram um comportamento positivo, quer ao nível dos produtos tradicionais, como o cacau, e reexportações de combustíveis, quer em relação aos serviços, como o turismo. A agricultura continua a ser a base da

economia, continuando também a existir uma grande dependência dos doadores internacionais.

Ainda em 2009, assistiu-se a uma diminuição na arrecadação de receitas aduaneiras, associada à já referida queda das importações, e a algum atraso na entrada de contribuições dos países doadores. Devido a estes aspectos, foi necessário adoptar medidas rigorosas de contenção da despesa primária, o que contribuiu para que a avaliação do FMI tivesse sido positiva.

De acordo com os dados disponíveis, a economia santomense começou a recuperar em 2010, facto que se *“terá ficado a dever a um conjunto de factores entre os quais se incluem o acréscimo de rigor orçamental”*, (Banco de Portugal, 2011: 100-101) a par da introdução do novo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro (24 500 Dobra/Euro), para cuja sustentação as autoridades santomenses contam com o Acordo de Cooperação Económica (ACE), celebrado em 2009 entre Portugal e S. Tomé e Príncipe. O novo regime de câmbios fixos visa essencialmente, por um lado, a promoção da estabilidade financeira do país e, por outro, o fomento das relações económico-financeiras com a zona euro. A gradual recuperação do crescimento que teve início em 2010 continua a verificar-se em 2011. Estima-se que o crescimento real do PIB se situe nos 4,5% em 2010 e fique próximo dos 5% em 2011, tendo como principais motores os sectores da construção e do comércio (FMI, 2011).

De acordo com o Banco de Portugal (2011: 98), *“a economia manteve um ritmo de crescimento robusto em 2010, mas o impacto favorável da estabilidade cambial não foi suficiente para evitar que a inflação se intensificasse, reflectindo sobretudo a alta dos preços internacionais das matérias-primas. Apesar dos avanços na consolidação orçamental, o atraso da ajuda externa foi determinante para uma deterioração da balança de pagamentos que se repercutiu sobre o nível das reservas cambiais”*.

As últimas eleições legislativas tiveram lugar em 2010, das quais resultou uma mudança de Governo. Dada a fraca economia e a excessiva dependência do financiamento externo, o Governo adoptou uma política externa no sentido de obter ajuda e investimento de um conjunto mais alargado de países.

S. Tomé e Príncipe apresenta, em termos de educação, índices de escolarização elevados, especialmente na educação básica (Quadro 2). De acordo com o último relatório dos ODM para S. Tomé e Príncipe (PNUD, 2008), o país está próximo de alcançar a educação básica universal, registando-se, contudo, um acentuado declínio na qualidade do ensino. Esta situação deve-se à falta de capacidade técnica e física

das escolas e à insuficiente qualificação e alguma desmotivação do pessoal docente. A situação no ensino secundário é menos positiva e a grande fragilidade do ensino profissionalizante, não permitindo desviar alunos para esta via, contribui também como factor negativo.

O sector da saúde tem demonstrado resultados encorajadores, particularmente em áreas como a saúde materna e os cuidados de saúde infantis. A proporção de nascimentos assistidos por profissionais cresceu de 70%, em 2003, para 86%, em 2009, e a percentagem de mulheres grávidas com consultas e cuidados de saúde cresceu de 65%, em 2003, para 82%, em 2009.

Quadro 2 – Estatísticas da Educação

Nível de Ensino	População em idade escolar (n°)		Total Alunos Inscritos			
	2005	2010	2005		2010	
Pré-Primário	17.413	13.818	5.424	31,1%	6.309	45,7%
Primário	23.776	26.064	30.468	128,1%	33.982	130,4%
Secundário	17.866	19.690	8.091	45,3%	10.045	51,0%
Superior	17.530	17.411	-	-	766	4,4%
Total	76.585	76.983	43.983	57,4%	51.102	66,4%

Fonte: Institute for Statistics UNESCO (2010)

Quadro 3 – Ensino Primário

Distrito/Região	Escolas Primárias		Creches	
	Escolas	Efectivos	Creches	Efectivos
Água Grande	15	9331	9	2362
Mé-Zochi	16	5205	18	1052
Lobata	9	2277	12	760
Lembá	9	1838	11	771
Cantagalo	11	2187	11	736
Caué	9	1088	5	353
R. A. Príncipe	8	1208	4	290
Total	69	21926	66	6034

Fonte: Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe (2006)

Nos últimos anos, S. Tomé e Príncipe tem sido uma história de sucesso no que diz respeito à malária. A incidência da doença em crianças com idade inferior a 5 anos decresceu de 1273 por mil, em 2004, para 34 por mil, em 2009, devido às redes

mosquiteiras tratadas com insecticida¹ e ao tratamento ministrado, em conjugação com a pulverização. A mortalidade por malária caiu para perto de zero em 2009. Segundo o já referido relatório dos ODM, S. Tomé e Príncipe está entre os 11 países de África que desde 2000 registaram uma redução de mais de 50% no número de casos confirmados de malária, ainda que em 2009 tenha registado um ligeiro aumento no número de casos reportados. A sustentabilidade destes resultados, com o apoio dos parceiros de S. Tomé e Príncipe, é agora o aspecto central para se evitar a repetição do cenário de 1983 em que, após uma redução considerável da morbilidade e mortalidade por paludismo, o país se viu mergulhado em nova epidemia.

Apesar desta evolução muito positiva, há ainda vários factores relacionados com o sector da saúde que permanecem preocupantes. O acesso à água potável é ainda reduzido, embora a população com acesso à água e a fontes de água melhorada (canalizada) tenha melhorado. No que se refere ao saneamento básico, a situação é igualmente preocupante na medida em que a maioria das habitações não dispõe de infra-estruturas sanitárias (Quadro 4).

Quadro 4 – Acesso a Água e Saneamento

Água e Saneamento	População Urbana		População Rural		População total	
	2005	2008	2005	2008	2005	2008
% da população com acesso a fontes de água melhorada	88	89	81	89	85	89
% da população com acesso a saneamento básico	29	30	17	19	24	26
Fonte: WHO / UNICEF Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation (2010)						

A pobreza é, ainda, um problema grave em S. Tomé e Príncipe (54%, em 2009). O país está classificado como um país de rendimento médio/baixo e ocupa a 144^a posição, em 187 países, no Índice de Desenvolvimento Humano de 2011, tendo-se registado progressos relativamente ao ano anterior, passando de 0,488, em 2010, para 0,509, em 2011.

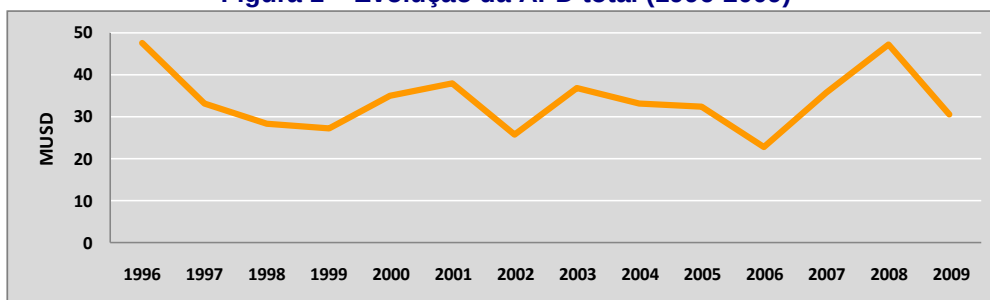
3.2. O papel da Ajuda ao Desenvolvimento

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) a São Tomé e Príncipe representa mais do dobro da média da África Subsaariana, sendo este um dos países menos avançados (PMA) que mais recebe em termos de APD per capita – uma média de cerca de 223 USD/hab./ano, entre 1996 e 2009.

¹ Entre 2000 e 2010, a proporção de crianças menores de 5 anos que dormem com redes aumentou de 23% para 56%.

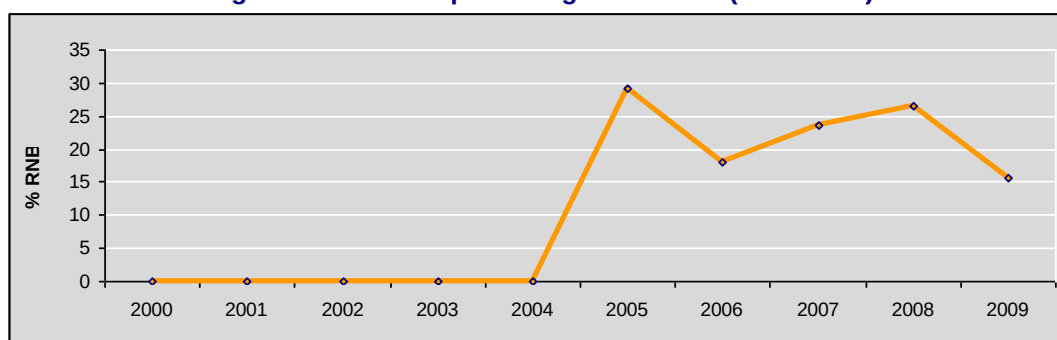


Figura 1 – Evolução da APD total (1996-2009)



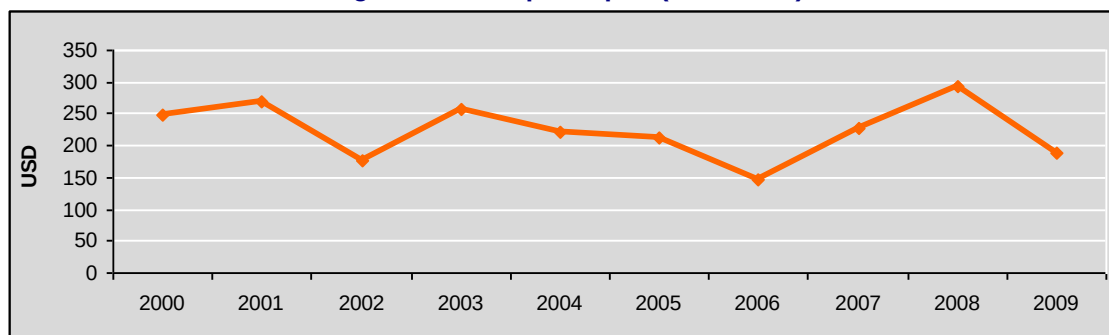
Fonte: OCDE, Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, vários anos.

Figura 2 – APD em percentagem do RNB (2000-2009)



Fonte: www.aidflows.org

Figura 3 – APD per capita (2000-2009)



Fonte: www.aidflows.org

A forte dependência da ajuda, aliada a um desfasamento entre os compromissos e os desembolsos, quer no que diz respeito a donativos quer a empréstimos concessionais para projectos, dificulta o alcançar dos objectivos definidos em termos de receitas, com reflexos na falta de divisas (Banco de Portugal, 2011: 105-106).

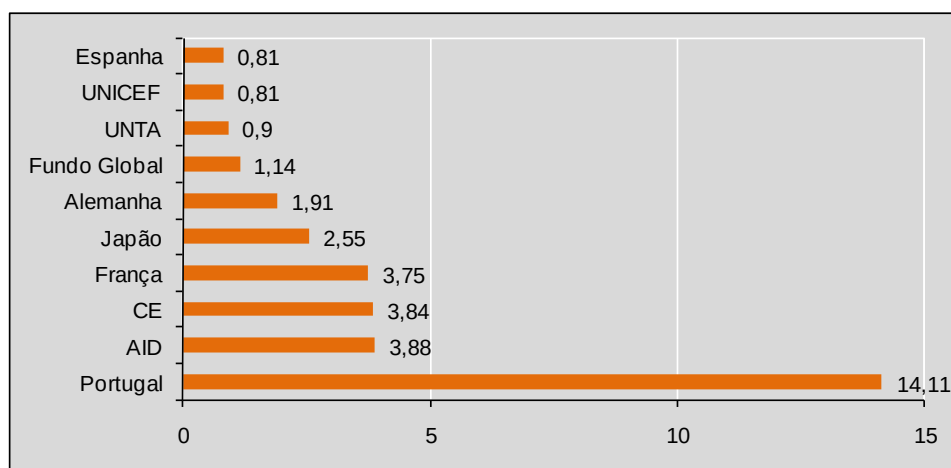
Quadro 5 – Compromissos e desembolsos da ajuda bilateral (MUSD)

Ano	2006	2007	2008	2009
Compromissos	18,2	31,8	38,8	21,4
Desembolsos	18,3	31,1	26,4	19,7

Fonte: OCDE, Geographical Distribution of Financial Flows to Development Countries, 2011

Portugal é o maior doador, no contexto dos países da OCDE. No entanto, os novos doadores têm tido um papel cada vez mais importante no desenvolvimento económico e social de S. Tomé e Príncipe, nomeadamente Taiwan² (saúde, infra-estruturas, água, formação profissional e agricultura). Outros doadores bilaterais incluem a África do Sul (defesa e comércio), Angola (defesa, assuntos internos), Brasil (saúde, educação, agricultura, petróleo), Espanha (agricultura, administração pública, sociedade civil), EUA (saúde, forças armadas), França (agricultura, desenvolvimento rural, saneamento), Japão (ajuda alimentar, saúde, educação, infra-estruturas, ambiente) e Nigéria (petróleo, defesa, educação). Índia, Guiné Equatorial e Líbia são outros doadores bilaterais a referir.

Figura 4 – Principais doadores (média 2005-2009, em MUSD)



Fonte: www.aidflows.org

Os maiores doadores multilaterais são o Banco Mundial (AID) e a Comissão Europeia (CE), este último com o apoio às infra-estruturas de transportes. Outros doadores multilaterais incluem o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e o PNUD.

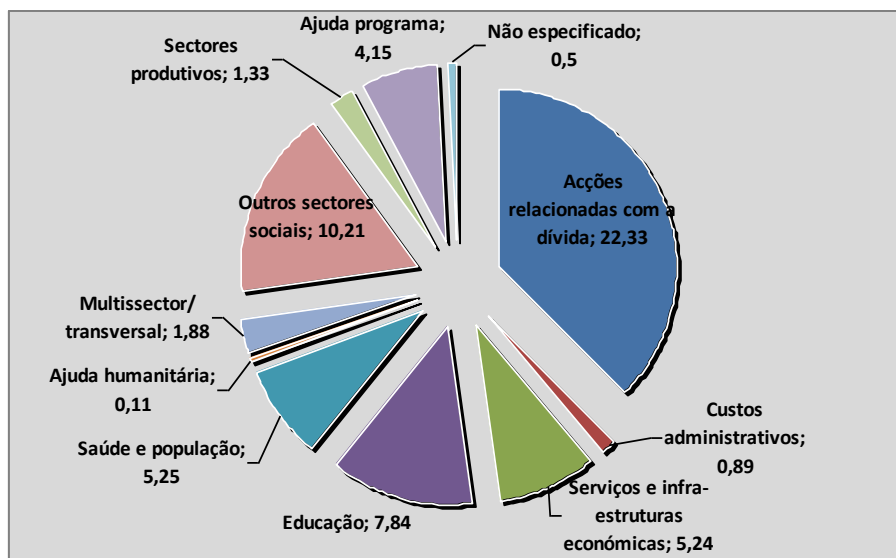
A Ajuda concentrou-se nas “acções relacionadas com a dívida”³ (Figura 5), seguindo-se as infra-estruturas e serviços sociais, nomeadamente a educação, saúde e população.

² País não membro do CAD/OCDE.

³ A Ajuda concedida concentrou-se, sobretudo, no perdão da dívida bilateral, a qual ocorreu em 2008 na sequência da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), patrocinada pelo Banco Mundial e FMI e da decisão tomada pelos países da União Europeia em relação ao cancelamento da totalidade da dívida aos países que atingissem o *Ponto de Conclusão* no âmbito do HIPC.



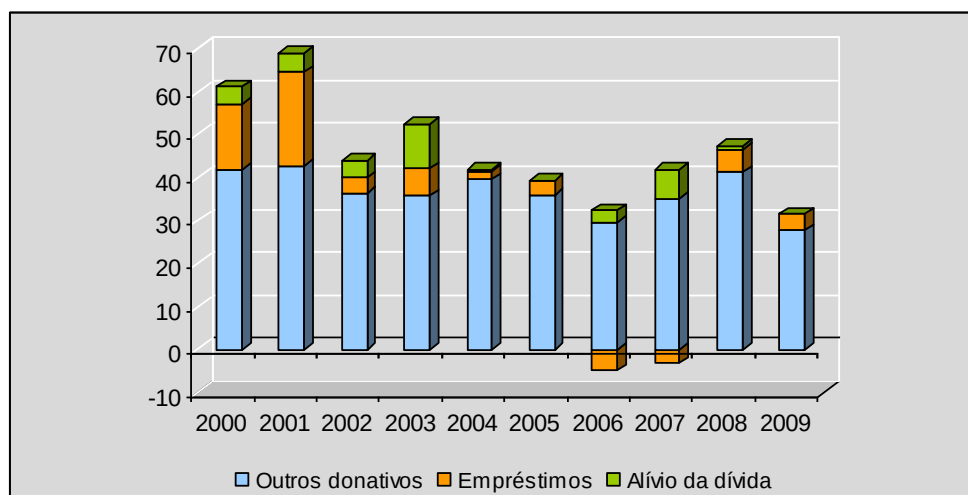
Figura 5 – APD Total (2005-2009) Distribuição Sectorial (MUSD)



Fonte: www.aidflows.org

O desafio de uma gestão transparente e coordenação eficiente da ajuda mantém-se em S. Tomé e Príncipe, nomeadamente através da criação e tentativa de operacionalização da Unidade de Coordenação da Ajuda (UCA), com o apoio do PNUD e de Portugal.

Figura 6 – APD Total (2000-2009) Desembolsos por Tipo de Financiamento (MUSD)



Fonte: www.aidflows.org

4. A Ajuda Portuguesa

4.1. Evolução da Ajuda

S. Tomé e Príncipe é um dos parceiros tradicionais da Cooperação Portuguesa, tendo absorvido, em média, nos últimos anos, cerca de 5% da APD bilateral portuguesa (Quadro 6).

Quadro 6 – APD Bilateral Portuguesa

(M€)

	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	Média 2007-2010
APD BILATERAL, TOTAL	197.360	100	258.862	100	198.610	100	299.042	100	238.469
ANGOLA	13.975	7,1	13.250	5,1	-7.072	-3,6	-9.665	-3,2	2.622
CABO VERDE	31.921	16,2	43.286	16,7	38.392	19,3	107.305	35,9	55.226
GUINÉ-BISSAU	11.518	5,8	12.371	4,8	10.361	5,2	11.866	4,0	11.529
MOÇAMBIQUE	15.799	8,0	17.410	6,7	48.831	24,6	85.027	28,4	41.767
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	9.539	4,8	9.209	3,6	10.637	5,4	19.409	6,5	12.198
PALOP **	4.124	2,1	3.539	1,4	4.899	2,5	2.403	0,8	3.741
TIMOR LESTE	34.071	17,3	27.030	10,4	24.872	12,5	25.412	8,5	27.846
OUTROS PAÍSES	76.413	38,7	132.767	51,3	67.690	34,1	57.285	19,2	83.539
<i>dos quais:</i>									
MARROCOS	188	0,1	66.063	25,5	14.835	7,5	115	0,0	20.300
AFEGANISTÃO	6.567	3,3	9.829	3,8	8.356	4,2	10.579	3,5	8.833
BÓSNIA	9.291	4,7	15.002	5,8	4.287	2,2	2.736	0,9	7.829
SÉRVIA (inclui kosovo)	15.704	8,0	7.936	3,1	7.777	3,9	9.467	3,2	10.221

Fonte: IPAD/DPP.

Quadro 7 – Distribuição Sectorial da APD Bilateral Líquida em S. Tomé e Príncipe

(M€)

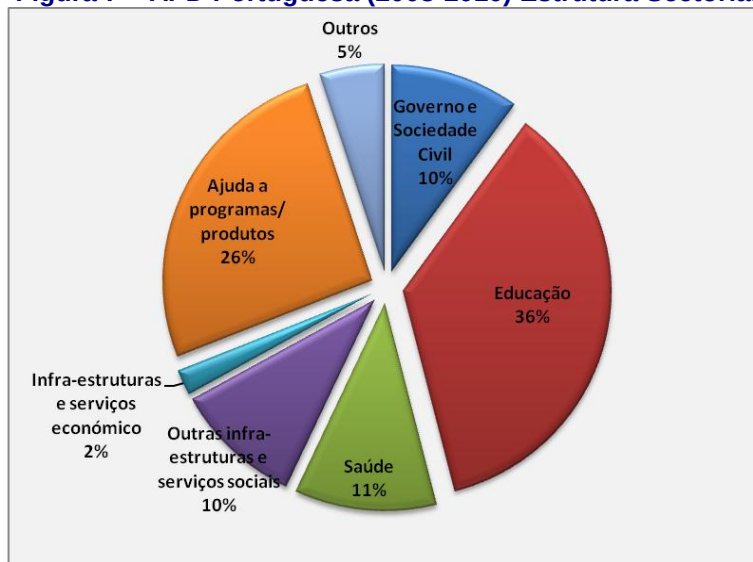
SECTORES	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	Média 2007-2010
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	7.228.586	75,8	8.412.876	91,4	9.547.910	89,8	8.741.153	45,0	8.482.631
110 EDUCAÇÃO	3.653.320	38,3	4.343.259	47,2	5.373.917	50,5	4.556.525	23,5	4.481.755
120 SAÚDE	1.512.000	15,9	1.142.713	12,4	1.418.725	13,3	1.872.634	9,6	1.486.518
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA	849.144	8,9					60.786	0,3	454.965
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO			52.800	0,6	30.874	0,3	263.471	1,4	115.715
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL			1.503.680	16,3	1.377.408	12,9	1.092.368	5,6	1.324.485
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	1.214.122	12,7	1.370.424	14,9	1.346.986	12,7	895.369	4,6	1.206.725
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	1.220.090	12,8	242.866	2,6	159.116	1,5	252.741	1,3	468.703
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	950.108	10,0	118.987	1,3	51.910	0,5	35.839	0,2	289.211
220 COMUNICAÇÕES	150.858	1,6	95.437	1,0	60.294	0,6	46.018	0,2	88.152
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO							96.778	0,5	96.778
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	38.176	0,4	28.442	0,3	46.912	0,4	74.106	0,4	46.909
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	80.948	0,8							80.948
300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO	96.736	1,0	38.268	0,4	6.000	0,1	72.384	0,4	53.347
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	37.061	0,4	6.000	0,1	6.000	0,1	66.960	0,3	29.005
311 AGRICULTURA	5.594	0,1	6.000	0,1	6.000	0,1	66.960	0,3	21.139
312 SILVICULTURA	27.492	0,3							27.492
313 PISCAS	3.975	0,0							3.975
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	2.835	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	709
321 INDÚSTRIA									
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)	2.835	0,0							2.835
323 CONSTRUÇÃO									
330 COMÉRCIO E TURISMO	56.840	0,6	32.268	0,4	0	0,0	5.424	0,0	23.633
331 COMÉRCIO									
332 TURISMO	56.840	0,6	32.268	0,4			5.424	0,0	31.511
400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	195.691	2,1	129.497	1,4	119.077	1,1	159.262	0,8	150.882
TOTAL SECTORIAL	8.741.103		8.823.507		9.832.103		9.225.540		9.155.563
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS	-14.501	-0,2	-9.667	-0,1	280.691	2,6	9.819.181	50,6	2.518.926
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA									
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA									
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	82.072	0,9	311.140	3,4	370.336	3,5	364.079	1,9	281.907
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	204.697	2,1	58.762	0,6	56.976	0,5			106.812
998 X - NÃO AFFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	525.520	5,5	24.831	0,3	96.858	0,9			215.736
TOTAL NÃO SECTORIAL	797.788		385.066		804.861		10.183.260		3.042.744

Fonte: IPAD/DPP.

Entre 2008 e 2010, a ajuda portuguesa ascendeu a mais de 39 M€, tendo-se concentrado nos sectores da Educação, Saúde e Governo e Sociedade Civil (Quadro

7 e Figura 7). É, ainda, de referir a concessão de uma Linha de Crédito⁴ a S. Tomé e Príncipe em Fevereiro de 2009 no valor total de 50 M€, tendo os desembolsos ascendido a 10 M€ em 2010.

Figura 7 – APD Portuguesa (2008-2010) Estrutura Sectorial



Fonte: IPAD, DPP.

4.2. O Programa Indicativo de Cooperação

A elaboração do PIC 2008-2011 teve por base um processo de diálogo entre os dois governos e resultou de um compromisso conjunto centrado quer nas mais-valias da Cooperação Portuguesa quer nas prioridades de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe.

O documento explicita os objectivos da política da Cooperação Portuguesa, nomeadamente no que concerne ao reforço do Estado de direito e à redução da pobreza como aspectos centrais. Relativamente à estratégia, é feita uma referência aos documentos orientadores em vigor que norteiam os princípios da ajuda ao desenvolvimento. Teve como principal objectivo enquadrar e orientar as intervenções a desenvolver com S. Tomé e Príncipe no período 2008-2011. Com um orçamento indicativo de 45 milhões de euros, identificou dois eixos prioritários de intervenção: (i) Boa Governação, Participação e Democracia; (ii) Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza.

⁴ É de referir que, por definição, as Linhas de Crédito são instrumentos genéricos e não identificam quaisquer projectos específicos na data da sua assinatura; é o país beneficiário que *a posteriori* identifica os projectos a imputar à Linha com base nas suas prioridades, o que está de acordo com as boas práticas internacionais.

O documento seguiu a estrutura adoptada no quadro da UE/CE e teve subjacente o que os outros doadores (sobretudo os da UE) estavam a fazer em matéria de ajuda ao desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe.

A estratégia definida neste programa teve em consideração as necessidades e prioridades identificadas por S. Tomé e Príncipe no seu documento de “Estratégia Nacional de Redução da Pobreza”, tendo em conta a mais-valia de Portugal e os objectivos constantes do documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”.

O PIC teve como principais preocupações privilegiar a concentração da ajuda e a introdução de mecanismos que melhorassem a coordenação e complementaridade das intervenções, nomeadamente regras de financiamento e gestão de projectos da cooperação, critérios de elegibilidade e normas de funcionamentos dos projectos, e planos de tesouraria.

É, ainda, de referir que o documento do PIC teve subjacente os resultados da avaliação ao anterior PIC (2005-2007), nomeadamente, o centrar da acção num reduzido número de sectores/áreas de intervenção, apostando naquelas que constituem valor acrescentado na promoção do desenvolvimento do país; a eliminação dos PAC; uma maior previsibilidade da ajuda, com um PIC com horizonte temporal maior (2008-2011) e um envelope financeiro indicativo plurianual (Anexo 3).

5. Implementação, Gestão e Acompanhamento do Programa

5.1. Implementação

A análise da implementação do PIC teve por base a consulta das fichas de projecto disponibilizadas na intranet do IPAD, do relatório da missão de acompanhamento realizada em 2010, dos projectos seleccionados e da taxa de execução financeira, quer dos projectos, quer global, através dos Mapas de Acompanhamento do PIC e dos dados da base de dados da APD.

Esta análise foi dificultada pela falta de informação adequada sobre a execução das acções, na perspectiva dos resultados alcançados. Com efeito, a não existência de um sistema de acompanhamento regular, com modelos de recolha de informação com base num conjunto de indicadores centrados nos resultados, bem como de reporte dos progressos alcançados, que permita aferir os resultados e efeitos (*outcomes*) do apoio da Cooperação Portuguesa, inviabiliza o cálculo de uma taxa de realização global do PIC. No entanto, em termos de acompanhamento de projectos, registaram-se melhorias significativas após a última avaliação, nomeadamente no plano da execução financeira e ao nível dos *outputs*.

No documento do PIC 2008-2011 foi inscrita uma Matriz de Intervenção onde foram definidos indicadores, objectivos para cada eixo e área de intervenção e objectivos globais do Programa. Apesar disso, foram detectadas as seguintes lacunas:

- A Matriz carece de uma melhor concepção e os indicadores carecem de um critério mais selectivo (p. e., a relação entre indicadores de resultados para cada eixo e os indicadores de resultados globais não é perceptível);
- Não foi definido um sistema de acompanhamento dos indicadores da Matriz de Intervenção, de modo a permitir a sua aplicabilidade;
- Só foi elaborada informação sobre os indicadores de resultados financeiros;
- A informação disponibilizada ao nível de cada projecto não foi compilada de forma a dar uma visão geral da taxa de execução dos resultados;
- Os indicadores definidos são de produto (*output*) e não de resultados (*outcomes*), não tendo sido indicados dados de partida (*baselines*) nem metas a atingir.

O PIC 2008-2011 é caracterizado por uma clara continuidade da abordagem *projecto* em termos de instrumento de ajuda e forma de implementação das intervenções. Contudo, constata-se que o projecto “Saúde para Todos”, a principal intervenção da

Cooperação Portuguesa em S. Tomé e Príncipe, tem claramente características de *programa integrado*. Como justificação desta opção (projecto) inclui-se, entre outros factores, a tradição dos instrumentos utilizados, a história da evolução da cooperação entre os dois países, a multiplicidade de contactos entre as várias instituições portuguesas e santomenses e a profusão de solicitações que acabam por resultar em projectos de pequena dimensão. Por exemplo, a ajuda a projectos representou, em 2010, cerca de 75% do total da APD.

Áreas /sectores prioritários

A análise dos dados centrou-se nos anos 2008-2010, porque os referentes a 2011 são, ainda, parcelares podendo, por esse motivo, enviesar os resultados obtidos. Por outro lado, há actividades de cooperação, nomeadamente da CTM, que não são contabilizadas como APD. A fonte de referência tem por base os valores da APD uma vez que o seu cálculo obedece a regras de notificação estatística aplicadas internacionalmente.

Comparando com o PIC anterior, no PIC 2008-2011 há um esforço claro de concentração da ajuda nos sectores e áreas onde a Cooperação Portuguesa tem mais-valias relativamente a outros doadores. As áreas e sectores prioritários do PIC foram a educação e a saúde, absorvendo, em termos globais, 48% da ajuda no conjunto dos três anos, situando-se acima dos 60% nos anos de 2008 e 2009. De referir também a importância assumida pelo “Desenvolvimento Sociocomunitário” como uma área relevante da Cooperação Portuguesa (Quadro 8 e Anexo 5).

Quadro 8 – APD por eixo de intervenção (2008-2010)

Áreas de Intervenção (a)	2008			2009			2010			2008/2010		
	Orçamento € (b)	Execução	Taxa de Exec.	Orçamento € (b)	Execução	Taxa de Exec.	Orçamento € (b)	Execução	Taxa de Exec.	Total Orçamento (€)	Total Execução (€)	Taxa de Execução Total
1. Boa Governação, Participação e Democracia	2.251.094	1.657.296	73,6%	1.873.973	1.431.465	76,4%	2.078.358	1.150.071	55,3%	6.203.425	4.238.832	68,3%
1.1. Capacitação institucional/Reforço Institucional	1.196.964	885.024	73,9%	778.820	572.470	73,5%	778.305	509.161	65,4%	2.754.089	1.966.655	71,4%
1.2. Cooperação Técnico Militar	324.119	27.775	8,6%	352.912	58.158	16,5%	419.063	34.751	8,3%	1.096.094	85.933	7,8%
1.3. Cooperação na Área da Polícia e Segurança	730.011	744.497	102,0%	742.241	800.837	107,9%	880.990	606.159	68,8%	2.353.242	1.545.334	65,7%
2. Desenvolvimento sustentável e Luta contra a pobreza	8.275.250	6.768.144	81,8%	8.328.521	8.100.165	97,3%	7.556.459	7.403.322	98,0%	24.160.230	22.271.631	92,2%
2.1. Educação	5.163.577	4.428.599	85,8%	5.750.516	5.517.685	96,0%	4.032.917	4.569.727	113,3%	14.947.010	14.516.011	97,1%
2.2. Saúde	1.703.301	1.141.580	67,0%	1.366.326	1.370.801	100,3%	2.194.280	1.776.311	81,0%	5.263.907	4.288.692	81,5%
2.2. Desenvolvimento Socio-Comunitário	929.208	1.116.166	120,1%	1.180.805	1.180.805	100,0%	1.138.388	976.410	85,8%	3.248.401	3.273.381	100,8%
2.4. Ambiente e Ordenamento do Território	454.163	81.799	18,0%	30.874	30.874	100,0%	190.874	80.874	42,4%	675.911	193.547	28,6%
Outros Programas	25.000	24.831	99,3%	25.000	25.000	100,0%	25.000	66.649	266,6%	75.000	116.480	155,3%
4. Intervenções não previstas inicialmente c)	300.688	434.936	144,6%	456.241	638.140	139,9%	380.157	10.425.903	2742,5%	1.137.086	11.498.979	1011,3%
5. Funcionamento	337.048	323.366	95,9%	375.503	370.336	98,6%	273.094	362.855	132,9%	985.645	1.056.557	107,2%
Total	11.189.079	9.208.573	82%	11.059.238	10.565.106	96%	10.313.068	19.408.800	188%	30.438.655	39.182.479	128,7%
Fonte: IPAD a) Estrutura definida pelo Planeamento b) Orçamento comunicado anualmente pelos executores/financiadores c) Contempla o impropriamente chamado Extra-PIC, que inclui, por exemplo, as Linhas de Crédito, PIR PALOP Estatística, Cooperação Inter-Municipal, várias intervenções na área do desenvolvimento de capacidades.												

A execução por áreas de intervenção esteve de acordo com o planeado sendo consentânea com a estratégia de Portugal em privilegiar a cooperação nas áreas da Saúde e da Educação.

A criação de uma área extra-PIC é recorrente em todos os PIC. Nela são inscritas intervenções que não estavam previstas ou não foram reportadas ao IPAD aquando da consulta para a elaboração do PIC. Contudo, no quadro desta avaliação é de questionar se tal faz sentido, na medida em que muitas das intervenções se inserem na realidade nos eixos prioritários do PIC. São disso exemplo o PIR PALOP Estatística e várias intervenções na área do desenvolvimento de capacidades.

Numa análise por eixo de intervenção, constata-se que no eixo “Boa Governação, Participação e Democracia”, as intervenções apresentam uma execução financeira⁵ de cerca de 68%. No entanto, continua a haver disparidades entre projectos, revelando alguns deles menores taxas de execução (Anexo 6). A “Cooperação Técnico-Militar” e a “Cooperação Técnico-Policial”, por exemplo, apresentavam taxas de execução financeira elevadas, embora em termos de APD e em relação à primeira esta se situe apenas nos 11%. Como factores de sucesso desta cooperação destacam-se o envolvimento de longo prazo, baseado em relações de confiança e a presença de representantes da parte portuguesa no terreno afectos directamente a ministérios sectoriais da Cooperação Portuguesa (Oficial de Ligação do MAI, Adido Defesa do MDN). O mesmo acontece na área das Finanças Públicas, onde a presença do gestor do PICATFin e simultaneamente Conselheiro do Ministro do Plano e das Finanças potencia a implementação do programa. Estes técnicos são responsáveis pelas intervenções, pela sua implementação e acompanhamento, reportando a sua evolução bem como os constrangimentos detectados.

No conjunto de projectos do eixo “Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza” os resultados alcançados foram, de uma forma geral, muito positivos ao longo dos anos de vigência deste PIC, nos sectores da Saúde e da Educação.

Em termos globais a execução do PIC situou-se acima dos 90% para o período 2008-2010. Contudo, os recursos financeiros dispendidos com S. Tomé e Príncipe neste período de tempo ultrapassaram o montante indicativo em cerca de 17%, reflexo das intervenções extra-PIC.

⁵ A taxa de execução financeira não corresponde necessariamente à taxa de execução física. Os desfazamentos existentes da taxa da execução financeira (por vezes superiores a 100%) decorrem da forma como é elaborado o orçamento do PIC, na generalidade com previsão de custos sem análise prévia, o que provoca por vezes sobre ou subvalorização dos recursos financeiros necessários à execução financeira dos projectos.

Quadro 9 – Quadro financeiro indicativo do PIC (2008-2011)

	2008	2009	2010	2011	Total	%
	M€					
Eixo I - Boa Governação, Participação e Democracia	2	2	2	2	8	18%
Eixo II - Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza	8,5	10	10	10	37	82%
Total	10,5	11,5	11,5	11,5	45	100%
Fonte: IPAD						

5.2. Modelo de Gestão e Acompanhamento

Entre os executores do PIC incluem-se o IPAD, enquanto órgão coordenador da Cooperação Portuguesa, e também responsável por grande parte do financiamento e gestão de projectos, vários ministérios sectoriais e institutos e organizações da sociedade civil.

A gestão e acompanhamento do PIC são da responsabilidade da Direcção de Serviços de Planeamento do IPAD. Tratou-se de um processo eminentemente financeiro, através dos planos de tesouraria e dos quadros de execução financeira do PIC, para além da recolha anual das despesas efectuadas, para efeitos de contabilização da APD⁶. Este registo da execução financeira dos projectos é actualizado e partilhado pelo IPAD, sendo elaborados periodicamente “Pontos de Situação”⁷ por país parceiro.

Na prática, o acompanhamento efectivo do PIC existe apenas ao nível financeiro, havendo uma falta de informação relativamente a projectos que não têm financiamento do IPAD. No terreno é efectuado um seguimento das intervenções, pelos serviços de cooperação junto da Embaixada de Portugal em S. Tomé, que funciona em estreita articulação com o IPAD, mas não é produzido qualquer relatório que permita ter uma visão global sobre os resultados alcançados.

Em termos de procedimentos e regras de financiamento da cooperação, registou-se uma evolução positiva desde o último ciclo programático, nomeadamente, através da elaboração de formulários para a apresentação, selecção e financiamento de projectos de cooperação. Foram igualmente introduzidas alterações aos critérios de selecção/elegibilidade e normas de funcionamento dos projectos (formulário comum)

⁶ Na análise comparativa destes mapas com a base de dados da APD foram detectadas algumas diferenças (Anexo 7) que, embora não sendo muito significativas, não deveriam existir.

⁷ Trata-se da descrição da situação do país e das actividades de cooperação desenvolvidas, sem qualquer referência a indicadores e metas.

existindo uma grelha de avaliação para a sua apreciação. Todos estes procedimentos contribuíram para uma maior transparência e eficiência global dos recursos do PIC.

A gestão e o acompanhamento das intervenções no terreno é da responsabilidade dos gestores/executores dos projectos (IMVF, no Saúde para Todos; Adido Militar, na CTM; Oficial de Ligação (CTP); Gestor do projecto, no PICATFin), os quais produzem relatórios regulares de execução. Ao nível dos projectos co-financiados pelo IPAD, a gestão e acompanhamento competiu, também, à Direcção de Serviços de Cooperação Geográfica I. Para além dos relatórios anuais enviados pelos executores de projectos, os responsáveis dos Serviços de Cooperação Geográfica I e da Divisão de Apoio à Sociedade Civil do IPAD acompanharam os projectos de forma regular através da elaboração de fichas de seguimento dos projectos, disponibilizadas na intranet do IPAD, sendo feita a sua actualização regularmente, pese embora nem sempre ser explícita a data de actualização.

Continua a não existir uma plataforma ou mecanismo sistematizado de actuação em S. Tomé e Príncipe com a participação dos diversos actores, que permita a identificação de convergências, oportunidades de parceria e aproveitamento de sinergias, evitando simultaneamente as possibilidades de sobreposição e/ou duplicação de esforços. Muitas das sinergias existentes são resultantes de contactos informais e não consequência de uma verdadeira articulação⁸.

Em síntese, o actual quadro de desenvolvimento da Cooperação Portuguesa com S. Tomé e Príncipe apresenta melhorias em relação ao último PIC, sobretudo no que diz respeito à afectação dos recursos disponíveis, à reestruturação dos eixos e áreas prioritárias do Programa e ao desenvolvimento de instrumentos de gestão e apoio às actividades de cooperação.

⁸ Na opinião de um dos interlocutores da Avaliação, a iniciativa da Embaixada de Portugal de ter realizado com regularidade, no ano de 2009, reuniões de coordenação dos programas/projectos da Cooperação Portuguesa deveria ser retomada, dada a sua importância ao nível da troca de informação e no aproveitamento de sinergias.

6. Questões da Avaliação

6.1. As intervenções correspondem às prioridades nacionais de S. Tomé e Príncipe? Dão resposta a essas prioridades?

A análise da relevância das intervenções inclui, não só, a abordagem tradicional de saber se as intervenções são consistentes com as necessidades dos beneficiários e prioridades do país parceiro (e das políticas do doador) mas, também, se as intervenções fizeram “uma diferença”, ou seja, se foram eficazes na promoção do desenvolvimento. Isto pressupõe uma análise dos resultados ao nível de *outcomes* e impacto, tarefa que é dificultada, em parte, pelo facto de o PIC estar ainda em curso. A primeira parte da questão diz respeito à análise tradicional da relevância, enquanto a segunda pressupõe uma análise de resultados.

O processo de elaboração do PIC assentou num diálogo entre os dois Governos, numa procura de convergência entre as disponibilidades portuguesas e as necessidades de S. Tomé e Príncipe, estando, no essencial, alinhado com as prioridades santomenses, como a seguir se verá.

O documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza para S. Tomé e Príncipe, elaborado em 2002, com um horizonte temporal até 2015, e actualizado em 2005, apresenta um conjunto de propostas que visa superar as causas da pobreza a médio e longo prazos e lançar as bases para a criação de condições que viabilizem o desenvolvimento e promovam o bem-estar dos cidadãos. Partindo da análise da situação da pobreza e da identificação das suas principais determinantes, o documento define o plano estratégico para a redução da pobreza através de cinco grandes eixos:

1. Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;
2. Crescimento acelerado e redistributivo;
3. Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos para os pobres;
4. Desenvolvimento dos recursos humanos e acesso aos serviços sociais de base;
5. Adopção de mecanismos de seguimento, avaliação e actualização da estratégia.

Para a materialização destes eixos estratégicos foi elaborado um Plano de Acções Prioritárias através das quais se propunha atingir os seguintes objectivos globais:

- Alcançar um ritmo de crescimento do PIB de 5%, a partir de 2003;
- Reduzir a metade a percentagem da população santomense que vive na situação de pobreza, até 2010, e a menos de 1/3 até 2015;
- Conseguir, até 2015, o acesso de toda a população aos serviços sociais básicos e promover a melhoria da sua qualidade de vida;
- Reduzir consideravelmente as diferenças sociais e de género, entre os distritos e entre estes e a Região Autónoma do Príncipe, bem como entre a população urbana e rural;
- Promover o reforço da capacidade institucional e uma política eficaz de boa governação.

S. Tomé e Príncipe elegeu como prioridade absoluta a promoção de uma política de boa governação. Esta opção estratégica visa consolidar o Estado de direito democrático, adequar e capacitar as instituições e organismos da Administração Pública, reforçando os mecanismos de responsabilização e de prestação de contas.

Quanto aos dois principais sectores de intervenção da Cooperação Portuguesa – Saúde e Educação – os objectivos santomenses são, no primeiro caso, o aumento da esperança de vida das populações, o acesso e equidade nos cuidados de saúde, contribuindo para a redução dos níveis de mortalidade e morbilidade da população; no sector educativo é reiterada a importância da Educação no desenvolvimento do país e reafirmada a relação entre educação/formação, de modo a que se desenvolva a capacidade de geração de emprego no país.

No contexto da capacitação, a área da Formação é equacionada em estreita articulação com a área da Educação, de modo a que se desenvolva a capacidade para o auto-emprego, ministrando conhecimentos sólidos, práticos e duradouros. Para tal, é considerada necessária a adopção de uma estrutura de ensino em que cada nível de saída do sistema educativo propicie o acesso a um ramo de formação no país ou no exterior (prática, técnico-profissional, média ou superior).

No PIC é notório o esforço de concentração de projectos o que vem na linha da recomendação da avaliação realizada em 2007 pelo IPAD estando implícitos os objectivos de contribuir para o desenvolvimento económico e social de S. Tomé e Príncipe e para a redução da pobreza, definidos como aspecto central da estratégia de desenvolvimento do país.

Quadro 10 – Alinhamento das intervenções da Cooperação Portuguesa com a Estratégia de Redução da Pobreza de S. Tomé e Príncipe

Eixos da Estratégia de Redução da Pobreza	Intervenções da Cooperação Portuguesa
Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação	Cooperação Técnico-Militar Cooperação Técnico-Policial PICATFin Assessorias em outras áreas
Crescimento acelerado e redistributivo	Linha de Crédito Alívio da dívida Acordo de Cooperação Económica
Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos para os pobres	Apoio ao Centro de Formação Profissional de São Tomé Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar
Desenvolvimento dos recursos humanos e acesso aos serviços sociais de base	Saúde para Todos Escola + Apoio ao Instituto Superior Técnico de São Tomé e Príncipe Desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social em S. Tomé e Príncipe Projecto Integrado de Emprego e Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe Bolsas de estudo
Fonte: Estratégia Nacional para a Redução de Pobreza de São Tomé e Príncipe e Equipa de Avaliação	

No primeiro eixo de intervenção (**Boa Governação, Participação e Democracia**) a actuação da Cooperação Portuguesa focalizou-se nos sectores da Defesa, Segurança Interna e Finanças Públicas, nomeadamente:

Defesa – A cooperação técnico-militar (CTM) foi enquadrada por um programa-quadro a três anos. Foi implementada através de 6 projectos, cujas acções foram desde a instrução/formação militar até ao apoio à elaboração de legislação vária, passando pela engenharia militar, tendo como objectivo dar competência profissional e preparar os mancebos para o mercado de trabalho.

Segurança Interna – A cooperação técnico-policial (CTP) foi enquadrada por um protocolo e traduziu-se em 6 projectos, que incluíram a formação e assistência técnica às várias polícias e serviços de informações, a formação de bombeiros, a formação a altas patentes da Polícia Nacional, assessorias ao Ministro da Defesa e Segurança, bem como ao Serviço de Migração e Fronteiras⁹.

Finanças Públicas – A cooperação nesta área enquadrou-se no “Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas” (PICATFin). Tendo subjacente uma abordagem estratégica, teve como componentes a formação e a assistência técnica em 15 áreas¹⁰, consideradas

⁹ O apoio ao nível da emissão do passaporte electrónico foi muito importante na agilização do processo e na credibilização do sistema.

¹⁰ Alfândegas, Direcção Administrativa e Financeira, Dívida, Equipamento, Formação Permanente de Dirigentes e Funcionários do Ministério do Plano e das Finanças de S. Tomé e Príncipe, Impostos, Inspecção-Geral de Finanças, Orçamento, Património do Estado, Planeamento, Relações Internacionais,

prioritárias para S. Tomé e Príncipe, no sentido do cumprimento das metas a que o país se comprometeu no âmbito do Programa de Estabilidade Económica, e a assessoria de um Conselheiro do Ministro do Plano e das Finanças de S. Tomé e Príncipe, assegurada pelo gestor do PICATFin. Neste contexto merece destaque, como já referido, a entrada em vigor, no início de 2010, do novo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, para cuja sustentação as autoridades santomenses contam com o Acordo de Cooperação Económica (ACE), celebrado, em 2009, entre Portugal e S. Tomé e Príncipe.

Acordo de Cooperação Económica

O Acordo de Cooperação Económica (ACE) foi assinado em 2009 com o objectivo de reforçar a estabilidade macroeconómica e financeira de S. Tomé e Príncipe e de apoiar a intenção das autoridades santomenses de optarem por um regime cambial assente no euro como âncora fixa da dobra santomense. O Acordo contribuirá, ainda, para consolidar as relações bilaterais entre os dois países, potenciando o aumento das trocas comerciais e do investimento.

A implementação do Acordo será apoiada por uma facilidade de crédito (até 25M€) disponibilizada pela parte portuguesa, a qual tem como objectivo apoiar a balança de pagamentos da parte santomense, a título de mobilização antecipada de receitas cambiais próprias. A referida facilidade pode ser utilizada para o financiamento da importação de bens e serviços ou para a liquidação do serviço da dívida externa santomense, no caso do montante de reservas cambiais de São Tomé e Príncipe se situar a um nível considerado baixo.

A estabilidade macroeconómica e financeira e a sustentabilidade do regime cambial deverão contribuir, de forma significativa, para o sucesso das profundas reformas económicas que têm vindo a ser implementadas em S. Tomé e Príncipe e que tendem ao ajustamento, à abertura e à expansão sustentada da sua economia.

Para assegurar o acompanhamento do ACE, foi criada a Comissão do Acordo de Cooperação Económica (COMACE), no âmbito da qual funciona uma Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM).

Relativamente às áreas de actuação do segundo eixo (**Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza**), a Cooperação Portuguesa centrou-se nos sectores da Educação e da Saúde, abarcando também o desenvolvimento sociocomunitário:

Educação – a cooperação centra-se no apoio ao **ensino secundário**, através do projecto “Escola +”, iniciado em 2009/2010. Este projecto substituiu o Projecto de Apoio ao Ensino Secundário (PAES) e o Curso Secundário Profissionalmente Qualificante (CSPQ) iniciado em 2006. A componente leccionação estava muito contemplada nesse apoio. A filosofia de actuação foi alterada, evidenciando agora uma abordagem estratégica: centrar-se na formação de professores, na revisão dos programas de ensino e da estrutura curricular, no apoio à gestão e supervisão das escolas e, ainda, na recuperação e construção de algumas infra-estruturas escolares do ensino secundário. O projecto “Escola+” incide na promoção do ensino da língua portuguesa através do reforço do ensino secundário com o

objectivo de valorizar os recursos humanos locais, reforçando as suas capacidades com vista à melhoria do sistema de ensino santomense. Apesar do diagnóstico prévio realizado e da forma participada na elaboração do projecto constatou-se a existência de disfuncionalidades na sua implementação (p. e. formação de professores, reabilitação de infra-estruturas escolares, etc.) e na articulação com a tutela (Ministério da Educação), algumas delas consequência da mudança política entretanto ocorrida em S. Tomé e Príncipe.

É, ainda, de referir, no **Ensino Superior**, a atribuição de bolsas de estudo e a promoção de cursos de língua portuguesa por parte do Instituto Camões de modo a contribuir para uma melhor capacitação de docentes de S. Tomé e Príncipe.

Saúde – a cooperação traduziu-se no projecto “Saúde para Todos”, iniciado em 2005. Durante a vigência do actual PIC foi alargado a todos os Distritos, incluindo à Região Autónoma do Príncipe, e foi complementado com o “Saúde para Todos – Especialidades” e com a Telemedicina.

Desenvolvimento Sociocomunitário – é de referir as acções da rede de Protecção Social, através de projectos integrados e multidimensionais, cujo objectivo é a criação de serviços de base em diversas valências e a redução do desemprego através de uma política de formação profissional de que se salienta, principalmente, o apoio ao **Centro de Formação Profissional de Budo-Budo**, prestado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) de Portugal. É, ainda, de referir o “**Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar**”, implementado pelo IMVF, com co-financiamento da CE e da Cooperação Portuguesa (10%).

Em termos globais e considerando a concentração das acções no PIC, pode-se afirmar que a estratégia de intervenção portuguesa foi ao encontro das necessidades, prioridades e fragilidades identificadas por S. Tomé e Príncipe, nomeadamente, na (i) “Boa Governação” centrando-se na formação específica de quadros qualificados dos diferentes sectores e no (ii) “Desenvolvimento Sustentável e Redução da Pobreza”, dando resposta quer no apoio ao ensino secundário (revisão curricular e programas, formação de professores, gestão escolar, etc.) quer na cobertura sanitária do país alargando os cuidados primários de saúde e algumas especialidades médicas a toda a população, incluindo a Região Autónoma do Príncipe.

Foi possível constatar que:

1. Na área das **Finanças Públicas**, o apoio através do PICATFin e da assessoria ao Ministério do Plano e das Finanças evidencia resultados positivos nomeadamente num aumento das receitas e no controlo das despesas do Estado. A cooperação nesta área tem, do ponto de vista do Governo Santomense, ultrapassado os objectivos transparecendo, por exemplo, ao nível de (i) estruturas técnico-administrativas; (ii) melhoria dos processos de trabalho e do funcionamento de serviços como as Alfândegas, os Impostos ou a Inspecção de Finanças e na (iii) publicação de nova legislação. Refira-se, novamente, a este propósito a avaliação intercalar positiva realizada pelo FMI, em 2010, ao desempenho da economia santomense (ajustamento macroeconómico e reformas estruturais).
2. O Acordo de Cooperação Económica deu um importante contributo estrutural no apoio à prossecução dos objectivos macroeconómicos, desde logo pela estabilidade que introduziu na moeda.
3. Na **Cooperação Técnico-Militar** e na **Cooperação Técnico-Policial**, os programas foram cumpridos como planeado. Das entrevistas realizadas no terreno, transpareceu que se registam resultados positivos ao nível organizacional e do desempenho dos profissionais destas áreas.
4. No sector da **Educação**, o projecto “Escola+” teve já um papel relevante na elaboração e implementação da reforma curricular do ensino secundário, no apoio didáctico (p. e., textos de apoio), no fornecimento de equipamentos essenciais para o bom funcionamento das escolas e em alguns casos interveio na recuperação dos edifícios, de que é bom exemplo o Liceu Nacional.

No que se refere à reabilitação do parque escolar do país, embora importante, está longe de se concretizar¹¹. Foi possível observar que, por exemplo, na Escola Secundária de Santana, a recuperação física dos edifícios escolares melhorou as condições de trabalho, aumentou a auto-estima e a motivação de toda a comunidade escolar. Pelo contrário, como se constatou no caso da Escola Secundária de Santo António do Príncipe, a escola degradada conduz à ausência de condições de funcionamento (degradação administrativa,

¹¹ O projecto procedeu a um levantamento das necessidades nesta área e apresentou uma proposta de requalificação de todo o parque escolar santomense (do ensino secundário) estimada em 800 mil euros de modo a que o Governo de S. Tomé e Príncipe pudesse obter financiamento de outras fontes. Apesar do enquadramento favorável que era permitida pela Linha de Crédito portuguesa, as autoridades santomenses não avançaram com esse programa.

inexistência de espaços polidesportivos, etc.) que, conjugada com a falta de formação de professores, faz aumentar o insucesso escolar.

Apesar das limitações/lacunas identificadas, o projecto “Escola+” foi considerado estruturante pelo Ministério da Educação de S. Tomé e Príncipe, tendo defendido a necessidade de reforço dos mecanismos de articulação entre o projecto e o Ministério, para garantir uma melhor gestão e coordenação da acção.

5. Em relação à **Formação Profissional**, o “Centro de Formação Profissional de Budo-Budo”, apoiado desde 2002, tem uma boa gestão no terreno, cumprindo a programação. Embora a área da formação profissional seja muito importante, não foi possível aferir a sua eficácia por ausência de informação sobre o percurso profissional dos formandos. Não há informação sobre a taxa de empregabilidade dos formandos, nem das áreas de emprego e sua manutenção. É de referir, também, que o Centro tem dado apoio à criação de auto-emprego – através de microcrédito e em espécie/materiais a fundo perdido, sendo a maior parte dos beneficiários mulheres. Neste caso existe informação disponível sobre o número de negócios abertos e desistências. Por exemplo, em 2010 foi dada formação a 54 formandos em aprendizagem profissional, foram realizados 18 estágios profissionais e foram atribuídos 36 subsídios de instalação de projectos (apoio à criação de auto-emprego).

Das entrevistas realizadas no terreno, pode afirmar-se que este Centro e a intervenção “Escola +”, na vertente do ensino profissionalizante, deveriam promover a sua articulação, introduzindo mais-valias no relacionamento e reconhecimento de competências profissionais e académicas, no sentido de se poder trabalhar numa lei sobre aprendizagem e ensino profissional.¹²

6. No sector da **Saúde**, o projecto “Saúde para Todos” tem obtido resultados muito positivos, aos mais diversos níveis, tendo contribuído, com grande probabilidade, para a melhoria dos indicadores de saúde de S. Tomé e Príncipe (ver Questão 7). O projecto alargou os cuidados primários de saúde a toda a população do país, como já referido, organizou e apetrechou centros de saúde e postos sanitários com equipamento, formação e medicamentos, criando pequenos laboratórios que permitem a realização de análises de rotina diminuindo, desse modo, a pressão sobre o Hospital Central.

¹² A este propósito refira-se que os alunos do Centro ganham competências profissionais, mas não ficam com qualquer competência académica.

O alargamento à Região Autónoma do Príncipe também é visível e começa a produzir resultados. Em 2006 não existia qualquer posto sanitário a funcionar existindo actualmente cinco para apoio à população. Também aqui, as repercussões são notórias na redução do número de evacuações para o Hospital Central. Apesar de algumas limitações visíveis (por exemplo, deficiente serviço de análises clínicas), o hospital do Príncipe, após a sua reabertura e remodelação, aumentou a quantidade e qualidade dos serviços prestados (exames de radiologia e ecografia e consultas de estomatologia), tendo sido substancialmente melhorado o fornecimento de medicamentos e reagentes, deixando de haver rotura de stocks. Como dado de referência é de salientar que desde 2006 não se registou, na Ilha do Príncipe, qualquer registo de morte por doença da malária, ainda que para tal tenham contribuído também outros factores, nomeadamente as redes tratadas e as pulverizações.

A intervenção “Saúde para Todos – Especialidades”, iniciada em 2008, com o envio de equipas médicas portuguesas ao Hospital Central e aos distritos, tem contribuído para uma tendência de diminuição do número de evacuações de doentes¹³, com reflexos positivos aos diferentes níveis (diminuição de custos; permanência do doente no ambiente familiar; ausência do eventual problema do não regresso aquando da evacuação, etc.).

Com a recente implementação da “Telemedicina”, outra componente introduzida na vigência do actual PIC, aumentou o número de consultas de especialidade, fomentando o conhecimento (e a formação “*on job*”) dos médicos santomenses, propiciando o debate dos casos mais complexos com colegas portugueses, gerando maior confiança no diagnóstico.

O “Saúde para Todos” levou também a mudanças de atitude e comportamentos da população, nomeadamente dos estratos mais jovens, através das acções de educação para a saúde (programas na rádio e televisão, sessões de informação e sensibilização nas escolas primárias, etc.).

7. Na área da **Segurança Alimentar**, o “Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar”, iniciado em 2009, tem como objectivo específico promover a segurança alimentar através do reforço quer das capacidades de produção, transformação e valorização de produtos agrícolas, quer das capacidades das organizações da sociedade civil que trabalham nesta área e que integram a

¹³ Em 2008 foram evacuados 210 doentes, em 2009 195 e em 2010 194.

Rede Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Para além das actividades já realizadas, da visita ao terreno sobressaiu um conjunto de constrangimentos (p. e., inércia no desenvolvimento de uma política de “Desenvolvimento Rural” por parte das autoridades santomenses e, consequentemente, na definição de uma “estratégia nacional de segurança alimentar”) que, a manterem-se, poderão pôr em causa o alcançar de resultados sustentáveis. Ressalta a necessidade de um acompanhamento mais estreito por parte da Cooperação Portuguesa, o qual passa necessariamente por esta ser devidamente informada das alterações ao projecto e suas consequências. É também evidente a necessidade de encontrar outro financiador para que a expectativa gerada pelo projecto, de construção de uma fábrica de transformação de mandioca, não seja gorada.

8. No domínio do **Desenvolvimento Sociocomunitário**, o apoio concedido através do ex-MTSS português visa directamente a redução da pobreza e o apoio social a camadas mais vulneráveis da população, nomeadamente idosos e crianças.

Há uma percepção generalizada, por parte dos interlocutores contactados no quadro desta avaliação, de que as mais valias da Cooperação Portuguesa se situam no apoio aos sectores da saúde e da educação, áreas centrais para o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza. Portugal tem um lugar privilegiado nestas duas áreas e pode desempenhar também um importante papel na promoção da boa governação/capacitação institucional em S. Tomé e Príncipe.

6.2. As intervenções estão harmonizadas com as intervenções nas mesmas áreas de intervenção dos outros doadores?

No quadro da Declaração de Paris, a harmonização, complementaridade e coordenação entre doadores constituem um dos cinco compromissos da parceria para a eficácia da ajuda ao desenvolvimento.

Aquando da elaboração do PIC foi feito um levantamento dos programas de cooperação de outros doadores (pág. 33-36), evidenciando preocupações com a complementaridade de intervenção. Contudo, ao nível da implementação, e apesar de as organizações bilaterais e multilaterais terem identificado a necessidade de se harmonizar entre si, continua a não existir uma plataforma ou mecanismo sistematizado de actuação com a participação dos diversos actores internacionais, que

permita a identificação de convergências, oportunidades de parceria e aproveitamento de sinergias, evitando simultaneamente as possibilidades de sobreposição e/ou duplicação de esforços. A complementaridade só é conseguida de forma *ad-hoc* e fortuita, muitas vezes com base em relacionamentos informais entre organizações ou como fruto de contactos pessoais. Apesar do processo de consulta, nomeadamente ao nível sectorial, entre parceiros, não tem havido a prática de partilha mútua dos documentos de estratégia.

Para além das mesas redondas de doadores (a última foi realizada em Dezembro de 2005, fora do período em análise), não existiu qualquer mecanismo formal de articulação, no sentido de assegurar a harmonização e coordenação de toda a ajuda. Ao nível multilateral, e no quadro da reforma do Sistema das Nações Unidas, o PNUD tem a tarefa de articular a ajuda das agências do Sistema e promover a harmonização dos respectivos ciclos de programação (2008-2011). Este esforço não existe ao nível da Comissão Europeia (CE) e dos Estados-Membros da União Europeia (UE).

Tendo como referência os indicadores de progresso na implementação da Declaração de Paris, no que diz respeito à harmonização, apenas 22% dos fluxos de ajuda foram canalizados através de abordagens conjuntas baseadas em programas) (indicador 9) (Anexo 4). Não foi realizada nenhuma missão ou análise conjunta com outro(s) doador(es) a fim de partilhar os ensinamentos da experiência e criar uma comunidade de práticas (indicador 10). Ao contrário do que já acontece com outros países parceiros, e apesar das mais-valias da Cooperação Portuguesa, identificadas no documento de auto-avaliação para a implementação do Código de Conduta, não houve qualquer avanço em matéria de cooperação delegada.

A harmonização, coordenação e divisão de trabalho entre doadores são dificultadas pelo carácter de fragilidade de S. Tomé e Príncipe. Acresce que, para além do número limitado de doadores, o carácter insular e a dimensão do país fazem com que a maioria dos doadores coordenem a sua ajuda a partir de uma delegação num país vizinho. Portugal é o único EM da UE com representação ao nível de Embaixada residente. A França possui apenas serviços de cooperação e a Espanha fechou o seu escritório em Março de 2011. A representação de poucos doadores no terreno não favorece a coordenação. Acresce que com Taiwan, um dos maiores doadores de São Tomé e Príncipe, não existem relações diplomáticas e há disparidades na perspectiva, conceitos e formas de actuação entre as cooperações dos doadores que fazem parte do CAD e as daquele país.

No entanto, é de referir, em 2009, o caso de coordenação estabelecida entre o PICATFin e o programa *Millennium Challenge Corporation* (MCC), em concordância com as autoridades santomenses. O programa MCC tinha como principais áreas de intervenção as Alfândegas e os Impostos (2 das 15 áreas contempladas ao nível do PICATFin) onde existiam domínios de sobreposição. A coordenação entre programas potenciada pelos respectivos gestores locais permitiu, não obstante algumas dificuldades iniciais de ajustamento, um trabalho de complementaridade entre os dois doadores, possibilitando que as acções do PICATFin fossem implementadas em articulação com o programa MCC.

Em termos sectoriais podem, num futuro próximo, ser dados passos significativos de harmonização. No sector da saúde, no qual Portugal é o principal doador, evidencia-se como necessária uma articulação estreita com a OMS e, no sector da educação, a articulação com o Banco Mundial, o principal doador neste sector através da *Fast Track Initiative*, cuja primeira fase terminou em Junho de 2011.

6.3. Apostou-se numa abordagem Bi/Multi?

A abordagem bi-multi é uma forma de articulação entre a cooperação bilateral e a cooperação multilateral no sentido de aumentar a eficácia e o financiamento da ajuda ao desenvolvimento. Como refere a “Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” é “(...) *fundamental que sejam aprofundadas metodologias de trabalho bi-multi, fazendo relevar as vantagens de colocar dentro de uma lógica comum os recursos despendidos*” pelas duas vias.

Na avaliação do PIC anterior (2005-2007), tal como já referido neste relatório, foi feita uma recomendação no sentido de diversificar os instrumentos de ajuda, introduzindo abordagens inovadoras, entre as quais a bi-multi. Esta recomendação teve eco aquando da elaboração do documento do PIC (pág. 15) ao reiterar que “a *Cooperação Portuguesa deve desenvolver e implementar uma abordagem bi-multi, cumprindo os compromissos internacionais assumidos na Declaração de Paris, e dedicar especial atenção ao desenvolvimento de parcerias com agências das Nações Unidas, no quadro da UE, da OCDE e das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e regionais. (...)*”

Apesar disso, a abordagem bi-multi foi implementada de forma muito tímida. No conjunto das intervenções da Cooperação Portuguesa em S. Tomé e Príncipe são poucas as situações em que é possível identificar alguma complementaridade entre

os canais bilateral e multilateral da ajuda ao desenvolvimento. Um dos principais exemplos é o sucesso do PICATFin. O Trust Fund do PNUD para a criação de uma Unidade de Coordenação da Ajuda em S. Tomé é outro exemplo, pese embora os resultados pouco positivos, como se verá na questão dez.

Um caso mais recente é a intervenção na área da Segurança Alimentar, com financiamento bilateral (embora só 10%) português sendo o restante assegurado pela Comissão Europeia¹⁴. Ainda que a lógica não seja de abordagem bi-multi, houve a preocupação por parte de Portugal de estimular a candidatura de ONGD portuguesas a fundos comunitários, com garantia de co-financiamento no caso de aprovação dos projectos por parte da CE. É também exemplo o projecto da UCCLA, iniciado em 2009, sobre gestão dos resíduos sólidos na Cidade de S. Tomé ao promover a gestão participada entre autoridades locais santomenses e sociedade civil, com o apoio da UE e da Cooperação Portuguesa.

6.4. As intervenções reflectem os restantes compromissos internacionais em termos da Declaração de Paris e dos ODM?

A Declaração de Paris tornou-se, desde 2005, uma declaração de referência para a prática da cooperação internacional e um instrumento essencial para a promoção da eficácia da ajuda. Na questão dois foi analisado um dos compromissos da Parceria (harmonização), faltando ainda olhar sobre os restantes quatro. O princípio da apropriação será tratado na questão dez. Serão, por isso, abordados nesta questão os princípios do alinhamento, prestação de contas mútua e gestão centrada nos resultados.

Em matéria de alinhamento e harmonização, os doadores comprometeram-se a basear o seu apoio nas estratégias nacionais de desenvolvimento dos países parceiros, a utilizar os sistemas e procedimentos nacionais, a apoiar o reforço de capacidades dos parceiros, nomeadamente ao nível da capacidade de gestão das finanças públicas e dos sistemas nacionais de aprovisionamento, bem como a desligar a ajuda para uma melhor utilização dos recursos (indicadores 2, 3, 5, 6, 7, e 9 do Anexo 4).

¹⁴ O executor da Cooperação Portuguesa concorre a financiamento da Comissão Europeia e procura o restante financiamento através da Cooperação Portuguesa bilateral.

No quadro do PIC foram feitos esforços significativos de alinhamento, desde logo porque as áreas de intervenção identificadas tiveram por base as necessidades e prioridades da Estratégia de Redução da Pobreza e aumentou-se a previsibilidade da ajuda através de um orçamento indicativo. Durante o período em análise houve fluxos de ajuda destinados ao sector público contabilizados no orçamento nacional de S. Tomé e Príncipe, como é o caso de 2010 (Anexo 4, indicador 2).

O desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais é um aspecto central do PIC e das intervenções dele decorrentes. Isso é visível não só no Eixo I, como também no Eixo II, nomeadamente na educação, com a revisão curricular e a formação de professores, e na saúde, com a capacitação dos profissionais de saúde, não só ao nível dos cuidados de saúde (diagnóstico e tratamento) mas, também, da gestão e organização dos Centros de Saúde e Postos Sanitários.

O reforço das capacidades nacionais, evitando a criação de estruturas de implementação paralelas deu alguns passos. O projecto “Saúde para Todos” integra-se nas estruturas locais de saúde (Centros de Saúde e Postos Sanitários), utiliza o pessoal local na gestão e prestação de contas, com o envolvimento dos Delegados de Saúde ao nível das decisões. A prestação de contas global é feita pelo grupo coordenador, composto por quadros santomenses.

De acordo com os dados recolhidos pela Divisão de Planeamento e Programação (DPP), em 2008 e 2009, a APD bilateral desligada terá correspondido a 95% e 97%, respectivamente, baixando bastante em 2010 (36%), reflexo da utilização das linhas de crédito. Seria, contudo, importante esclarecer, para 2008-2009, a forma como se contabilizou o desligamento, à luz das boas práticas internacionais.

No que diz respeito à “prestação de contas mútua”, os compromissos assumidos no quadro da Declaração de Paris vão no sentido de o país doador fornecer atempadamente informações transparentes e detalhadas sobre os fluxos de ajuda, ao mesmo tempo que, doador e país parceiro devem avaliar conjuntamente, através de mecanismos objectivos, os progressos realizados na execução dos compromissos assumidos sobre a eficácia da ajuda. Nesta matéria, o principal avanço registou-se ao nível das intervenções, com prestação de contas dos executores ao financiador e da sensibilização do parceiro para esta necessidade: a criação dos grupos coordenadores nas intervenções da saúde, educação e formação profissional são disso um bom

exemplo. Ainda assim, deve-se ir mais longe no sentido de uma maior responsabilização de todos os envolvidos no processo.

Quanto à “gestão centrada nos resultados”, ao longo do período em análise foi feito algum progresso, ainda que de forma tímida, notando-se uma preocupação constante com a obtenção de resultados. O PIC foi elaborado com esta perspectiva, tendo sido identificados indicadores gerais (globais e sectoriais). Mas, a escolha dos indicadores, mais centrados nos *outputs*, limitaram uma verdadeira gestão centrada nos resultados. Como não foram identificados “*baseline*” para os indicadores, quer do PIC, quer das intervenções, na prática não é possível, de uma forma geral, verificar os progressos alcançados.

No que se refere aos **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio** (ODM) e conforme está explicitado no PIC 2008-2011 (pág. 16), na concepção dos instrumentos gerais de cooperação entre os dois países, foram considerados aqueles objectivos que permitirão “*ir ao encontro dos princípios do alinhamento e harmonização entre as orientações estratégicas nacionais e internacionais, permitindo deste modo uma maior contribuição da cooperação portuguesa para a prossecução dos grandes objectivos internacionais em matéria de cooperação*”. Neste âmbito, não foram criados indicadores, conforme o previsto, com vista a aferir o contributo de cada intervenção para o respectivo ODM.

Pode afirmar-se que as intervenções, pelo menos formalmente, reflectem os compromissos em termos de ODM, desde logo porque, aquando da candidatura/apresentação dos projectos, se exige que se equacionem os ODM para os quais os projectos concorrem. Nesta matéria será necessário um acompanhamento mais estreito e eficaz, com criação de indicadores que possam ajudar a aferir o contributo de cada intervenção para os ODM.

6.5. Qual a importância do documento PIC para a preparação/implementação das intervenções?

A cooperação bilateral portuguesa com S. Tomé e Príncipe tem sido desenvolvida, desde 1999, no quadro dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC). Este documento pretende enquadrar estrategicamente a cooperação a desenvolver e identificar as prioridades e os financiamentos que vão orientar o contributo da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento económico e social de S. Tomé e Príncipe.

Tal como já referido, o PIC é um documento importante, desde logo porque garante alguma previsibilidade da ajuda e, por outro, porque potencia o alinhamento com as prioridades do país parceiro. A análise da importância do documento do PIC na preparação/implementação das intervenções teve por base, como já foi referido, a consulta das fichas de projecto, o relatório da missão de acompanhamento realizada em 2010, bem como a análise dos documentos dos projectos seleccionados.

Numa primeira análise, parece ter havido preocupação aquando da preparação das intervenções e consequente aprovação com o alinhamento com o PIC, mas, numa segunda apreciação, coloca-se a dúvida se não aconteceu o contrário, isto é, com base no que já existia no terreno, foi elaborado o documento que enquadra as intervenções. Embora os projectos estejam alinhados com o PIC, dado actuarem nas áreas consideradas prioritárias e de concentração deste documento, parece ser necessário haver algum aprofundamento nesta matéria. Por exemplo, não se encontraram evidências, nem nos documentos de projecto nem e nos relatórios de acompanhamento, de haver ligação entre os indicadores do PIC e os indicadores das intervenções.

6.6. O PIC identifica objectivos, indicadores e metas de forma a facilitar/guiar o trabalho de acompanhamento e de avaliação?

O PIC 2008-2011 foi elaborado de acordo com uma matriz adoptada genericamente para todos os países parceiros, comum no quadro da UE, com ajustamentos à especificidade do país em causa. O documento constitui, em síntese, um acordo político de princípios gerais onde é feita a análise da situação política, económica, social e ambiental, e da estratégia de desenvolvimento e de redução da pobreza de S. Tomé e Príncipe, com identificação dos eixos prioritários de intervenção. Dentro de cada eixo identifica os objectivos gerais e os instrumentos de cooperação privilegiados (pág. 50, para o eixo I, e pág. 56 para o eixo II) e em cada eixo identifica as áreas de intervenção e respectivos objectivos específicos. É apresentada, na parte final do documento uma matriz de intervenção com os objectivos do PIC, as áreas de intervenção e indicadores de resultados, para além de indicadores gerais do PIC.

Como já referido, o processo de elaboração deste PIC teve subjacente uma recolha de informação aprofundada e uma identificação sistemática das necessidades de S. Tomé e Príncipe. Teve também em consideração os resultados da avaliação do PIC realizada em 2007 e, consequentemente, das suas conclusões e recomendações.

Da análise, quer dos indicadores gerais do PIC (pág. 73), quer dos indicadores de resultados por área de intervenção (pág. 74-81), constata-se que se trata de indicadores de *outputs* e não de *outcomes*, que não são definidas metas nem apresentados dados de referência inicial (*baseline*), aspectos fundamentais quando se pretende fazer uma verdadeira gestão centrada nos resultados, ou seja, no contributo para o desenvolvimento dos parceiros.

De facto, o texto do PIC transmite essencialmente uma declaração de intenções, na qual se verifica a inexistência de alguns elementos, nomeadamente:

- Uma definição clara de alguns conceitos (p. e., “Boa Governação”) que pudessem enquadrar as prioridades e clarificar o entendimento sobre cada área de actuação;
- Um plano com objectivos e metas mais concretas a atingir em cada um dos eixos de intervenção, que permitisse um acompanhamento eficaz do programa;
- Uma matriz com indicadores quantitativos e/ou qualitativos (incluindo *baseline*), com metas e mais virada para os resultados (*outcomes*), que permitisse também fazer o posterior acompanhamento e avaliação do PIC;
- Um planeamento financeiro indicativo por sector. É apenas apresentado o montante global para o quadriénio (45 milhões de euros), distribuído pelos dois eixos do PIC.

Não há evidências de que tivesse sido feito um acompanhamento global do PIC com base nos indicadores nele contido, apesar das suas limitações, ou seja, na prática revelaram-se de reduzida, ou mesmo nula, utilidade. Não existe qualquer documento onde tenha sido feita a análise, indicador a indicador, a partir do qual se pudesse, desde logo, identificar as lacunas de informação necessária ao seu acompanhamento e avaliação.

6.7. Houve alterações nos indicadores sectoriais?

A análise do contributo das intervenções da Cooperação Portuguesa para a promoção do desenvolvimento não se pode cingir aos resultados alcançados desde 2008, data de início da implementação do actual PIC. De facto, muitas das intervenções nele contidas têm um carácter de continuidade, evidenciando uma relação de longa duração. Acresce que os resultados e efeitos nos sectores sociais só são visíveis a médio e longo prazo. Por isso, a análise procura identificar algumas relações de

causalidade e, sobretudo, de contribuição¹⁵ entre as principais intervenções e os progressos sectoriais alcançados.

A informação estatística produzida sobre S. Tomé e Príncipe no período de vigência do PIC está consubstanciada em algumas publicações recentemente editadas, com especial relevo para o “Inquérito Demográfico e Sanitário de S. Tomé e Príncipe (2008-2009) (INE e Ministério da Saúde de S. Tomé e Príncipe, 2010), a “Estratégia de Cooperação da Organização Mundial de Saúde com os países 2008-2013” (OMS, 2009), o “Relatório de Progresso da Estratégia de Redução da Pobreza”, do Ministério do Plano e Finanças (2007) e o “Relatório de Seguimento dos ODM na CPLP” (CPLP, 2011). Existem, ainda, outros dados disponíveis sobre a evolução dos indicadores sectoriais do país, como é o caso das estatísticas produzidas pelo Banco Mundial, OCDE, UNESCO e UNICEF. No que diz respeito à evolução macroeconómica e das finanças públicas os documentos de referência utilizados são a “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010/2011”, do Banco de Portugal, assim como os relatórios do FMI redigidos no âmbito do programa ECF (Extended Credit Facility).

A análise centra-se, sobretudo, nos sectores da educação, saúde e finanças públicas. De acordo com as publicações consultadas, S. Tomé e Príncipe registou uma evolução positiva nos indicadores globais. O PIB *per capita* e a esperança média de vida aumentaram e, *“apesar do carácter relativamente frágil das estruturas sociais, económicas, políticas e institucionais da sociedade santomense”*, o país *“apresenta um nível de desenvolvimento humano superior em cerca de 30% à média regional”* (CPLP, 2011). Atendendo a que o país é fortemente dependente da ajuda e que Portugal é um dos principais doadores, podemos afirmar que a Cooperação Portuguesa terá contribuído para a evolução positiva destes indicadores, desde logo porque se registaram progressos no domínio da saúde, os quais terão contribuído para os progressos em termos de desenvolvimento humano.

Os indicadores da **Educação** registaram alguns progressos quantitativos (Quadro 11), ao nível do ensino primário em termos de taxa de escolarização e equidade de género, mas, em contrapartida, registou-se um acentuado declínio da qualidade do ensino (CPLP, 2011). No ensino secundário (Quadro 12) há, igualmente, um longo caminho a percorrer, não só em matéria de qualidade do ensino como de alargamento do seu

¹⁵ Uma análise rigorosa de relações de causa-efeito para avaliar o impacto obrigaria à utilização de metodologias para as quais não existem dados disponíveis nem contrafactual, aspecto fundamental para a questão da atribuição.

acesso. Apesar dos eventuais efeitos positivos resultantes do PAES/CSPQ iniciado em 2006 que precedeu o projecto de intervenção “Escola +”, os indicadores de Educação reforçam a necessidade de se continuar a apoiar este sector.

Quadro 11 – Indicadores de Educação

INDICADORES	2003	2006	2009
Taxa de escolarização líquida no ensino primário (%)	98,97	92,5	97,5
Taxa de escolarização líquida no ensino primário (%) - raparigas	98,0	92,1	99,5
Taxa de escolarização líquida no ensino secundário	27,13	32,46 (2007)	-
Taxa de escolarização líquida no ensino secundário - raparigas	30,6	34,55 (2007)	-
% de repetentes no ensino primário	28,87	23,47	24,22 (2008)
% de repetentes no ensino secundário	41,89	35,51 (2007)	33,41 (2008)
Rácio alunos professor ensino primário	32,1	30,8	26,2
Rácio alunos professor ensino secundário	21,7 (2004)	21,69 (2005)	
Taxa de conclusão do ensino primário	60	73	83
Taxa de permanência até ao ultimo ano do Ensino Primário	61,29	75,02 (2007)	
Taxa de transição para a Educação Secundária	55,16	54,62	49,73
Nº total de professores no ensino primário	915	1009	1291
Nº total de professores no ensino secundário	-	373 (2005)	-
% de professores formados no ensino primário	-	-	48
Fontes: UNESCO			

Quadro 12 – Indicadores do 1º Ciclo do Ensino Secundário

Indicador	2008/2009	2009/2010
Taxa bruta de escolarização	58	67
Taxa líquida de escolarização	17	28
Taxa de Repetência (1º e 2º ciclos)	33	20 (estimativa 2011)
Rácio Alunos/Turma	53	-
% de Raparigas	53	51
Fonte: Departamento de Estatística do Ministério da Educação Santomense e Institute for Statistics UNESCO (2010)		

Em matéria de **Formação Profissional**, Portugal apoia o Centro de Formação Profissional de Budo-Budo desde 2002. De acordo com o Relatório de Progresso da Estratégia de Redução da Pobreza (2007:32), este Centro “*tem tido um papel relevante na redução da pobreza, através da promoção da formação profissional, da promoção de novas oportunidades para todos, da promoção de conhecimentos e*

saberes – saber-estar, saber-ser, saber-fazer, da inserção das pessoas mais desfavorecidas no mercado de trabalho”. Dada a continuidade do apoio, pode afirmar-se que a Cooperação Portuguesa terá contribuído para estes resultados. Apesar disso, é difícil afirmar que as suas acções se tenham revelado adequadas às necessidades do mercado de trabalho, pela ausência de dados nesta área.

No sector da **Saúde** S. Tomé e Príncipe registou progressos significativos (Quadro 13). *“Os níveis de prestação de cuidados de saúde da população têm vindo a conhecer melhorias dignas de nota como resultado dos sucessos verificados na luta contra o paludismo, dos progressos marcantes no programa de Saúde Sexual e Reprodutiva e na luta contra o HIV/Sida”* (PNUD, 2008^a: 10), registando-se, simultaneamente, melhorias no acesso aos serviços de saúde. *“Com o apoio dos parceiros, o país atingiu bons resultados para os indicadores na área da saúde infantil e da redução da morbi-mortalidade por paludismo, como frutos da cooperação multilateral e bilateral”* (OMS, 2009: xi).

Quadro 13 – Indicadores de Saúde

INDICADORES	2003	2006	2009
Taxa de Mortalidade Infantil (menos 5 anos)	118	96	78
Taxa de Mortalidade Infantil (menos 1 ano)	-	63	52
Taxa de Mortalidade neonatal	38	38	27
Imunização de crianças com menos de 1 ano contra BCG	99	98	99
Imunização de crianças com menos de 1 ano contra DPT1	99	99	90
Imunização de crianças com menos de 1 ano contra DPT3	94	99	98
Imunização de crianças com menos de 1 ano contra polio3	94	97	99
Imunização de crianças com menos de 1 ano contra sarampo	87	85	90
Imunização de crianças com menos de 1 ano contra HepB3	43	75	98
% de crianças com menos 5 anos, com diarreia, que recebem hidratação oral e alimentação continuada	44	63	63
% de crianças com menos 5 anos que dormem com redes impregnadas	23	42	56
% de crianças com menos 5 anos, com febre, que recebem medicamentos anti-malária	61	25	8
Nº de mortes devido a Malária	193	26	23
Nº de casos de malária reportados	38.655 (2000-2005)		3.893
Incidência da tuberculose	107 (2004)	103	98
Prevalência da tuberculose	253 (2004)	252	162
Fontes: OMS, UNICEF			

Portugal é o principal doador neste sector, através do Projecto Saúde para Todos. A duração deste projecto desde 2005, a natureza e diversidade das suas actividades

bem como a cobertura territorial, permitem afirmar que deu um importante contributo para os resultados alcançados neste sector.

O Relatório de Progresso da Estratégia de Redução da Pobreza (2007: 32) reconhece a importância do apoio da Cooperação Portuguesa na vulgarização dos cuidados de saúde em todo o país através do projecto “Saúde para Todos”. Este projecto continua a ser aquele que tem produzido maiores resultados e efeitos na melhoria do acesso aos cuidados de saúde em S. Tomé e Príncipe. À semelhança das conclusões da avaliação do PIC anterior, realizada em 2007, e dado os bons resultados obtidos até à presente data, pode afirmar-se que os actuais indicadores de saúde continuam a indicar:

- Melhoria das infra-estruturas, equipamentos e materiais, essenciais ao desenvolvimento e reforço da rede sanitária em S. Tomé e Príncipe, cobrindo todo o território nacional;
- Optimização das intervenções, dos serviços e dos produtos de base já existentes no âmbito da luta contra as principais doenças transmissíveis (doenças da pobreza);
- Melhoria e reforço das condições de abastecimento de água e saneamento básico, com vista a quebrar as cadeias de transmissão das doenças infecto-contagiosas e tropicais;
- Reforço da competência e da qualificação dos recursos humanos de saúde nos distritos abrangidos pelo projecto;
- Melhoria da operacionalidade e eficácia do sistema de saúde, ainda que a sustentabilidade técnica e financeira não seja previsível a médio prazo.

Na área do **Abastecimento de Água e Saneamento**, registaram-se alguns progressos nos últimos anos (Quadro 14), ainda que o acesso à água tratada seja muito baixo e bastante díspar entre as zonas rural e urbana. Apesar disso, a reabilitação de nascentes e a construção de depósitos de água e chafarizes têm contribuído para a melhoria de acesso das populações à água. Em matéria de saneamento, *“apesar do esforço do governo em parceria com as ONG na construção de latrinas, a situação ainda é má”* (Ministério do Plano e Finanças, 2007:31). Apesar da não realização de um trabalho de construção de indicadores na presente avaliação do PIC mas tendo em atenção os dados disponíveis e os factos constatados no trabalho de campo, pode afirmar-se que o projecto “Saúde para Todos” contribuiu para

a melhoria dos indicadores de saúde em STP, ainda que também nesta matéria haja um longo caminho a percorrer.

Quadro 14 – Água e Saneamento

Água e Saneamento	2000	2005	2008
% da população total com acesso a fontes de água melhorada	78	85	89
% da população rural com acesso a fontes de água melhorada	70	81	89
% da população urbana com acesso fontes de água melhorada	85	88	89
% da população total com acesso a saneamento básico	21	24	26
% da população rural com acesso a saneamento básico	15	17	19
% da população urbana com acesso a saneamento básico	27	29	30
Fonte: WHO / UNICEF Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation (2010)			

Na área das **Finanças Públicas**, o apoio através do PICATFin, (como já referido, os resultados são visíveis na introdução de alterações ao nível das estruturas técnico-administrativas, na melhoria dos processos de trabalho e no funcionamento dos serviços das Alfândegas, Impostos e Inspeção de Finanças) e mais recentemente o Acordo de Cooperação Económica, terão contribuído para a melhoria dos indicadores de gestão macroeconómica, realidade que se traduziu, como já referido, numa avaliação intercalar positiva do Fundo Monetário Internacional, em 2010.

6.8. Houve alterações nos indicadores de desempenho das pessoas e das organizações alvo da cooperação?

A fragilidade institucional é uma das características da Administração santomense. No PIC, a capacitação institucional/reforço institucional, questão transversal à maioria dos projectos, é especificamente referida como objectivo das acções incluídas nos dois eixos (“Boa Governação, Participação e Democracia” e “Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza”).

No que diz respeito às áreas de actuação do eixo da **Boa Governação**, fundamentalmente as áreas da Defesa, Segurança Interna e Finanças Públicas, a resposta da ajuda portuguesa foi positiva na organização dos serviços, no comportamento dos agentes e no seu desempenho, como foi referido pelos responsáveis santomenses. A título de exemplo, refira-se que vários formandos da Cooperação Portuguesa ocupam hoje, em S. Tomé e Príncipe, lugares de grande responsabilidade na Administração nas áreas para as quais foram formadas, sendo

disso exemplo alguns comandos da Polícia Nacional. Das entrevistas realizadas às autoridades santomenses sobressai uma grande satisfação nos resultados alcançados.

Na área das **Finanças Públicas**, o apoio através do PICATFin e da assessoria ao Ministério do Plano e das Finanças evidencia resultados positivos, não só ao nível dos indicadores macroeconómicos, como já referido, mas, também, no desempenho dos serviços do Ministério, nomeadamente ao nível da arrecadação de receitas. A assessoria, ao assegurar a coordenação do programa, consegue uma boa articulação entre as necessidades mais urgentes e as respectivas respostas, realidade que se traduz em bons resultados.

Nos principais projectos do **Eixo I** (cooperação técnico-militar, cooperação técnico-policial, PICATFin e assessoria ao Ministério do Plano e das Finanças) pode afirmar-se que foram aplicadas as boas práticas de desenvolvimento de capacidades em contexto de fragilidade, nomeadamente a existência de:

- Uma abordagem transversal integrada;
- Um compromisso de longo prazo com memorandos de entendimento entre parceiros;
- Uma abordagem flexível: os projectos evoluíram ao longo do período de vigência, com base num diálogo e negociação entre as partes;
- Uma ênfase nas boas e eficazes relações de trabalho a vários níveis e mecanismos de gestão claros;
- Um “gestor de projecto”, o qual é responsável pela coordenação e implementação.

No sector da **Educação**, e mais especificamente no ensino secundário, nível em que se integra o “Escola +”, das entrevistas e das visitas realizadas no terreno, foi possível constatar os esforços que estão a ser desenvolvidos com vista a um melhor desempenho de professores e alunos no âmbito daquele projecto (Quadro 11). Assim, como foi referido na questão anterior, também aqui se pode afirmar que os projectos da Cooperação Portuguesa têm vindo a contribuir para alterações no desempenho individual e cumulativamente das instituições, ainda que não se possa estabelecer uma relação directa de causa-efeito. No caso do “Escola +”, para além dos resultados obtidos nas suas dimensões didáctica-pedagógica e de gestão, conseguiu-se em algumas situações criar dinâmicas que permitiram a resolução de problemas locais, como é o caso da falta de água em algumas escolas. Contudo, persistem alguns constrangimentos que limitam o desenvolvimento de capacidades e

a sustentabilidade deste apoio: inércia, atraso na publicação de legislação (p. e. decretos leis da revisão curricular e normativos específicos) e a não reabilitação de infra-estruturas.

No sector da **Saúde** são visíveis mudanças no desempenho dos profissionais de saúde tendo para isso tido influência a formação e o rigor implementado pelo projecto “Saúde para Todos”. Os Centros de Saúde e Postos Sanitários passaram a ter um melhor funcionamento (organização; higiene; fichas por doente) e foram abertos novos Postos Sanitários. A qualidade e diversidade de serviços prestados aumentaram, para além do seu alargamento a todo o território. O Hospital Central está menos congestionado, desde logo pela redução da pressão pela procura de cuidados primários de saúde, os quais passaram a estar disponíveis junto das populações. A “Telemedicina” aumentou a hipótese de contacto dos médicos santomenses com colegas portugueses, melhorando a capacidade de diagnóstico e a segurança dos profissionais de saúde. Por outro lado, as mudanças registadas no comportamento das populações não serão alheias à influência das acções de educação para a saúde, nas escolas primárias e creches e na rádio/televisão.

Em termos gerais, pode afirmar-se que o projecto Saúde para Todos reforçou:

- A capacidade técnica e de formação do pessoal dos Centros e Postos de Saúde, quer em São Tomé, quer no Príncipe;
- A capacidade institucional e a integração nas estruturas locais dos Centros e Postos de Saúde e consequente redução da pressão sobre o Hospital Central Dr. Ayres de Menezes, com efeitos visíveis na redução das evacuações para Portugal;
- A capacidade institucional do Ministério da Saúde, ao nível distrital.

Na área da **Acção Social**, os resultados são visíveis em termos físicos (a construção e a recuperação dos edifícios onde funcionam as estruturas da rede social) e em termos sociais com repercussões previsíveis ao nível económico (projecto OSSOBÔ/Santa Casa da Misericórdia), social (lares, habitação, cozinhas sociais, etc.) e educativo (o apoio socioeducativo a crianças em risco, os apoios escolar e juvenil, bibliotecas, etc.) com todas as implicações ao nível do bem-estar das populações.

6.9. As intervenções têm incorporado a gestão do risco? Houve identificação do risco e formas de o minimizar?

A problemática do risco na cooperação internacional assumiu nos últimos anos uma importância crescente, realçada ainda mais nos casos em que o país parceiro é considerado “Estado frágil”, como é o caso de S. Tomé e Príncipe. A gestão do risco deve ser equacionada a diversos níveis, a começar, desde logo, no momento de elaboração do PIC. No PIC 2008-2011 a gestão do risco não foi incluída de forma explícita, tanto mais que esta problemática só ganhou relevância no IPAD em 2009, aquando da auditoria da CE para efeitos de certificação para gerir cooperação delegada. Assim, só em 2009 foram dados os primeiros passos para uma gestão de risco no IPAD, a qual deverá ter no futuro implicações na elaboração quer do PIC quer dos documentos de projecto e na gestão das intervenções de desenvolvimento.

As condições de trabalho em Estados frágeis são mais contingentes do que nos restantes países em desenvolvimento. A dimensão política da cooperação nesses países é muito mais pronunciada e a cooperação é tipicamente orientada pelo objectivo geral de estabilização política. Esta realidade requer que o país doador e o país parceiro estejam dispostos a assumir maiores riscos. A não opção por determinadas modalidades de ajuda (p. e., apoio ao orçamento), a gestão dos projectos com recurso a gestores contratados para o efeito, o uso de procedimentos que não os nacionais, podem ser vistos como uma “válvula de segurança” da Cooperação Portuguesa relativamente a diferentes níveis de risco que, embora não expressos na programação e implementação das intervenções, foram utilizados no período em apreço.

Ao nível das intervenções, a gestão do risco é um processo pró-activo que visa eliminar/minorar os problemas potenciais antes da sua ocorrência e deste modo aumentar a probabilidade de sucesso dos projectos. Este processo consubstancia-se na identificação e análise dos riscos associados ao projecto e na forma de mitigar as suas consequências. Da análise efectuada aos documentos de projecto não se detectaram evidências nesta matéria, mas das entrevistas realizadas foi detectada a sua presença, sobretudo por parte dos executores. Em alguns casos foram identificados alguns riscos e formas de os minimizar como, por exemplo, no sector da saúde relativamente aos custos, à distribuição de medicamentos e gestão de stocks.

Uma última referência para dizer que a gestão de risco cruza com os níveis de apropriação e de sustentabilidade. Há um conjunto de riscos que, ao não serem acautelados, podem pôr em causa os resultados de uma intervenção, não conduzindo a uma solução sustentável.

Em síntese, poderá afirmar-se que, em baixa escala, foi tido em conta o nível de risco associado aos projectos de Cooperação Portuguesa com S. Tomé e Príncipe, ainda que não haja evidências formais da sua consideração sistemática.

6.10. Até que ponto houve apropriação, por parte de S. Tomé e Príncipe, nas várias intervenções?

A apropriação é, como já referido, um dos pilares da Declaração de Paris e traduz-se na capacidade de os países parceiros exercerem uma liderança efectiva sobre as suas políticas e estratégias de desenvolvimento, e coordenarem os esforços de desenvolvimento. Caberá aos doadores apoiar e facilitar essa liderança, respeitando as políticas e fortalecendo a capacidade dos parceiros na sua implementação.

No quadro da Declaração de Paris, os países parceiros comprometeram-se a:

- (i) Exercer a liderança no desenvolvimento e implementação das suas estratégias nacionais de desenvolvimento, através de processos consultivos amplos;
- (ii) Transformar estas estratégias em programas operacionais hierarquizados e centrados nos resultados;
- (iii) Dirigir a coordenação da ajuda a todos os níveis, bem como os outros recursos de desenvolvimento, em diálogo com os doadores, fomentando a participação da sociedade civil e do sector privado.

Os doadores comprometeram-se a respeitar a liderança dos países parceiros e ajudá-los a reforçar a capacidade de a exercerem.

S. Tomé e Príncipe elaborou a Estratégia de Redução da Pobreza em 2002, revista em 2005, tendo apresentado o último balanço anual da sua implementação em 2007. Tem sido com base nas prioridades e necessidades identificadas neste documento que os doadores internacionais, nos quais Portugal se inclui, definem as suas estratégias de cooperação. Contudo, não tem existido nem ao nível central, nem sectorial, qualquer unidade de coordenação da ajuda com funcionamento efectivo. Não existe qualquer documento oficial que defina a política do Governo santomense em matéria de ajuda ao desenvolvimento (global ou sectorial). *“A capacidade para negociar acordos é fraca, muito menos ainda para implementar, monitorizar e avaliar*

os referidos acordos. (...) Os fluxos de informação e das relações entre o Governo e os doadores são ditados pela assinatura de acordos entre cada um dos parceiros técnicos e financeiros e os diferentes ministérios. (...) As parcerias de desenvolvimento no país constituem-se a vários níveis: multilateral, bilateral e com as ONG. As políticas e estratégias de intervenção têm-se caracterizado pela natureza dos mandatos dos parceiros e de acordo com os interesses de uns e de outros, o que nem sempre corresponde às reais necessidades e prioridades locais.” (OMS, 2009: 14).

Em 2009, o Conselho de Ministros aprovou a criação do Comité de Coordenação, Gestão e Seguimento da Ajuda Externa, sob a dupla tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e do Ministério do Plano e das Finanças. Este Gabinete devia funcionar junto do Ministério do Plano sob tutela da Direcção do Tesouro. O Despacho Conjunto previa, ainda, a criação dos órgãos de coordenação, supervisão, seguimento e avaliação das actividades do Gabinete: Conselho Interministerial, Conselho Consultivo e Conselho de Concertação. Na prática, nunca saiu do papel.

Apesar disso, o Governo de S. Tomé e Príncipe encontra-se empenhado em contrariar a existência de uma multiplicidade de projectos de assistência técnica não coordenados entre si e muitas vezes impostos ou sugeridos pelos doadores, o que não contribui para a coerência da actuação governamental nem para o alinhamento com as suas prioridades. Para o efeito, Portugal e o PNUD, em 2008, decidiram apoiar a criação, através de um *Trust Fund*, de uma **Unidade de Coordenação da Ajuda (UCA)**¹⁶. As dificuldades de operacionalização têm sido muito grandes: dificuldades na inserção da Ajuda no Orçamento de Estado; ausência de relatórios de execução por parte da maior parte dos Ministérios; a informação que circula é diminuta e pouco fiável; há confusão entre verbas em fase de negociação com desembolsos efectivos e, ainda, fraca capacidade para negociar (fraco envolvimento) com os diversos parceiros do desenvolvimento. Esta Unidade tem ainda como objectivo acompanhar a execução do Orçamento e conhecer o impacto dessa execução. Embora já exista um coordenador e a UCA tenha iniciado funções em Maio de 2010, na prática ainda não foi desenvolvido qualquer esforço de coordenação. O objectivo é agora a calendarização de acções de modo a permitir um correcto funcionamento dos mecanismos de coordenação da ajuda até 2015.

¹⁶ Esta Unidade foi criada para um período pré-determinado e com três domínios de intervenção: formação; criação de condições para permitir que a Administração coordene a Ajuda e garantir uma boa comunicação entre os parceiros. Estava previsto financiamento de Portugal (300 mil dólares) e do PNUD (100 mil dólares).

No Eixo da Boa Governação, entre os factores que no decorrer da avaliação se puderam identificar como potenciadores da apropriação (e consequentemente da sustentabilidade) dos programas da Cooperação Portuguesa destacam-se:

- O envolvimento de quadros nacionais;
- O acompanhamento sistemático e regular;
- O reforço institucional e melhor capacidade de gestão;
- A adaptação progressiva às novas tecnologias introduzidas pelos projectos;
- A identificação clara dos interlocutores santomenses e seu envolvimento de forma estreita e participativa na implementação e na gestão dos projectos.

Entre os factores limitadores de apropriação das intervenções são de referir:

- A inércia e burocracia por parte das autoridades, quer santomenses, quer portuguesas;
- As sucessivas mudanças políticas em S. Tomé e Príncipe;
- A limitação de recursos.

No que diz respeito ao sector da **Educação**, o trabalho desenvolvido no âmbito do “Escola +” induz alguma apropriação pela valorização dos recursos humanos locais (as equipas directivas das escolas e os professores do ensino secundário), reforçando as suas capacidades e responsabilizando-os pelo sistema de ensino a implementar e pelos meios e métodos necessários para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a formação e capacitação dos professores santomenses é visível nas competências técnicas melhoradas, na capacidade de gestão de algumas escolas secundárias. A articulação entre o projecto e o Ministério da Educação santomense foi reforçada, tendo os mecanismos de financiamento, gestão e coordenação vindo a tornar-se claros. Neste quadro, o coordenador santomense assume um papel de destaque pela dinâmica que pode introduzir na articulação com as autoridades locais no sentido de as envolver e informar em tempo útil.

No sector da **Saúde**, a promoção da apropriação passa não só pelo envolvimento do Ministério ao nível central mas, sobretudo, dos Delegados de Saúde dos distritos, os quais participam na tomada de decisões em relação aos Centros de Saúde e Postos Sanitários. Contudo, ao nível ministerial, foi referida a necessidade de reuniões mais regulares.

Se ao nível da apropriação técnica houve progressos, nomeadamente no sector da saúde, com toda uma equipa de profissionais de saúde locais na intervenção “Saúde

para Todos”, já quanto à apropriação financeira não se nota qualquer esforço no sentido de S. Tomé e Príncipe assumir alguns custos. Quanto à apropriação de gestão, embora com algumas excepções, é ainda muito incipiente.

Em jeito de conclusão é possível afirmar que, quer ao nível macro, quer ao nível dos projectos, a questão da apropriação está longe de ser conseguida. Neste aspecto cabe um papel importante a S. Tomé e Príncipe, que deve envidar esforços no sentido de criar condições que tornem possível esta apropriação, desde logo ao nível da vontade de liderança e coordenação efectiva da ajuda. Ao nível sectorial passa, por exemplo, por criar toda a legislação que dê enquadramento às várias áreas e dentro destas aos seus profissionais. Dar condições de estabilidade às equipas para que possam apropriar-se da gestão das intervenções e tentar ir assegurando, mesmo que de início de forma simbólica, alguma “almofada financeira”, são aspectos fundamentais para promover a apropriação.

7. Conclusões e Recomendações

7.1. Conclusões

- S. Tomé e Príncipe é um país muito dependente da ajuda externa, com fragilidades a diversos níveis. O número de doadores é reduzido sendo Portugal, desde sempre, um dos principais doadores.
- A Cooperação Portuguesa registou, no quadro do actual PIC (2008-2011) progressos em matéria de previsibilidade da ajuda, de alinhamento com as prioridades e necessidades de S. Tomé e Príncipe, tal como definidas na Estratégia de Redução da Pobreza, ainda que o seu horizonte temporal seja mais amplo (até 2015). Foram igualmente feitos progressos na concentração da ajuda, centrando a atenção nas áreas em que Portugal tem reconhecidas mais-valias (capacitação institucional, educação e saúde) relativamente a outros doadores. A Cooperação Portuguesa terá, também, contribuído globalmente para os progressos alcançados por S. Tomé e Príncipe ao nível macroeconómico, como reconhecido pelo FMI na sua avaliação de 2010, e ao nível dos ODM.
- A forte dependência da ajuda e a fragilidade institucional colocam problemas ao nível da apropriação e sustentabilidade o que se traduz na necessidade de uma parceria de longo prazo e em que o apoio deve ser equacionado de forma integrada, nomeadamente ao nível do desenvolvimento das capacidades.
- A elaboração do PIC bem como a responsabilidade pela gestão e acompanhamento da sua implementação é da responsabilidade do IPAD, tendo por base um processo de consulta dos diversos actores e parceiros da cooperação. Em matéria de programação foram feitos alguns progressos relativamente ao PIC anterior, nomeadamente um esforço claro de concentração da ajuda em sectores e áreas onde a Cooperação Portuguesa tem mais valias relativamente a outros doadores.
- A inclusão de indicadores globais e sectoriais no documento do PIC é outro progresso a registar. Contudo, estes indicadores revelaram-se de reduzida utilidade numa óptica da gestão centrada nos resultados. Foram, também, feitos progressos ao nível dos instrumentos de gestão mas o acompanhamento da implementação do PIC foi eminentemente financeiro, sendo a falta de informação mais evidente nos projectos que não têm financiamento do IPAD.

- A abordagem dominante na implementação do PIC continuou centrada na ajuda projecto, ainda que tenham sido tentadas, de forma muito tímida, algumas abordagens inovadoras como é o caso da abordagem bi-multi.
- O Acordo de Cooperação Económica foi um instrumento adoptado recentemente que produziu já alguns resultados positivos, visíveis ao nível macroeconómico.
- A maioria das intervenções implementadas correspondeu ao inicialmente acordado no quadro do PIC. Contudo, algumas das actividades previstas não se concretizaram, não apenas pelas restrições orçamentais da Cooperação Portuguesa mas, também, pela indefinição da parte santomense e morosidade na resposta, o que inviabilizou a melhoria de indicadores e resultados em alguns sectores, como é o caso do da **Justiça**.
- Em termos globais a **execução do PIC** situou-se acima dos 100% para o período 2008-2010. Esta sobre-execução deve-se à linha de crédito. Se a excluirmos, a média de execução anual, entre 2008 e 2010 situa-se acima dos 90%.
- No Eixo I – **Boa Governação, Participação e Democracia**, pode afirmar-se que foram alcançados resultados ao nível do desenvolvimento das capacidades humanas e institucionais, nomeadamente nas áreas da **Defesa, Segurança Interna e Finanças Públicas**. Nestas áreas o principal constrangimento identificado diz respeito à ausência de alojamento para os agentes portugueses, constrangimento que é recorrente noutras intervenções, como é o caso da saúde e da educação.
- No Eixo II – **Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza**, a cooperação centrou-se nos sectores da saúde e educação. Na área da **Educação**, no que se refere ao “Escola+”, é prematuro falar em resultados/efeitos, apesar dos *outputs* já produzidos. Uma das lacunas por parte das autoridades santomenses relacionadas com aquele projecto tem a ver, entre outras, com o atraso na publicação de legislação de apoio à revisão curricular e à não reabilitação das escolas. Outra lacuna do projecto está relacionada com a intervenção no Príncipe. A abordagem adoptada para a formação dos professores na Região Autónoma do Príncipe (formação intensiva durante uma semana) não deu resposta às necessidades sentidas, dadas as enormes carências existentes. Desse modo, torna-se necessário rever esta componente do projecto abrangendo nessa revisão outras situações problemáticas de outras escolas de distritos de S. Tomé.

- No sector da **Saúde**, a intervenção “**Saúde para Todos**” (alargamento e especialidades), cujo início foi anterior ao período de vigência do PIC, é o projecto mais importante da Cooperação Portuguesa em S. Tomé e Príncipe, não só pelos montantes envolvidos mas, sobretudo, pela abrangência, natureza e resultados alcançados. É possível identificar efeitos deste apoio em termos de cobertura e alargamento dos cuidados básicos de saúde, registando-se já progressos nos indicadores de saúde do país. A “Telemedicina”, uma vertente introduzida no actual PIC, melhorou a capacidade de diagnóstico e a segurança dos profissionais de saúde. O alargamento ao distrito de Caué e à ilha do Príncipe foi muito positivo, mas ainda com muitas carências por suprir, evidenciando a necessidade de uma maior autonomia dos centros de saúde e da assumpção dos compromissos por parte do governo santomense.
- O significativo volume financeiro do apoio prestado pelo ex-MTSS português, entre 2008 e 2010, tornou o “Desenvolvimento Sociocomunitário” como uma área importante da Cooperação Portuguesa em S. Tomé e Príncipe.
- Os esforços de harmonização, coordenação e complementaridade são diminutos, dificultados pelas características do país parceiro e pelo reduzido número de doadores com escritório no terreno. Apesar disso, há alguns exemplos de articulação, como o demonstra a cooperação na área das finanças públicas entre o PICATFin e a MCC. Esta é uma área onde pode haver progressos no futuro, nomeadamente nos sectores da saúde (articulação com a OMS) e da educação (com a *Fast track Initiative* do Banco Mundial).
- Os esforços de apropriação e sustentabilidade são reduzidos, evidentes nas dificuldades de operacionalização da Unidade de Coordenação da Ajuda, na não assumpção de responsabilidade de gestão e/ou co-financiamento das intervenções, factos dificultados pelas fragilidades institucionais aos diversos níveis. Esta situação dificulta a definição de uma estratégia de saída da Cooperação Portuguesa.
- A implementação dos princípios subscritos na Declaração de Paris fica aquém do desejável, apesar dos esforços feitos em algumas áreas, nomeadamente nos indicadores 2, 3, 7 e 9.
- A gestão do risco, importante no contexto da fragilidade santomense, apesar de algumas preocupações implícitas na elaboração e implementação do PIC, carece de maior aprofundamento no próximo PIC.

7.2. Recomendações

Da análise e das conclusões da presente avaliação, é possível retirar um conjunto de recomendações, as quais deverão ser tidas em consideração, quer pelas autoridades portuguesas quer santomenses, na preparação, negociação e implementação do próximo PIC. Deste modo, são identificadas recomendações a diferentes níveis:

- Elaboração, implementação e acompanhamento do PIC;
- Papel do IPAD; mecanismos de articulação entre actores da Cooperação Portuguesa;
- Intervenções, seus resultados e efeitos;
- Harmonização e articulação entre doadores;
- Apropriação e sustentabilidade.

Recomendações à Cooperação Portuguesa:

24. Manter o **nível de apoio** a S. Tomé e Príncipe, reforçando a previsibilidade da ajuda ao nível sectorial, tendo em atenção a necessidade de respeitar os valores inicialmente previstos, o que implica repensar o conceito de extra-PIC.
25. Continuar o esforço de **concentração da ajuda** nos dois eixos (Desenvolvimento Sustentável e Boa Governação) e, dentro de cada um deles, na Saúde e Educação e na Defesa, Segurança Interna, Justiça e Finanças Públicas, respectivamente, com abordagens integradas.
26. Reforçar a **liderança do IPAD**, enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento.
27. Melhorar a **gestão centrada nos resultados** (*outcomes*), com definição de indicadores e *baseline* nas intervenções.
28. Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os **ODM** em S. Tomé e Príncipe.
29. Melhorar o **acompanhamento global do PIC** tentando encontrar indicadores de efeitos adequados à monitorização do programa.
30. Fomentar, na área da **Saúde**, a apropriação das intervenções; reforçar a autonomia de gestão na Ilha do Príncipe e consolidar o “Saúde para Todos-Especialidades”, no sentido da sua maior sustentabilidade.
31. Rever, no sector da educação, a vertente de implementação na Região Autónoma do Príncipe do projecto “**Escola +**”, dadas as disfuncionalidades existentes.

32. Promover a articulação entre as intervenções “**Escola +**” e formação profissional de “**Budo-Budo**”, na vertente profissionalizante.
33. Incluir a **Gestão de Risco**, quer na concepção do novo PIC, (com ênfase para a análise, planeamento de cenários e uso de instrumentos de ajuda especializados), quer nas intervenções, como forma de aumentar a qualidade da ajuda. As intervenções deverão integrar a análise do risco nos seus documentos de projecto e deve ser feita uma gestão desse risco, explicitando-a nos relatórios de acompanhamento.
34. Fortalecer a **articulação** com outros doadores, nomeadamente com o BM no sector da educação e com a OMS no sector da saúde.
35. Ter em atenção, nos programas de **formação**, as especificidades do país e ser mais consentâneos com o contexto de fragilidade de S. Tomé e Príncipe.

Recomendações às Autoridades Santomenses:

36. Os Ministérios da Educação e da Saúde de S. Tomé e Príncipe devem ter um maior envolvimento na aprovação e publicação célere da **legislação** necessária aos sectores, condição necessária para a sustentabilidade dos projectos.
37. As autoridades santomenses devem promover um maior envolvimento e articulação com a Cooperação Portuguesa, quer na programação quer na implementação, para potenciar a **apropriação e a sustentabilidade** dos projectos.
38. As autoridades santomenses devem operacionalizar a **Unidade de Coordenação da Ajuda** pondo em prática o processo de coordenação e complementaridade desse apoio, dada a importância do apoio externo no quadro do orçamento nacional.
39. As autoridades santomenses devem, no mais curto prazo possível, actualizar ou elaborar uma nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de modo a permitir aos doadores internacionais a definição das suas estratégias de cooperação.
40. As autoridades santomenses devem continuar a envidar esforços, por exemplo, através de abordagens Bi/Multi ou outras, no sentido de encontrarem financiamentos para a reabilitação e construção de escolas secundárias.

Recomendações à Cooperação Portuguesa e às Autoridades Santomenses:

41. Promover a **harmonização**, nomeadamente nos sectores da saúde e da educação, dada a importância de Portugal enquanto principal doador.
42. Reforçar a **articulação** entre as intervenções da Saúde e Educação e os Ministérios da Saúde e Educação de S. Tomé e Príncipe, respectivamente.
43. As autoridades santomenses devem reafirmar a **Segurança Alimentar** como uma prioridade para S. Tomé e Príncipe. O apoio da Cooperação Portuguesa deverá ser equacionado num contexto de concentração de ajuda e recursos escassos.
44. Pela importância de que se reveste no quadro da Boa Governação e Estado de direito, a Cooperação Portuguesa deverá repensar com S. Tomé e Príncipe formas de dinamizar a cooperação no sector da **Justiça**.
45. Melhorar a recolha de informação sobre a empregabilidade dos formandos, na intervenção de “**Budo-Budo**”.
46. Reflectir sobre o número de áreas a apoiar na intervenção “**PICATFin**”, dados os recursos escassos e em função das prioridades santomenses.

Anexos

Anexo 1 – Termos de Referência

AVALIAÇÃO CONJUNTA DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO PORTUGAL – S. TOMÉ E PRÍNCIPE 2008-2011

Enquadramento

A cooperação bilateral entre Portugal e os seus principais parceiros tem sido desenvolvida, nos últimos anos, no quadro dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC). Os PIC enquadram estrategicamente a cooperação a desenvolver entre Portugal e cada um dos países e estabelecem as linhas de força que vão orientar o contributo português para o desenvolvimento económico e social do país parceiro. Traduzem igualmente os compromissos internacionais assumidos no contexto da Declaração de Paris (2005) e da Agenda para a Acção de Acra (2008).

A cooperação com S. Tomé e Príncipe, no quadriénio 2008-2011, teve lugar num contexto difícil e complexo, de crise internacional. O País, porém, prosseguiu os seus esforços no sentido do ajustamento macroeconómico e das reformas estruturais. Estes esforços permitiram a celebração de um novo programa apoiado pelo FMI, cuja primeira avaliação intercalar, concluída em Fevereiro de 2010, foi positiva.

Neste contexto de reformas, merece destaque a entrada em vigor, no início de 2010, do novo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, para cuja sustentação as autoridades santomenses contam com o Acordo de Cooperação Económica (ACE), celebrado, em 2009, entre Portugal e S. Tomé e Príncipe.

A dinâmica de crescimento acelerado que caracterizou a evolução da economia santomense no período 2005-2008 abrandou de forma significativa em 2009, devido aos efeitos da referida crise internacional, que se manifestaram sobretudo na queda acentuada do investimento directo estrangeiro e no atraso da ajuda externa. Devido a este abrandamento assistiu-se a uma redução das importações o que significou uma quebra na arrecadação de receitas aduaneiras. Relativamente às contas públicas, esta quebra de receitas levou à deterioração do saldo orçamental em 2009. Prevê-se ter havido retoma em 2010.

S. Tomé e Príncipe está classificado como um país de rendimento médio-baixo e ocupa a 127ª posição, em 169 países, no Índice de Desenvolvimento Humano.

Objecto e finalidade da avaliação

Objecto

Foi no contexto atrás descrito que foram desenvolvidas as intervenções do PIC para o quadriénio 2008-2011, assinado em 2008, com um envelope financeiro indicativo de 45 milhões de euros.

A presente avaliação tem como objecto as intervenções de desenvolvimento enquadradas no PIC. Tendo em consideração a estratégia de desenvolvimento definida por S. Tomé e Príncipe, através do *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP)* e os princípios e linhas de acção da Cooperação Portuguesa, foram identificados, nesse documento, como eixos principais de intervenção:

- (v) A Boa Governança, Participação e Democracia;
- (vi) O Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza.

Finalidade

Esta avaliação pretende:

- Fornecer informação relevante à cooperação portuguesa em geral, e ao IPAD em particular, sobre a programação e implementação da cooperação com S. Tomé e Príncipe que permita tomar decisões sobre a programação e implementação futuras;
- Contribuir para o aumento de conhecimento e respectiva aprendizagem;
- Propor recomendações para a reorientação da estratégia do novo PIC.

Âmbito e objectivos da avaliação

Âmbito

Esta avaliação tem lugar no último ano de vigência do PIC. A Avaliação irá centrar a sua análise fundamentalmente nas intervenções das áreas da Educação e Saúde, por serem as áreas prioritárias da Ajuda portuguesa. Elas constituem estrategicamente o

“núcleo duro” da cooperação e são também consideradas prioritárias por S. Tomé e Príncipe no seu Documento de Estratégia Nacional da Redução da Pobreza (ENRP).

A avaliação analisará as intervenções no âmbito da cooperação não institucional que se enquadrem nas áreas acima definidas.

Objectivos:

1. Conhecer até que ponto a intervenção portuguesa foi relevante nestas áreas;
2. Saber se as intervenções estão alinhadas com a estratégia do PIC;
3. Dar contributos para a programação do novo PIC;
4. Analisar os efeitos, nomeadamente da intervenção na área da saúde;
5. Analisar os níveis de apropriação financeira, técnica e de gestão;
6. Analisar a liderança do IPAD, enquanto entidade coordenadora da Cooperação Portuguesa.

Questões da avaliação:

1. As intervenções correspondem às prioridades nacionais de S. Tomé e Príncipe? Dão resposta a essas prioridades?
2. As intervenções estão harmonizadas com as intervenções nas mesmas áreas de intervenção dos outros doadores?
3. Apostou-se numa abordagem Bi/Multi?
4. As intervenções reflectem os compromissos internacionais em termos da Declaração de Paris e dos ODM?
5. Qual a importância do documento PIC para a preparação/implementação das intervenções?
6. O PIC identifica objectivos, indicadores e metas de forma a facilitar/guiar o trabalho de acompanhamento e de avaliação?
7. Houve alterações nos indicadores sectoriais?
8. Houve alterações nos indicadores de desempenho das pessoas e das organizações alvo da cooperação?
9. As intervenções têm incorporado a gestão do risco? Houve identificação do risco e formas de o minimizar?

10. Até que ponto houve apropriação, por parte de S. Tomé e Príncipe, nas várias intervenções?

Metodologia

A metodologia a adoptar terá em atenção a especificidade de S. Tomé e Príncipe. A avaliação deverá também incluir um estudo documental realizado no IPAD e nos Ministérios, entrevistas com as entidades envolvidas em Portugal e em S. Tomé e Príncipe e visitas a intervenções seleccionadas naquele país africano. Os potenciais utilizadores da avaliação deverão participar no planeamento e execução da avaliação, em diálogo frequente com a equipa e em workshops e/ou seminários se considerados necessários.

A avaliação baseia-se nos critérios adoptados pelo CAD e CE para avaliar a ajuda ao desenvolvimento: relevância, eficiência, eficácia, sustentabilidade e a coordenação e complementaridade. Como já referido, é uma avaliação no último ano da execução do programa, onde se analisarão as intervenções prioritárias e os seus efeitos.

Para se poder avaliar segundo os referidos critérios, será trabalhada uma matriz de perguntas relacionadas com cada critério de avaliação. Será ainda analisado o nível de implementação das recomendações das avaliações anteriores.

Fases da Avaliação

A avaliação inclui três fases:

- A primeira, de trabalho de gabinete, baseada na análise documental;
- A segunda, de trabalho de campo, apoiada na identificação de toda a documentação feita em trabalho de gabinete e centrada em entrevistas no terreno e visita às intervenções;
- A terceira, de aprofundamento das questões identificadas no terreno e de elaboração do relatório final.

A análise documental consistirá na recolha e análise de informação relevante que tenha sido produzida durante o período em estudo, através de pesquisas várias ou através de entrevistas com representantes dos actores portugueses envolvidos.

O trabalho de campo permitirá aprofundar alguns aspectos previamente identificados, realizar entrevistas com os parceiros de desenvolvimento responsáveis pelas diversas actividades, recolher informação que permita responder às questões da avaliação e

aprofundar outros aspectos que venham a ser levantados face à realidade encontrada no terreno.

Relatório Final

O relatório final deverá conter uma apreciação da implementação do PIC, dos resultados e dos efeitos obtidos ao longo do período em análise, bem como recomendações quanto ao prosseguimento do modelo de programação (PIC) e respectivas modalidades (sectores, tipos de ajuda).

A versão preliminar deste relatório deverá ser apresentada e discutida na presença dos detentores de interesse envolvidos na avaliação.

Plano de Trabalho

A avaliação decorrerá em 2011, com o seguinte calendário:

- Trabalho documental até Maio
- Trabalho de campo em Maio
- Versão provisória do relatório final em Setembro
- Versão final do relatório em Outubro

Composição da Equipa

A avaliação é realizada por uma equipa conjunta, com a seguinte composição:

- 2 Técnicos do GAAI / IPAD
- 2 Técnicos de S. Tomé e Príncipe (Ministério do Plano e das Finanças e Cooperação e Internacional e Embaixada em Lisboa)

Anexo 2 – Contactos realizados e guião das entrevistas

Reuniões em Lisboa

Data	Presenças	Entidade	Local
4 de Março 10:00 H	Ana Paula Oliveira Luis Castelo Branco Ana Regina Manuel Mendes	IPAD	IPAD
18 de Abril 10:00 H	Edgar Torres Vasco Bonfim	Representantes da Embaixada de STP em Lisboa e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de STP	IPAD
4 de Maio 10:00 H	Diogo Ferreira Ahmed Zaky	IMVF	IPAD
10 de Maio 10:00 H	Antónia Barreto	ESSE/IP de Leiria	IPAD
11 de Maio 10:00 H	Rosa Caetano Ana Barreto Tânia	GPEAR/MF	Ministério do Plano e das Finanças
11 de Maio 14:30 H	Maria de Jesus Filipe	Instituto Camões	IPAD
13 de Maio 10:00 H	Teresa Requejo Olga Henriques Hugo Curado	MTSS	MTSS

Trabalho de Campo

Ilha do Príncipe

Sexta-feira, dia 20 de Maio

José Cassandra

Natália Umbelina

José Prazeres

Visitas ao Hospital, Liceu, Pólo do Centro Cultural Português

Sábado, dia 21 de Maio

Visita aos Postos de Saúde de Nova Estrela e Porto Real e ao Hospital de Santo António, no Príncipe

Ilha de São Tomé

Domingo, dia 22 de Maio

Visita ao Centro de Saúde de Angolares

Segunda-feira, dia 23 de Maio

8:30 H – DGCI + UCA + Pontos Focais de Cooperação nos Ministérios para apresentação da metodologia de avaliação e da agenda. Local: MNEC

11:00 H – S.E. o Embaixador. Seguida de reunião com Representantes Residentes. Local: Embaixada

15:00 H – Reunião com Director do Hospital Central e visita (Telemedicina e especialidades)

16:30 H – Reunião com Saúde para Todos e Carlos Almeida, Delegado de Saúde de Cantagalo e Caué. Local: Saúde para Todos

Terça-feira, dia 24 de Maio

8:00 H – Saída para visita ao Liceu Trindade (ou outro)

10:00 H – Visita Liceu Nacional

11:30 H – Reunião Núcleo de Coordenação Projecto Escola+. Local: Projecto Escola+.

14:30 H – Ministério Educação. Direcção de Planeamento e Inovação Educativa e/ou Direcção Ensino Secundário e Técnico Profissional. Local: Ministério da Educação

16:30 H – Direcção do ISP e visita Tele-formação. Local: ISP

Quarta-feira, dia 25 de Maio

09:00 H – Reunião Ministério Defesa e Segurança Pública (sem Adido Defesa nem Oficial Ligação)

10:30 H – Direcção-Geral de Agricultura. Local: DG Agricultura

11:30 H – Celso Garrido (PDSA/ADAPPA) e visita à sede do projecto

15:00 H – Subdirector do Centro de Formação Profissional de STP (Budo-Budo). Local: CFPSTP (Budo Budo)

16:00 H – Ministério da Justiça

Quinta-feira, dia 26 de Maio

9:00 H – Ministério Saúde. Local: MSAS

11:00 H – Workshop no Centro Cultural Português (CCP)

14:00 H – Trabalho interno da missão

Sessão de Apresentação Pública das Conclusões Provisórias do Trabalho de Campo

26 de Maio de 2011, 11:00 H – Centro Cultural Português (S. Tomé)

Nome	Instituição
Luis Quintaneiro	PICATFin /STP
Catarina ães Duarte	Embaixada de Portugal
Paulo Rodrigues	Projecto “Escola+”
Esperança Carvalho	Ministério da Saúde
Margarida Magalhães	Projecto “Escola+”
Lassalet B. Morte	Ministério da Defesa e Segurança Pública
Ana M. Martinho Gale	Universidade Nova
Beatriz de Castro Afonso	Instituto Superior Politécnico
Joana Castaño	Instituto Camões
Seródio de C. Félix	Ministério da Justiça
Manuel C. Neves e Silva	Ministério da Saúde
José Manuel Prazeres	Projecto “Saúde para Todos”/Região Aut. do Príncipe
Edgar Torres	Projecto “Saúde para Todos”
José Carlos Aragão	Projecto “Escola+”
Nuno Vaz	Embaixada de Portugal
Ana Paula Oliveira	IPAD
Maria João Robalo	IPAD
Mário Ribeiro	IPAD
Vasco Bonfim	Ministério do Plano e das Finanças e da Cooperação

Reunião de discussão da versão provisória do Relatório final

24 de Outubro de 2011, 10.30 H – IPAD

Nome	Instituição
Ahmed Zaky	IMVF
Ana Barreto	MFAP/GPEARl
Ana Oliveira	IPAD
Cláudia Ramos	MJ/DGPJ
Diogo Ferreira	IMVF
Helena Guerreiro	IPAD
Hugo Curado	MSSS/GEP
Inês Queirós de Barros	IPAD
Inês Rosa	IPAD
Luis Castelo Branco	IPAD
Manuel Mendes	IPAD
Maria de Jesus Filipe	Instituto Camões
Maria Inês Barros	IPAD
Paulo Nande	IPAD
Paulo Soares	MAI/DGAI
Pedro Amaral	IPAD
Rosa Caetano	MFAP/GPEARl
Rui Consta	MAI/DGAI
Teresa Coelho	MSSS/GEP
Victor Leite Braga	MDN/DGPDN

Guião das Entrevistas

Guião geral (Portugal)

1. As actividades identificadas nas intervenções são as mais adequadas para se atingirem os objectivos?
2. As actividades implementadas são consideradas úteis pelos beneficiários finais das intervenções?
3. As intervenções estão em linha com as prioridades identificadas no PIC?
4. As actividades realizadas correspondem ao programado?
5. Explique as razões no caso de ter havido reprogramação.
6. Essa reprogramação trouxe benefícios?
7. Existem indicadores identificados e metas bem definidas que permitam realizar o acompanhamento?
8. Os resultados previstos foram alcançados? Em caso negativo, quais as razões?
9. Em que medida as recomendações de avaliações anteriores foram tidas em consideração aquando da preparação do PIC e da implementação das intervenções?
10. Quais os aspectos positivos a realçar?
11. Identifique os principais constrangimentos exteriores (contexto) à intervenção/actividades
12. De que forma a identificação e minimização do risco foi tida em conta na implementação das intervenções?

Guião geral (Ministérios S. Tomé e Príncipe)

1. 1.As actividades identificadas nas intervenções são as mais adequadas para se atingirem os objectivos?
2. As actividades implementadas são consideradas úteis pelos beneficiários finais das intervenções?
3. As intervenções estão em linha com as prioridades identificadas no PIC?
4. As actividades realizadas correspondem ao programado?
5. Explique as razões no caso de ter havido reprogramação.
6. Essa reprogramação trouxe benefícios?
7. Existem indicadores identificados e metas bem definidas que permitam realizar o acompanhamento?
8. Os resultados previstos foram alcançados? Em caso negativo, quais as razões?
9. Em que medida as recomendações de avaliações anteriores foram tidas em consideração aquando da preparação do PIC e da implementação das intervenções?
10. Quais os aspectos positivos a realçar?
11. Identifique os principais constrangimentos exteriores (contexto) à intervenção/actividades
12. De que forma a identificação e minimização do risco foi tida em conta na implementação das intervenções?
13. Há outros doadores a intervir na mesma área?
14. Há sinergias (hipótese de parcerias) entre as intervenções dos vários doadores?
15. De que forma é feita a articulação entre doadores?
16. De que forma é feita a coordenação entre a intervenção e os responsáveis locais?
17. Quais as fontes de financiamento e quais os compromissos assumidos pelas partes?

Guião sectorial (Projecto Escola +)

1. Qual é a razão da intervenção? Decorreu de iniciativa própria?
2. Em que é que a concepção do projecto se diferencia da intervenção anterior?
3. Quais foram os recursos envolvidos (financeiros e humanos) atribuídos ao projecto?
4. Como foi identificado o montante total necessário para o projecto?
5. De que forma foram implementadas as actividades do projecto e até que ponto a implementação do projecto no terreno esteve conforme o planeado?
6. Quais os resultados atingidos até ao momento?
7. Os resultados alcançados correspondem aos objectivos identificados inicialmente?
9. A existência de reprogramação trouxe benefícios?
10. Existem indicadores identificados e metas bem definidas que permitam realizar o acompanhamento?
8. - Quais os constrangimentos que é possível identificar? Quais os aspectos positivos e negativos ao fim de um ano de implementação do projecto?
9. - A concepção do programa e respectiva implementação foram feitas de forma participativa?
10. - Quem está envolvido no processo de tomada de decisão?
11. - Os mecanismos de financiamento, gestão e coordenação são claros e promovem a apropriação local e o fortalecimento institucional?
11. Após o final do financiamento da Cooperação Portuguesa, a intervenção conseguirá os recursos necessários?
12. Existe capacidade para manter e utilizar os equipamentos disponibilizados pela intervenção?
13. É possível afirmar que houve transferência de conhecimento / competências?
14. Em resultado das intervenções, as condições de vida dos beneficiários finais sofreram alguma alteração?
15. Que efeitos colaterais esta intervenção teve na comunidade em geral?

Guião sectorial (“Saúde para Todos”)

1. -As recomendações da avaliação realizada ao “Projecto Saúde para Todos” foram tidas em consideração?
2. - Até que ponto evoluiu a apropriação ao nível da gestão?
3. - Os montantes envolvidos nas actividades implementadas no âmbito do projecto são claros para a contraparte santomense?
4. - Aumentou o envolvimento do parceiro?
5. - STP melhorou a coordenação dos parceiros neste sector?
6. - Em relação às novas áreas de intervenção (“Especialidades”), houve preocupação com a apropriação? Como se materializa essa preocupação?
7. - Existe preocupação com a análise do risco relativa ao projecto? Como?
8. - Melhoraram os indicadores de saúde?
9. - Aumentou o acesso da população aos cuidados básicos de saúde? A qualidade desses cuidados melhorou?
10. - Os resultados alcançados correspondem aos objectivos identificados inicialmente?
11. - Quais os efeitos no serviço nacional de saúde santomense?
12. - Em que medida o projecto contribuiu para a mudança de atitudes e comportamentos nos seus grupos-alvo? Quais os efeitos concretos?
13. - Houve afectação de recursos locais ao projecto? Como e em que medida a cooperação afectou esses recursos?
14. Verificaram-se atrasos na execução das actividades? Razões
15. A gestão do programa foi adequada? Razões
16. Os recursos foram suficientes e em tempo?
17. Houve desperdícios na utilização dos recursos?
18. Foi possível comparar os custos da intervenção com os custos de intervenções semelhantes? E entre actividades semelhantes dentro da mesma intervenção?

Guião sectorial (“Segurança Alimentar”)

1. As actividades realizadas correspondem ao programado?
2. Explique as razões no caso de ter havido reprogramação.
3. Essa reprogramação trouxe benefícios?
4. Existem indicadores identificados e metas bem definidas que permitam realizar o acompanhamento?
5. Os resultados previstos foram alcançados? Em caso negativo, quais as razões?
6. Após o final do financiamento da Cooperação Portuguesa, a intervenção conseguirá os recursos necessários?
7. Existe capacidade para manter e utilizar os equipamentos disponibilizados pela intervenção?
8. É possível afirmar que houve transferência de conhecimento / competências?
9. Em resultado das intervenções, as condições de vida dos beneficiários finais sofreram alguma alteração?
10. Que efeitos colaterais esta intervenção teve na comunidade em geral?
11. Há outros doadores a intervir na mesma área?
12. Há sinergias (hipótese de parcerias) entre as intervenções dos vários doadores?
13. De que forma é feita a articulação entre doadores?
14. De que forma é feita a coordenação entre a intervenção e os responsáveis locais?
15. Quais as fontes de financiamento e quais os compromissos assumidos pelas partes?

Anexo 3 – Nível de implementação das recomendações da avaliação anterior

Da avaliação do PIC de S. Tomé e Príncipe (2005-2007) resultou um conjunto de recomendações a implementar, quer na elaboração, quer na implementação do novo PIC. Da análise da Ficha de Seguimento, elaborada um ano após a realização da avaliação (2008)¹⁷, e do trabalho entretanto desenvolvido, constata-se que as principais recomendações foram implementadas pela Cooperação Portuguesa, nomeadamente:

- Centrar a acção num reduzido número de sectores/áreas de intervenção, apostando naquelas que constituem valor acrescentado na promoção do desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe: educação, saúde e boa governação, dando uma atenção particular à fase de concepção das intervenções;
- Eliminar os PAC e definir o novo PIC tendo por base a gestão centrada nos resultados, cumprindo uma rigorosa programação financeira (envelope financeiro, objectivos e indicadores claramente definidos);
- Dar maior previsibilidade à ajuda, definindo um novo Programa de Cooperação com um horizonte temporal mais alargado (2008-2011) e com um envelope financeiro plurianual;
- Repensar a cooperação no sector da Educação, investindo na formação pós-graduada em Portugal, na concessão de bolsas internas no quadro do desenvolvimento do ensino superior em S. Tomé e Príncipe e bolsas para formação superior no quadro da CPLP, tirando partido das mais-valias de cada Membro, e no apoio à formação pedagógica dos professores são-tomenses para dar capacitação em Língua Portuguesa;
- Na Saúde, reforçar o apoio aos cuidados básicos de saúde, alargando-o a todo o país, mantendo as missões técnicas de curta duração ao Centro Hospitalar Ayres de Menezes, em moldes muito bem definidos entre as partes;
- Diversificar os instrumentos de ajuda reduzindo o peso da abordagem projecto apostando em programas e abordagens mais inovadoras como a bi-multi.

Não foram implementadas, ou foram-no apenas parcialmente, as recomendações seguintes:

¹⁷ Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/Relatório-Anual-GAAI-2008.pdf>: pp 47-51.

- Centrar o apoio em programas integrados e articulados com outros doadores, em detrimento dos projectos, nomeadamente no sector da educação, e, no quadro do reforço dos mecanismos de coordenação entre doadores ponderando as hipóteses de avançar gradualmente para a abordagem sectorial integradas (SWAp), potenciando os diversos financiamentos bem como a capacidade de gestão interna;
- Promover um maior envolvimento e articulação com as autoridades de S. Tomé e Príncipe para potenciar a apropriação e a sustentabilidade;
- Promover uma maior articulação e complementaridade com outros actores portugueses, potenciando sinergias;
- Reforçar a equipa local e o acompanhamento no terreno;
- Assumir um papel activo no processo de harmonização da ajuda, promovendo mecanismos de coordenação (por exemplo, dinamizando reuniões sectoriais de doadores; promovendo mecanismos de articulação e consulta mútua, etc.);
- Promover uma estratégia de actuação na área da agricultura/desenvolvimento rural, tendo por base o documento de estratégia para o sector e as necessidades/prioridades de S. Tomé e Príncipe.

Anexo 4 – Indicadores de progresso na implementação da Declaração de Paris em S. Tomé e Príncipe

APROPRIAÇÃO		METAS ATINGIDAS EM 2010	
1	<i>Os parceiros têm estratégias de desenvolvimento operacionais</i> – O país adoptou estratégias nacionais de desenvolvimento (incluindo ERP) com prioridades estratégicas claras vinculadas a um quadro de despesas a médio prazo e contabilizadas nos orçamentos anuais.	S. Tomé e Príncipe tem uma estratégia de desenvolvimento operacional.	
ALINHAMENTO		METAS ATINGIDAS EM 2010	
2	<i>Sistemas nacionais fiáveis</i> – Número de países parceiros dotados de sistemas de aprovisionamento (<i>procurement</i>) e de gestão das finanças públicas que ou (a) já adoptam as boas práticas amplamente aceites, ou (b) têm instaurado um programa de reformas para atingir esse objectivo.	(a) Gestão das finanças públicas - ND	
		(b) Aprovisionamento 52% da APD foi canalizada através dos sistemas nacionais.	
3	<i>Os fluxos de ajuda são alinhados com as prioridades nacionais</i> – Percentagem dos fluxos de ajuda destinados ao sector público que é contabilizada no orçamento nacional dos parceiros.	Informação quantitativa não disponível, mas há já um conjunto de fluxos de ajuda que são contabilizados no Orçamento nacional. Por exemplo, em 2010, dos 19 M€, 14 M€ foram comunicados através do orçamento de Estado, sendo 10 M€ de linhas de crédito.	
4	<i>Reforçar o desenvolvimento das capacidades através dum apoio coordenado</i> – Percentagem da ajuda prestada pelos doadores para reforço das capacidades através de programas coordenados compatíveis com as estratégias nacionais de desenvolvimento dos países parceiros.	14% dos fluxos de cooperação técnica foram implementados através de programas coordenados compatíveis com as estratégias nacionais de desenvolvimento.	
5a	<i>Utilização dos sistemas nacionais de gestão das finanças públicas</i> – Percentagem de doadores e de fluxos de ajuda que utilizam sistemas de gestão das finanças públicas em países parceiros que, ou (a) já adoptam as boas práticas amplamente aceites, ou (b) têm instaurado um programa de reformas para atingir esse objectivo.	Percentagem de doadores	
		Pontuação*	Meta
		5+	Todos os doadores utilizam os sistemas de gestão das finanças públicas dos países parceiros. ND
		3,5 a 4,5	90% dos doadores utilizam os sistemas de gestão das finanças públicas dos países parceiros. ND
		Percentagem de fluxos de ajuda	
		Pontuação*	Meta
5+	Redução de dois terços na % da ajuda ao sector público que não utiliza os sistemas de gestão das finanças públicas dos países parceiros. ND		
3,5 a 4,5	Redução de um terço na % da ajuda ao sector público que não utiliza os sistemas de gestão das finanças públicas dos países parceiros. ND		



5b	Utilização dos sistemas nacionais de aprovisionamento (procurement) – Percentagem dos doadores e dos fluxos de ajuda que utilizam sistemas de aprovisionamento em países parceiros que ou (a) já adoptam as boas práticas amplamente aceites, ou (b) têm instaurado um programa de reformas para atingir esse objectivo.	Percentagem de doadores	
		Pontuação*	Meta
		A	Todos os doadores usam sistemas de aprovisionamento dos países parceiros. ND
		B	90% dos doadores usam sistemas de aprovisionamento dos países parceiros. ND
		Percentagem de fluxos de ajuda	
		Pontuação*	Meta
A	Redução de dois terços na percentagem de ajuda ao sector público que não utiliza sistemas de aprovisionamento dos países parceiros. ND		
	B	Redução de um terço na percentagem de ajuda ao sector público que não utiliza sistemas de aprovisionamento dos países parceiros. ND	
6	Reforçar as capacidades evitando estruturas de implementação paralelas – Número de unidades paralelas de implementação de projectos por país.	Reduzir de dois terços o número de unidades paralelas de implementação de projectos. ND	
7	A ajuda é mais previsível – Percentagem de desembolsos de ajuda efectuados conforme programas acordados dentro de quadros anuais ou plurianuais.	Cerca de 100%. A execução do PIC correspondeu, de uma forma geral, ao acordado.	
8	Ajuda desligada – Percentagem da ajuda bilateral que é desligada	2008 – 95% 2009 – 97% 2010 – 36%	
HARMONIZAÇÃO		METAS PARA 2010	
9	Utilização de dispositivos ou procedimentos comuns – Percentagem de ajuda fornecida através de abordagens baseadas nos programas.	22% dos fluxos de ajuda foram fornecidos no âmbito de abordagens baseadas em programas.	
10	Encorajar as análises conjuntas – Percentagem de (a) missões de campo e/ ou (b) trabalho analítico por países, incluindo estudos de diagnóstico que são efectuados em conjunto.	(a) 0% das missões de campo dos doadores foram efectuadas conjuntamente.	
		(b) 0% dos trabalhos analíticos por países foram efectuados conjuntamente.	
GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS		META PARA 2010	
11	Quadros centrados nos resultados – Número de países dotados de quadros de avaliação do desempenho transparentes e monitorizáveis, que permitam avaliar os progressos realizados no que respeita (a) às estratégias nacionais de desenvolvimento e (b) aos programas sectoriais.	Reduzir a diferença de um terço – Reduzir de um terço a proporção dos países que não têm quadros de avaliação do desempenho transparentes e monitorizáveis. ND	
RESPONSABILIDADE MÚTUA		META PARA 2010	
12	Responsabilidade mútua – Número de países parceiros que avaliam os seus progressos mútuos pondo em prática os compromissos acordados sobre a eficácia da ajuda, incluindo os que são mencionados nesta Declaração.	Todos os países parceiros se submetem a avaliações mútuas. ND	

ND – Não disponível.

Fonte: Elaborado pela equipa de avaliação, com base no Survey Monitoring of Paris Declaration 2011, preenchido pela DPP/IPAD.

Anexo 5 – APD, por Eixo e área de intervenção (2008-2010)

1 - Boa Governação, Participação e Democracia	5.282.170 €
1.1. Apoio à Administração do Estado	4.424.559 €
1.1.1. Segurança e Justiça	2.416.061 €
Desenvolvimento dos serviços legais e judiciários	245.114 €
Programa de Cooperação na Área da Justiça - Assistência Técnica na área da Justiça e Reformas Legislativas	91.484 €
Formação Magistrados CEJ	45.114 €
Bolsas de Estudo - Ensino Jurídico	15.009 €
Cooperação com São Tomé e Príncipe na área da Justiça - Fortalecimento do Sistema Judiciário	93.507 €
Gestão e Reforma dos sistemas de segurança	2.170.947 €
Programa de Cooperação Técnico-Policial	2.152.686 €
Sistema informático de emissão de passaporte electrónico e de vistos de acordo com as novas normas internacionais	18.261 €
1.1.2. Finanças	1.036.842 €
PICATFin	1.029.869 €
Acordo de Cooperação Económica	6.973 €
1.1.3. Apoio ao Processo Eleitoral	74.495 €
1.1.4. Outros	897.161 €
Planeamento e política económica e de desenvolvimento	267.340 €
Reforço da Federação das ONG de São Tomé e Príncipe e dos recursos de apoio às ONG (ONGD ACEP)	56.976 €
Programas de Cooperação com o Parlamento de S. Tomé e Príncipe	184.663 €
Cultura e Lazer	388.182 €
1.2. Outras intervenções	857.611 €
Transporte e armazenamento	206.736 €
Comunicações	201.749 €
Energia	96.778 €
Bancos e serviços financeiros	149.460 €
Serviços Estatísticos	202.888 €

2 - Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza	22.752.323 €
2.1. Educação	14.404.359 €
A Língua Portuguesa nos Contos Tradicionais de São Tomé e Príncipe (ONGD AMU)	11.213 €
Reabilitação de Escolas - CM da Maia	2.741 €
Protocolo de Cooperação para a Educação - CM de Odivelas	2.259 €
A Nossa Escola Primária – Uma Escola da Comunidade (ONGD IED)	62.015 €
Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe	228.532 €
Bolsas de estudo internas	117.659 €
Programa de Apoio ao Ensino Secundário	1.047.257 €
Apoio ao Instituto Diocesano de Formação João Paulo II (ONGD Leigos para o Desenvolvimento)	676.888 €
"Educação para todos"/"Escola +" (ONGD IMVF)	2.661.661 €
Educação e formação de técnicos locais	8.700 €
Acordo de Cooperação Externa entre o Município de Coruche e a República Democrática de São Tomé e Príncipe	22.425 €
Apoio ao Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe (ISPSTP)	145.745 €
Bolsas de Estudo Ensino Superior	1.358.497 €
Bolsas de estudo (Instituto Camões)	8.200 €
Centro de Língua Portuguesa	1.194 €
Encargos com estudantes santomenses que frequentam o Ensino Superior em Portugal ao abrigo do Regime Especial de Acesso.	7.945.000 €
Projecto de Formação ao nível médio e superior - CM da Maia	79.936 €
Estágio na Administração Local - CM da Maia	5.500 €
Gestores de Formação Autárquica (Associação África-Solidariedade)	13.910 €
Outras iniciativas	5.027 €

Anexo 6 – Execução Financeira, por Eixo e área de intervenção – 2008-2010

Designação	Orçamento Inicial 2008-2011 €	2008			2009			2010			Total Orçamento €	Total Executado APD	Taxa de Exec.
		Orçamento €	Execução APD €	Taxa de Exec.	Orçamento €	Execução APD €	Taxa de Exec.	Orçamento €	Execução APD €	Taxa de Exec.			
I - BOA GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	8.099.999,81	2.251.094,00	1.657.296,00	74%	1.873.973,30	1.431.465,00	76%	2.078.357,59	1.150.071,00	55%	6.203.424,89	4.238.832,00	68%
1.1. Capacitação institucional/Reforço Institucional	5.132.982	1.196.964,00	885.024,00	74%	778.820,30	572.470,00	74%	778.304,97	509.161,00	65%	2.754.089,27	1.966.655,00	71%
Programa de apoio ao sector da Justiça	1.188.143,48	105.000,00	97.333,00	93%	119.036,00	86.426,00	73%	111.609,97	46.346,00	42%	335.645,97	230.105,00	69%
Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin)	1.608.982,00	800.000,00	390.140,00	49%	484.770,00	369.673,00	76%	441.850,00	270.056,00	61%	1.726.620,00	1.029.869,00	60%
Programa de Assistência Técnica ao Banco Central	155.856,33	35.856,00	28.442,00	79%	90.066,00	45.033,00	50%	40.155,00	72.305,00	180%	166.077,00	145.780,00	88%
Apoio ao processo eleitoral	100.000,00	30.000,00	0,00	0%	0,00	0,00	-	131.460,00	74.495,00	57%	161.460,00	74.495,00	46%
Assistência técnica à requalificação dos Porto de Ana Chaves e do Príncipe	210.000,00	150.000,00	90.000,00	60%	13.610,30	0,00	0%	25.000,00	0,00	0%	188.610,30	90.000,00	48%
Apoio aos Serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família	75.000,00	44.158,00	44.159,00	100%	33.584,00	33.584,00	100%	28.230,00	28.230,00	100%	105.972,00	105.973,00	100%
1.1.7 Reforço da Capacidade Institucional do LECSTP	0,00	31.950,00	26.960,00	84%	37.754,00	37.754,00	100%	0,00	17.729,00	#DIV/0!	69.704,00	82.443,00	118%
1.1.9 Apoio à gestão da Ajuda- Trust Fund PNUD para a Governação democrática	0,00	0,00	207.990,00	#DIV/0!	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	207.990,00	#DIV/0!
1.1.10 Outros programas e acções a desenvolver	1.795.000,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
1.2. Cooperação Técnico Militar	1.288.408	324.119,00	27.775,00	9%	352.912,00	58.158,00	16%	419.063,00	34.751,00	8%	1.096.094,00	120.684,00	11%
Programa de Cooperação Técnico-Militar	1.288.408	324.119,00	27.775,00	9%	352.912,00	58.158,00	16%	419.063,00	34.751,00	8%	1.096.094,00	120.684,00	11%
1.3. Cooperação na Área da Polícia e Segurança	1.678.610	730.011,00	744.497,00	102%	742.241,00	800.837,00	108%	880.989,62	606.159,00	69%	2.353.241,62	2.151.493,00	91%
Programa de Cooperação Técnico-Policial e Apoio ao processo eleitoral	1.678.610	711.390,00	726.236,00	102%	723.980,00	800.837,00	111%	880.989,62	606.159,00	69%	2.316.359,62	2.133.232,00	92%
1.3.2 Instalação do sistema de passaportes	0,00	18.621,00	18.261,00	98%	18.261,00	0,00	0%	0,00	0,00	-	36.882,00	18.261,00	50%
II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LUTA CONTRA A POBREZA	36.899.999,80	8.275.249,77	6.792.975,00	78%	8.353.521,32	8.125.165,00	97%	7.581.458,67	7.469.971,00	100%	24.210.229,76	22.388.111,00	92%
2.1. Educação	19.200.326,00	5.163.577,17	4.428.599,00	86%	5.750.516,32	5.517.685,00	96%	4.032.916,86	4.569.727,00	118%	14.947.010,35	14.516.011,00	97%
Ensino Secundário	5.422.645,00	2.045.707,17	970.509,00	47%	1.998.407,18	1.996.234,00	100%	1.446.204,86	1.647.595,00	114%	5.490.319,21	4.614.338,00	84%
2.1.1 Projecto de Apoio ao Ensino Secundário	2.627.645	637.431,17	630.357,00	99%	341.366,00	340.782,00	100%	16.600,00	36.529,00	220%	995.397,17	1.007.668,00	101%
2.1.2 Reprografia no Liceu Nacional	0,00	41.609,00	39.589,00	95%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	41.609,00	39.589,00	95%
Apoio ao Instituto Diocesano de Formação + Desafiar Criatividade Escola Futura	464.800,00	164.800,00	215.212,00	131%	200.802,00	199.213,00	99%	265.501,86	262.463,00	99%	631.103,86	676.888,00	107%
Apoio à Escola Portuguesa	130.200,00	85.200,00	85.351,00	100%	85.601,00	85.601,00	100%	71.080,00	57.580,00	81%	241.881,00	228.532,00	94%
Escola + - Dinamização do Ensino Secundário em STP	0,00	666.667,00	0,00	0%	1.370.638,18	1.370.638,00	100%	1.093.023,00	1.291.023,00	118%	3.130.328,18	2.661.661,00	74%
Reabilitação de Infra-estruturas de educação	2.200.000	450.000,00			0,00			0,00			450.000,00		

Ensino Superior		13.290.481,00	2.945.670,00	3.386.172,00	115%	3.572.135,78	3.357.037,00	94%	2.511.756,00	2.855.549,00	122%	9.029.561,78	9.598.758,00	106%
	Acesso ao Ensino Superior	6.800.000,00	1.700.000,00	2.807.000,00	165%	2.807.000,00	2.807.000,00	100%	1.700.000,00	2.331.000,00	137%	6.207.000,00	7.945.000,00	128%
	Cursos e Acções de Formação em Língua Portuguesa	50.000,00	12.500,00	0,00	0%	12.500,00	0,00	0%	12.500,00		0%	37.500,00	0,00	0%
	Apoio ao Instituto Superior Politécnico	57.600,00	25.248,00	25.248,00	100%	54.634,00	0,00	0%	14.400,00	0,00	0%	94.282,00	25.248,00	27%
	Centro de Língua Portuguesa	70.000,00	17.500,00	1.194,00	7%	17.500,00	0,00	0%	17.500,00	0,00	0%	52.500,00	1.194,00	2%
	Rede de Docência (leitores)	256.381,00	65.470,00	54.985,00	84%	39.112,00	39.112,00	100%	89.356,00	14.400,00	16%	193.938,00	108.497,00	56%
	Programa de Bolsas	3.028.250,00	562.476,00	497.745,00	88%	569.531,78	510.925,00	90%	501.000,00	510.149,00	102%	1.633.007,78	1.518.819,00	93%
	Programa Inov Mundus	3.028.250,00	562.476,00	0,00	0%	71.858,00	0,00	0%	177.000,00	0,00	0%	811.334,00	0,00	0%
Cultura		487.200,00	172.200,00	71.918,00	42%	179.973,36	164.414,00	91%	74.956,00	66.583,00	89%	427.129,36	302.915,00	71%
	Centro Cultural Português de S. Tomé e Príncipe	297.200,00	72.200,00	71.918,00	100%	69.554,00	69.554,00	100%	74.956,00	62.107,00	83%	216.710,00	203.579,00	94%
2.1.14	Mediatecas	20.000,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
2.1.15	Ler Mais (Feira do livro)	170.000,00	100.000,00	0,00	0%	110.419,36	94.860,00	86%	0,00	4.476,00	#DIV/0!	210.419,36	99.336,00	47%
2.2. Saúde		12.436.466	1.703.301,00	1.141.580,00	67%	1.366.326,00	1.370.801,00	100%	2.194.280,00	1.776.311,00	80%	5.263.907,00	4.288.692,00	81%
	Saúde para Todos - Alargamento e Consolidação	7.886.465,80	800.000,00			800.000,00			800.000,00			2.400.000,00		
	Saúde para Todos -Especialidades	0,00	0,00	800.000,00	100%	120.000,00	920.000,00	100%	369.280,00	1.328.632,00	103%	489.280,00	3.048.632,00	101%
	Saúde para Todos - Telemedicina	0,00	0,00			0,00			125.000,00			125.000,00		
	Capacitação e Formação na área da Saúde	950.000,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
	Missão de Oftalmologia	0,00	3.301,00	2.943,00	89%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	3.301,00	2.943,00	89%
	Assistência Médica em Portugal (evacuações)	3.600.000,00	900.000,00	338.637,00	38%	446.326,00	450.801,00	101%	900.000,00	447.679,00	49%	2.246.326,00	1.237.117,00	55%
2.3 Desenvolvimento Sócio-comunitário		4.453.208,00	929.208,35	1.116.166,00	120%	1.180.805,00	1.180.805,00	100%	1.138.387,81	976.410,00	83%	3.248.401,16	3.273.381,00	101%
	Projecto Integrado de Emprego e Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe (BUDO-BUDO)	1.509.900,00	376.545,00	658.305,00	175%	368.374,00	368.374,00	100%	520.212,61	240.207,00	46%	1.265.131,61	1.266.886,00	100%
	Desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social em S. Tomé e Príncipe (SCMSTP)	2.125.608,00	413.744,35	413.744,00	100%	681.196,00	681.196,00	100%	475.036,00	475.035,00	94%	1.569.976,35	1.569.975,00	100%
	Projecto descentralizado de segurança alimentar	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	39.992,00	#DIV/0!	0,00	39.992,00	#DIV/0!
	Programa de Apoio à Sociedade Civil (ONGD)	817.700,00	138.919,00	44.117,00	32%	131.235,00	131.235,00	100%	143.139,20	221.176,00	155%	413.293,20	396.528,00	96%
	Gestores de Formação Autárquica (AAS)	0,00	0,00	0,00	-	13.910,00	13.910,00	100%	3.477,60	0,00	0%	17.387,60	13.910,00	80%
	Reforço da Federação das ONG de STP	0,00	0,00	0,00	-	56.976,00	56.976,00	100%	0,00	0,00	-	56.976,00	56.976,00	100%
	Ação contra as doenças cardiovasculares (Cadeia da Esperança)	0,00	0,00	42.592,00	#DIV/0!	0,00	0,00	-	29.764,80	8.346,00	0%	29.764,80	50.938,00	171%
	Projecto Centro Comunitário Cidade das Neves (Ass. Fernão Mendes Pinto)	0,00	0,00	0,00	-	15.419,00	15.419,00	100%	0,00	0,00	-	15.419,00	15.419,00	100%
	A nossa escola primária, Ilha do Príncipe(IED)	0,00	0,00	0,00	-	44.930,00	44.930,00	100%	17.085,00	17.085,00	100%	62.015,00	62.015,00	100%
	Comunidade de Apoio à Vida em S. Tomé e Príncipe - Vertente de Saúde Materno-Infantil (MDM)	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	12.172,80	0,00	0%	12.172,80	0,00	0%
	Projecto Caué (AMI)	0,00	0,00	1.525,00	#DIV/0!	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	1.525,00	#DIV/0!
	A Língua Portuguesa nos Contos Tradicionais Portuguesesde STP (AMU)	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	14.287,00	11.213,00	78%	14.287,00	11.213,00	78%
	Apoio ao desenvolvimento da Região Autónoma do Príncipe (IED)	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	29.597,40	26.968,00	91%	29.597,40	26.968,00	91%

Agir para Prevenir - Sensibilização e saneamento ambiental Príncipe (URBEAFRICA)	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	36.754,60	0,00	0%	36.754,60	0,00	0%
ONGD Médicos do Mundo - VIVER POSITIVO - Proj. Apoio HIV SIDA Sensibilização para a prevenção do HIV/SIDA	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	60.786,00	#DIV/0!	0,00	60.786,00	#DIV/0!
TESE - Escolas Solares STP	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	96.778,00	#DIV/0!	0,00	96.778,00	#DIV/0!
2.4. Ambiente e Ordenamento do Território	700.000,00	454.163,25	81.799,00	18%	30.874,00	30.874,00	100%	190.874,00	80.874,00	44%	675.911,25	193.547,00	29%
2.4.1 Apoio à elaboração da Carta Geológica do Príncipe	300.000,00	75.000,00	0,00	0%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	75.000,00	0,00	0%
2.4.2 Apoio na Área da Cartografia e do Cadastro	400.000,00	300.000,00	0,00	0%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	300.000,00	0,00	0%
2.4.3 Instalação da rede hidrométrica	0,00	52.800,00	52.800,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	52.800,00	52.800,00	100%
Descentralização e Participação Comunitária na gestão resíduos sólidos na cidades de S. Tomé	0,00	0,00	0,00	-	30.874,00	30.874,00	100%	30.874,00	30.874,00	100%	61.748,00	61.748,00	100%
Candidatura Príncipe Reserva Biosfera da UNESCO	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	160.000,00	50.000,00	31%	160.000,00	50.000,00	31%
2.4.6 SICLIMAD	0,00	26.363,25	28.999,00	110%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	26.363,25	28.999,00	110%
Outras Intervenções	110.000,00	25.000,00	24.831,00	99%	25.000,00	25.000,00	100%	25.000,00	66.649,00	212%	75.000,00	116.480,00	155%
Fundo Pequenos Projectos	110.000,00	25.000,00	24.831,00	99%	25.000,00	25.000,00	100%	25.000,00	24.996,00	100%	75.000,00	74.827,00	100%
Arquivos Histórico da Região do Príncipe	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	35.199,00	#DIV/0!	0,00	35.199,00	#DIV/0!
Feira do livro português	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	154,00	#DIV/0!	0,00	154,00	#DIV/0!
Assistência técnica ao Gov. Regional do Príncipe	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	6.300,00	#DIV/0!	0,00	6.300,00	#DIV/0!
Extra-PIC	0,00	300.687,54	434.936,00	145%	456.240,96	638.140,00	140%	380.157,45	10.425.903,00	2790%	1.137.085,95	11.498.979,00	1011%
Protocolos e Programas de Cooperação com Parlamentos homólogos	0,00	43.083,00	43.083,00	100%	74.795,00	74.795,00	100%	74.795,00	66.785,00	89%	192.673,00	184.663,00	96%
Apoio à participação de representantes dos países beneficiários em reuniões internacionais sobre Ambiente	0,00	9.900,00	9.900,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	9.900,00	9.900,00	100%
Criação da Autoridade Nacional designada para os mecanismos de Quioto	0,00	0,00	0,00	-	33.000,00	33.000,00	100%	0,00	0,00	-	33.000,00	33.000,00	100%
Criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe (REPETIDO)	0,00	0,00	0,00	-	36.311,00	0,00	0%	0,00	0,00	-	36.311,00	0,00	0%
Ideologias políticas em S. Tomé e Príncipe Augusto Nascimento	0,00	26.883,00	26.883,00	100%	27.690,00	27.690,00	100%	9.137,00	18.274,00	200%	63.710,00	72.847,00	114%
Actividades de pesquisa do IICT em STP	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	
PIR PALOPII Estatística	0,00	0,00	134.248,00	#DIV/0!	36.772,00	36.772,00	100%	0,00	31.868,00	#DIV/0!	36.772,00	202.888,00	552%
Projecto de cooperação no âmbito da formação inicial - Apoio à Direcção do Turismo e Hotelaria de STP	0,00	24.777,00	24.777,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	24.777,00	24.777,00	100%
PROJECTO GLOBAL - TURISMO - STP	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	5.424,00	#DIV/0!	0,00	5.424,00	#DIV/0!
Linha de crédito até 1MUSD para apoio ao investimento local mediante importação de bens e serviços portugueses	0,00	-9.667,00	-9.667,00		0,00	-9.667,00		0,00	-9.667,00	#DIV/0!	-9.667,00	-29.001,00	
Facilidade de crédito /Acordo cambial (25 M€)	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	25.000,00	0,00	0%	25.000,00	0,00	0%
Acordo de Cooperação Económica	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	21.816,00	6.973,00	32%	21.816,00	6.973,00	32%
Ações de formação em administração pública no INA	0,00	12.900,00	12.900,00	100%	1.400,00	1.400,00	100%	0,00	6.570,00	#DIV/0!	14.300,00	20.870,00	146%
Linha de crédito de ajuda (50 Meur) para importações	0,00	0,00	0,00	-	0,00	290.358,00	#DIV/0!	0,00	9.828.848,00	#DIV/0!	0,00	10.119.206,00	#DIV/0!
Cooperação com o Banco Central de STP em matéria de seguros	0,00	0,00	0,00	-	1.879,00	1.879,00	100%	0,00	1.801,00	#DIV/0!	1.879,00	3.680,00	196%
Apoio à educação: ensino básico e secundário	0,00	4.000,00	4.000,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	4.000,00	4.000,00	100%

Disponibilização de acervos e equipamentos	0,00	0,00	0,00	-	8.293,00	0,00	0%	0,00	0,00	-	8.293,00	0,00	0%
Subsídio de investigação e exclusividade de funções	0,00	0,00	0,00	-	15.099,00	0,00	0%	0,00	0,00	-	15.099,00	0,00	0%
Graduação de Licenciados no ISP - IC	0,00	0,00	0,00	-	21.303,00	0,00	0%	14.400,00	0,00	0%	35.703,00	0,00	0%
Apoio à consulta e investigação de estudantes e professores no ISP de STP	0,00	0,00	0,00	-	15.047,00	0,00	0%	0,00	0,00	-	15.047,00	0,00	0%
Apoio a iniciativas institucionais e da sociedade civil (actividades culturais)	0,00	14.258,00	14.258,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	14.258,00	14.258,00	100%
Apoio à III Bienal de Artes e Cultura em STP	0,00	21.566,00	21.566,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	21.566,00	21.566,00	100%
Apoio à TVS geral	0,00	0,00	0,00	-	14.197,42	14.197,00	100%	14.197,00	0,00	0%	28.394,42	14.197,00	50%
Chancelaria de STP em Lisboa	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	1.224,00	#DIV/0!	0,00	1.224,00	#DIV/0!
Estágio Quadros são tomenses	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	327,00	#DIV/0!	0,00	327,00	#DIV/0!
Plano de Desenv RH destinado quadros das Adm. Postais de STP	0,00	20.132,00	20.132,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	20.132,00	20.132,00	100%
Protocolo de coop com STP no sector postal e telecomunicações (ANACOM com a AGER)	0,00	20.651,54	20.652,00	100%	14.998,00	14.998,00	100%	14.998,00	46.018,00	307%	50.647,54	81.668,00	161%
Cooperação ANACOM no âmbito da União Internacional de Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	-	12.948,04	12.948,00	100%	12.948,00	0,00	0%	25.896,04	12.948,00	50%
Formação de técnicos dos portos dos PALOP e TL no âmbito dos cursos da APDL	0,00	0,00	0,00	-	1.408,50	1.049,00	74%	1.049,00	1.088,00	104%	2.457,50	2.137,00	87%
Formação na área da Saúde em Portugal Dr. Cristiano Almeida - STP	0,00	1.133,00	1.133,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	1.133,00	1.133,00	100%
Apoio projecto das AMI (comissões de serviço (Assist. técnica MS a STP)	0,00	14.645,00	14.645,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	14.645,00	14.645,00	100%
Cooperação com MS de STP para a formação de enfermeiros	0,00	0,00	0,00	-	33.677,00	33.677,00	100%	0,00	23.505,00	#DIV/0!	33.677,00	57.182,00	170%
Missões - Pediatria, Hipertensão e Nutrição	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	64.372,00	#DIV/0!	0,00	64.372,00	#DIV/0!
Modernização da Rádio e Televisão de STP	0,00	54.653,00	54.653,00	100%	18.151,00	18.151,00	100%	18.151,00	0,00	0%	90.955,00	72.804,00	80%
Cooperação na área do Desporto (formação e infra-estruturas e equipamento desportivo)	0,00	0,00	0,00	-	6.000,00	2.297,00	38%	14.000,00	11.393,00	81%	20.000,00	13.690,00	68%
Assessoria ao MCSJDSTP	0,00	0,00	0,00	-	4.875,00	4.875,00	100%	4.875,00	0,00	0%	9.750,00	4.875,00	50%
Prevenção e combate à dopagem no desporto	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	100,00	#DIV/0!	0,00	100,00	#DIV/0!
Documentação e informação	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	400,00	#DIV/0!	0,00	400,00	#DIV/0!
Atelier sobre Turismo	0,00	2.991,00	2.991,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	2.991,00	2.991,00	100%
Apoio ao desenv. Do Instituto Politécnico de S. Tomé (domínio agrícola)	0,00	6.000,00	6.000,00	100%	6.000,00	6.000,00	100%	0,00	0,00	-	12.000,00	12.000,00	100%
(Apoio ao desenvolvimento das cidades irmãs -envio de material escolar e didáctico)	0,00	5.000,00	5.000,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	5.000,00	5.000,00	100%
Envio material diverso CM Lembá (CM Porto)	0,00	29,00	29,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	29,00	29,00	100%
Reabilitação de Escolas - CM Maia	0,00	2.741,00	2.741,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	2.741,00	2.741,00	100%
Projecto de formação de nível médio e superior CMMaia	0,00	13.800,00	13.800,00	100%	14.090,00	14.090,00	100%	60.000,00	52.046,00	87%	87.890,00	79.936,00	91%
Feira de Artesanto da Maia CMMaia	0,00	4.500,00	4.500,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	4.500,00	4.500,00	100%
Estágio na Administração Local . CM Maia	0,00	5.500,00	5.500,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	5.500,00	5.500,00	100%
Reabilitação de camiões	0,00	1.212,00	1.212,00	100%	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	1.212,00	1.212,00	100%
Doação de Ambulâncias	0,00	0,00	0,00	-	6.950,00	6.950,00	100%	0,00	0,00	-	6.950,00	6.950,00	100%

Estágio INOV- Mundus CM Maia	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	1.650,00	0,00	0%	1.650,00	0,00	0%
Apoio à formação profissional não académica	0,00	0,00	0,00	-	8.700,00	8.700,00	100%	9.000,00	0,00	0%	17.700,00	8.700,00	49%
Formação na área de Educação Ambiental	0,00	0,00	0,00	-	162,00	162,00	100%	6.130,00	0,00	0%	6.292,00	162,00	3%
Apoio ao desenvolvimento de actividades/investimentos na área da rede viária e educação	0,00	0,00	0,00	-	15.000,00	15.000,00	100%	15.000,00	0,00	0%	30.000,00	15.000,00	50%
Gestão e desenvolvimento urbano (vários)	0,00	0,00	0,00	-	10.000,00	10.624,00	106%	15.000,00	0,00	0%	25.000,00	10.624,00	42%
Protocolo de Cooperação para a Educação (equipamento escolar e formação)	0,00	0,00	0,00	-	1.880,00	1.880,00	100%	15.000,00	379,00	3%	16.880,00	2.259,00	13%
Acordo de Cooperação entre Município de Coruche e a RDSTP (formação profissional)	0,00	0,00	0,00	-	11.550,00	11.550,00	100%	15.000,00	10.875,00	73%	26.550,00	22.425,00	84%
Geminação para o desenvolvimento no âmbito Cooperação Norte-sul CM Bragança	0,00	0,00	0,00	-	4.065,00	4.065,00	100%	17.406,45	17.406,00	100%	21.471,45	21.471,00	100%
Encontro Intermunicipal Águeda - Neves CM Águeda	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	605,00	605,00	100%	605,00	605,00	100%
Protocolo de Geminação com a Câmara Distrital de Lembá CM Sta Marta Penaguião	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	6.692,00	#DIV/0!	0,00	6.692,00	#DIV/0!
Abastecimento de Água á Cidade de Santana	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	232.597,00	#DIV/0!	0,00	232.597,00	#DIV/0!
Apoio a escola do ensino básico	0,00	0,00	0,00	-	0,00	700,00	#DIV/0!	0,00	0,00	-	0,00	700,00	#DIV/0!
Funcionamento	693.937,00	337.048,11	323.366,00	96%	375.502,64	370.336,00	99%	273.094,00	362.855,00	#DIV/0!	985.644,75	1.056.557,00	107%
Missões Oficiais/Acompanhamento MTSS	0,00	12.226,00	12.226,00	100%	21.907,00	21.907,00	100%	0,00	0,00	-	34.133,00	34.133,00	100%
Envio de Mercadorias IC	0,00	13.644,00	13.644,00	100%	1.286,00	1.286,00	100%	0,00	0,00	-	14.930,00	14.930,00	100%
Bairro da Cooperação + Técnicos Sectoriais de Cooperação+Missões Oficiais/Acompanhamento IPAD+Envio de Mercadorias IPAD+Fundo Maneio da Cooperação+Aquisição viaturas Cooperação	693.937,00	200.965,11	187.283,00	93%	240.776,64	235.610,00	98%	273.094,00	246.511,00	90%	714.835,75	669.404,00	94%
Encargos com Conselheiros e Adidos para a Cooperação MNE - SG	0,00	110.213,00	110.213,00	100%	111.533,00	111.533,00	100%	0,00	116.344,00	#DIV/0!	221.746,00	338.090,00	152%
Total	45.693.937	11.164.079,42	9.208.573,00	82%	11.059.238,22	10.565.106,00	96%	10.313.067,71	19.408.800,00	188%	32.536.385,35	39.182.479,00	120%

Anexo 7 – Comparação Execução APD versus Mapa de Acompanhamento do PIC – 2008-2010

Designação		2008		2009		2010		Total Executado OT €	Total Executado APD €
		Execução €		Execução €		Execução €			
		MAPIC	APD	MAPIC	APD	MAPIC	APD		
I - BOA GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA		2.124.345,00	1.665.033,00	2.196.433,53	1.443.812,00	1.707.429,19	1.164.450,00	6.062.670,72	4.273.295,00
1.1. Capacitação institucional/Reforço Institucional		858.064,00	887.271,00	580.851,01	578.872,00	509.161,47	515.521,00	1.963.085,48	1.981.664,00
	Programa de apoio ao sector da Justiça	99.580,00	99.580,00	101.209,01	92.828,00	52.706,47	52.706,00	253.495,48	245.114,00
	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin)	390.140,00	390.140,00	369.673,00	369.673,00	270.056,00	270.056,00	1.029.869,00	1.029.869,00
	Programa de Assistência Técnica ao Banco Central	28.442,00	28.442,00	45.033,00	45.033,00	72.305,00	72.305,00	145.780,00	145.780,00
	Apoio ao processo eleitoral	0,00	0,00	0,00	0,00	74.495,00	74.495,00	74.495,00	74.495,00
	Assistência técnica à requalificação dos Porto de Ana Chaves e do Príncipe	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
	Apoio aos Serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família	44.159,00	44.159,00	33.584,00	33.584,00	28.230,00	28.230,00	105.973,00	105.973,00
1.1.7	Reforço da Capacidade Institucional do LECSTP	0,00	26.960,00	37.754,00	37.754,00	17.729,00	17.729,00	55.483,00	82.443,00
1.1.9	Apoio à gestão da Ajuda- Trust Fund PNUD para a Governação democrática	207.990,00	207.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207.990,00	207.990,00
1.2. Cooperação Técnico Militar		521.784,00	27.775,00	814.746,00	58.158,00	592.108,72	34.751,00	1.928.638,72	120.684,00
	Programa de Cooperação Técnico-Militar	521.784,00	27.775,00	814.746,00	58.158,00	592.108,72	34.751,00	1.928.638,72	120.684,00
1.3. Cooperação na Área da Polícia e Segurança		749.987,00	749.987,00	800.836,52	806.782,00	606.159,00	614.178,00	2.170.946,52	2.170.947,00
	Programa de Cooperação Técnico-Policial e Apoio ao processo eleitoral	731.726,00	731.726,00	806.781,52	806.782,00	614.178,00	614.178,00	2.152.685,52	2.152.686,00
1.3.2	Instalação do sistema de passaportes	18.261,00	18.261,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.261,00	18.261,00
II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LUTA CONTRA A POBREZA		6.441.411,12	6.751.090,00	8.245.220,30	8.072.215,00	7.612.759,14	7.427.702,00	22.264.927,56	22.353.648,00
2.1. Educação		4.428.599,00	4.386.714,00	5.642.215,30	5.464.735,00	4.776.434,98	4.527.458,00	14.812.786,28	14.481.548,00
Ensino Secundário		970.509,00	970.509,00	1.996.234,74	1.996.234,00	1.647.594,13	1.647.595,00	4.716.978,87	4.716.979,00
2.1.1	Projecto de Apoio ao Ensino Secundário	630.357,00	630.357,00	340.782,41	340.782,00	36.528,57	36.529,00	1.007.667,98	1.007.668,00
2.1.2	Reprografia no Liceu Nacional	39.589,00	39.589,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.589,00	39.589,00
	Apoio ao Instituto Diocesano de Formação + Desafiar Criatividade Escola Futura	215.212,00	215.212,00	199.213,15	199.213,00	262.462,59	262.463,00	676.887,74	676.888,00
	Apoio à Escola Portuguesa	85.351,00	85.351,00	85.601,00	85.601,00	57.580,00	57.580,00	228.532,00	228.532,00
	Escola + - Dinamização do Ensino Secundário em STP	0,00	0,00	1.370.638,18	1.370.638,00	1.093.022,97	1.291.023,00	2.463.661,15	2.661.661,00
	Reabilitação de Infra-estruturas de educação	0,00		0,00		198.000,00		198.000,00	
	Bolsas de Ensino	34.148,00	34.148,00	40.603,00	40.603,00	27.890,00	27.890,00	102.641,00	102.641,00

Ensino Superior	3.386.172,00	3.344.287,00	3.481.566,56	3.304.087,00	3.062.330,11	2.813.280,00	9.792.964,67	9.461.654,00
Acesso ao Ensino Superior	2.807.000,00	2.807.000,00	2.807.000,00	2.807.000,00	2.331.000,00	2.331.000,00	7.945.000,00	7.945.000,00
Apoio ao Instituto Superior Politécnico	25.248,00	25.248,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.248,00	25.248,00
Centro de Língua Portuguesa	1.194,00	1.194,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.194,00	1.194,00
Rede de Docência (leitores)	54.985,00	54.985,00	39.112,00	39.112,00	14.400,00	14.400,00	108.497,00	108.497,00
Bolsas de Ensino	455.860,00	455.860,00	510.646,56	457.975,00	526.244,32	467.880,00	1.492.750,88	1.381.715,00
Programa Inov Mundus	0,00	0,00	71.858,00	0,00	148.416,79	0,00	220.274,79	0,00
Cultura	71.918,00	71.918,00	164.414,00	164.414,00	66.510,74	66.583,00	302.842,74	302.915,00
Centro Cultural Português de S. Tomé e Polo do Príncipe	71.918,00	71.918,00	69.554,00	69.554,00	62.107,00	62.107,00	203.579,00	203.579,00
2.1.15 Ler Mais (Feira do livro)	0,00	0,00	94.860,00	94.860,00	4.403,74	4.476,00	99.263,74	99.336,00
2.2. Saúde	1.141.579,52	1.141.580,00	1.366.326,00	1.370.801,00	1.751.594,32	1.776.311,00	4.259.499,84	4.288.692,00
Saúde para Todos - Alargamento e Consolidação	800.000,00	800.000,00	800.000,00	920.000,00	800.000,00	1.328.632,00	3.034.288,32	3.048.632,00
Saúde para Todos -Especialidades	0,00		120.000,00		389.288,32			
Saúde para Todos - Telemedicina	0,00		0,00		125.000,00			
Missão de Oftalmologia	2.943,00	2.943,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.943,00	2.943,00
Assistência Médica em Portugal (evacuações)	338.636,52	338.637,00	446.326,00	450.801,00	437.306,00	447.679,00	1.222.268,52	1.237.117,00
2.3 Desenvolvimento Sócio-comunitário	764.602,35	1.116.166,00	1.180.805,00	1.180.805,00	948.179,39	976.410,00	2.893.586,74	3.273.381,00
Projecto Integrado de Emprego e Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe (BUDO-BUDO)	306.741,00	658.305,00	368.374,00	368.374,00	240.207,00	240.207,00	915.322,00	1.266.886,00
Desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social em S. Tomé e Príncipe (SCMSTP)	413.744,35	413.744,00	681.196,00	681.196,00	446.805,00	475.035,00	1.541.745,35	1.569.975,00
Projecto descentralizado de segurança alimentar	0,00	0,00	0,00	0,00	39.991,68	39.992,00	39.991,68	39.992,00
Programa de Apoio à Sociedade Civil (ONGD)	44.117,00	44.117,00	131.235,00	131.235,00	221.175,71	221.176,00	396.527,71	396.528,00
Gestores de Formação Autárquica (AAS)	0,00	0,00	13.910,00	13.910,00		0,00	13.910,00	13.910,00
Reforço da Federação das ONG de STP	0,00	0,00	56.976,00	56.976,00		0,00	56.976,00	56.976,00
Acção contra as doenças cardiovasculares (Cadeia da Esperança)	42.592,00	42.592,00	0,00	0,00		8.346,00	42.592,00	50.938,00
Projecto Centro Comunitário Cidade das Neves (Ass. Fernão Mendes Pinto)	0,00	0,00	15.419,00	15.419,00		0,00	15.419,00	15.419,00
A nossa escola primária, Ilha do Príncipe(IED)	0,00	0,00	44.930,00	44.930,00		17.085,00	44.930,00	62.015,00
Comunidade de Apoio à Vida em S. Tomé e Príncipe - Vertente de Saúde Materno-Infantil (MDM)	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Projecto Caué (AMI)	1.525,00	1.525,00	0,00	0,00		0,00	1.525,00	1.525,00
A Língua Portuguesa nos Contos Tradicionais Portuguesesde STP (AMU)	0,00	0,00	0,00	0,00		11.213,00	0,00	11.213,00
Apoio ao desenvolvimento da Região Autónoma do Príncipe (IED)	0,00		0,00			26.968,00	0,00	26.968,00

	Agir para Prevenir - Sensibilização e saneamento ambiental Príncipe (URBEÁFRICA)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	ONGD Médicos do Mundo - VIVER POSITIVO - Proj. Apoio HIV SIDA Sensibilização para a prevenção do HIV/SIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.786,00	0,00	60.786,00
	TESE - Escolas Solares STP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.778,00	0,00	96.778,00
2.4. Ambiente e Ordenamento do Território		81.799,25	81.799,00	30.874,00	30.874,00	83.594,44	80.874,00	196.267,69	193.547,00
2.4.1	Apoio à elaboração da Carta Geológica do Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2	Apoio na Área da Cartografia e do Cadastro	0,00	0,00	0,00	0,00	2.720,44	0,00	2.720,44	0,00
2.4.3	Instalação da rede hidrométrica	52.800,00	52.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.800,00	52.800,00
	Descentralização e Participação Comunitária na gestão resíduos sólidos na cidades de S. Tomé	0,00	0,00	30.874,00	30.874,00	30.874,00	30.874,00	61.748,00	61.748,00
	Candidatura Príncipe Reserva Biosfera da UNESCO	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
2.4.6	SICLIMAD	28.999,25	28.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.999,25	28.999,00
Outras Intervenções		24.831,00	24.831,00	25.000,00	25.000,00	52.956,01	66.649,00	102.787,01	116.480,00
	Fundo Pequenos Projectos	24.831,00	24.831,00	25.000,00	25.000,00	24.995,91	24.996,00	74.826,91	74.827,00
	Arquivos Histórico da Região do Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	21.506,10	35.199,00	21.506,10	35.199,00
	Feira do livro português	0,00	0,00	0,00	0,00	154,00	154,00	154,00	154,00
	Assistência técnica ao Gov. Regional do Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00	6.300,00
Extra-PIC		300.687,54	434.936,00	638.140,03	638.140,00	10.606.244,40	10.425.903,00	11.545.071,97	11.498.979,00
	Protocolos e Programas de Cooperação com Parlamentos homólogos	43.083,00	43.083,00	74.795,00	74.795,00	66.784,70	66.785,00	184.662,70	184.663,00
	Apoio à participação de representantes dos países beneficiários em reuniões internacionais sobre Ambiente	9.900,00	9.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.900,00	9.900,00
	Criação da Autoridade Nacional designada para os mecanismos de Quioto	0,00	0,00	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	33.000,00	33.000,00
	Ideologias políticas em S. Tomé e Príncipe Augusto Nascimento	26.883,00	26.883,00	27.690,00	27.690,00	9.137,00	18.274,00	63.710,00	72.847,00
	Actividades de pesquisa do IICT em STP	0,00		0,00		18.274,00		18.274,00	
	PIR PALOPII Estatística	0,00	134.248,00	36.772,00	36.772,00	0,00	31.868,00	36.772,00	202.888,00
	Projecto de cooperação no âmbito da formação inicial - Apoio à Direcção do Turismo e Hotelaria de STP	24.777,00	24.777,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.777,00	24.777,00
	PROJECTO GLOBAL - TURISMO - STP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.424,00	0,00	5.424,00
	Linha de crédito até 1MUSD para apoio ao investimento local mediante importação de bens e serviços portugueses	-9.667,00	-9.667,00	-9.667,00	-9.667,00	-9.667,00	-9.667,00	-29.001,00	-29.001,00
	Acordo de Cooperação Económica	0,00	0,00	0,00	0,00	6.973,00	6.973,00	6.973,00	6.973,00
	Ações de formação em administração pública no INA	12.900,00	12.900,00	1.400,00	1.400,00	0,00	6.570,00	14.300,00	20.870,00

Linha de crédito de ajuda (50 Meur) para importações	0,00	0,00	290.358,00	290.358,00	9.828.848,00	9.828.848,00	10.119.206,00	10.119.206,00
Cooperação com o Banco Central de STP em matéria de seguros	0,00	0,00	1.879,00	1.879,00	1.801,00	1.801,00	3.680,00	3.680,00
Apoio à educação: ensino básico e secundário	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
Apoio a iniciativas institucionais e da sociedade civil (actividades culturais)	14.258,00	14.258,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.258,00	14.258,00
Apoio à III Bienal de Artes e Cultura em STP	21.566,00	21.566,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.566,00	21.566,00
Apoio à TVS geral	0,00	0,00	14.197,42	14.197,00	14.197,00	0,00	28.394,42	14.197,00
Chancelaria de STP em Lisboa	0,00	0,00	0,00	0,00	1.224,00	1.224,00	1.224,00	1.224,00
Estágio Quadros saotomenses	0,00	0,00	0,00	0,00	326,70	327,00	326,70	327,00
Plano de Desenv RH destinado quadros das Adm. Postais de STP	20.132,00	20.132,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.132,00	20.132,00
Protocolo de coop com STP no sector postal e telecomunicações (ANACOM com a AGER)	20.651,54	20.652,00	14.997,57	14.998,00	6.233,00	46.018,00	41.882,11	81.668,00
Cooperação ANACOM no âmbito da União Internacional de Telecomunicações	0,00	0,00	12.948,04	12.948,00	12.948,00	0,00	25.896,04	12.948,00
Formação de técnicos dos portos dos PALOP e TL no âmbito dos cursos da APDL	0,00	0,00	1.049,00	1.049,00	1.088,00	1.088,00	2.137,00	2.137,00
Formação na área da Saúde em Portugal Dr. Cristiano Almeida - STP	1.133,00	1.133,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.133,00	1.133,00
Apoio projecto das AMI (comissões de serviço (Assist. técnica MS a STP)	14.645,00	14.645,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.645,00	14.645,00
Cooperação com MS de STP para a formação de enfermeiros	0,00	0,00	33.677,00	33.677,00	23.505,00	23.505,00	57.182,00	57.182,00
Missões - Pediatria, Hipertensão e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.372,00	0,00	64.372,00
Modernização da Rádio e Televisão de STP	54.653,00	54.653,00	18.151,00	18.151,00	18.151,00	0,00	90.955,00	72.804,00
Cooperação na área do Desporto (formação e infra-estruturas e equipamento desportivo)	0,00	0,00	2.297,00	2.297,00	11.393,00	11.393,00	13.690,00	13.690,00
Assessoria ao MCSJDSTP	0,00	0,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	0,00	9.750,00	4.875,00
Prevenção e combate á dopagem no desporto	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Documentação e informação	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	400,00	400,00
Atelier sobre Turismo	2.991,00	2.991,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.991,00	2.991,00
Apoio ao desenv. Do Instituto Politécnico de S. Tomé (domínio agrícola)	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
Apoio ao desenvolvimento das cidades irmãs -envio de material escolar e didáctico	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Envio material diverso CM Lembá (CM Porto)	29,00	29,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,00	29,00

Reabilitação de Escolas - CM Maia	2.741,00	2.741,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.741,00	2.741,00
Projecto de formação de nível médio e superior CMMaia	13.800,00	13.800,00	14.090,00	14.090,00	52.046,00	52.046,00	79.936,00	79.936,00
Feira de Artesanto da Maia CMMaia	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	4.500,00
Estágio na Administração Local . CM Maia	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	5.500,00
Reabilitação de camiões	1.212,00	1.212,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.212,00	1.212,00
Doação de Ambulâncias	0,00	0,00	6.950,00	6.950,00	0,00	0,00	6.950,00	6.950,00
Estágio INOV- Mundus CM Maia	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650,00	0,00	1.650,00	0,00
Apoio à formação profissional não académica	0,00	0,00	8.700,00	8.700,00	0,00	0,00	8.700,00	8.700,00
Formação na área de Educação Ambiental	0,00	0,00	162,00	162,00	0,00	0,00	162,00	162,00
Apoio ao desenvolvimento de actividades/investimentos na área da rede viária e educação	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Gestão e desenvolvimento urbano (vários)	0,00	0,00	10.624,00	10.624,00	0,00	0,00	10.624,00	10.624,00
Protocolo de Cooperação para a Educação (equipamento escolar e formação)	0,00	0,00	1.880,00	1.880,00	379,00	379,00	2.259,00	2.259,00
Acordo de Cooperação entre Município de Coruche e a RDSTP (formação profissional)	0,00	0,00	11.550,00	11.550,00	10.875,00	10.875,00	22.425,00	22.425,00
Geminação para o desenvolvimento no âmbito Cooperação Norte-sul CM Bragança	0,00	0,00	4.065,00	4.065,00	17.406,00	17.406,00	21.471,00	21.471,00
Encontro Intermunicipal Águeda - Neves CM Águeda	0,00	0,00	0,00	0,00	605,00	605,00	605,00	605,00
Protocolo de Geminação com a Câmara Distrital de Lembá CM Sta Marta Penaguião	0,00	0,00	0,00	0,00	6.692,00	6.692,00	6.692,00	6.692,00
Abastecimento de Água á Cidade de Santana	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	232.597,00	500.000,00	232.597,00
Apoio a escola do ensino básico	0,00	0,00	700,00	700,00	0,00	0,00	700,00	700,00
Funcionamento	337.048,00	323.366,00	369.050,00	370.336,00	246.511,00	362.855,00	952.609,00	1.056.557,00
Missões Oficiais/Acompanhamento MTSS	12.226,00	12.226,00	21.907,00	21.907,00	0,00	0,00	34.133,00	34.133,00
Envio de Mercadorias IC	13.644,00	13.644,00	0,00	1.286,00	0,00	0,00	13.644,00	14.930,00
Bairro da Cooperação(Técnicas Sectoriais de Cooperação+Missões Oficiais/Acompanhamento IPAD+Envio de Mercadorias IPAD+Fundo Maneio da Cooperação+Aquisição viaturas Cooperação)	200.965,00	187.283,00	235.610,00	235.610,00	246.511,00	246.511,00	683.086,00	669.404,00
Custos Administrativos - Encargos com Conselheiros e Adidos para a Cooperação MNE - SG	110.213,00	110.213,00	111.533,00	111.533,00	0,00	116.344,00	221.746,00	338.090,00
Sub-Total	9.203.491,66	9.174.425,00	11.448.843,86	10.524.503,00	20.172.943,73	19.380.910,00	40.825.279,25	39.182.479,00

Bibliografia

- Aid Flows, http://www.aidflows.org/ST_Beneficiary_View.pdf
- Banco de Portugal, 2011, *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010/2011*, http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2011.pdf
- Banco Mundial, <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>; <http://data.worldbank.org/country/sao-tome-and-principe>
- CPLP, 2011, *Metas de Desenvolvimento do Milénio. Segundo Relatório de Progresso*, http://www.cpf.org.pt/docs/RELATORIO_PROGRESSO%20DOS_ODM_NA_CPLP%202011.pdf
- Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento*, 2005, <http://www.oecd.org/dataoecd/56/41/38604403.pdf>
- FMI, 2010, Comunicado de Imprensa por ocasião da Conclusão da Missão do FMI à República Democrática de São Tomé e Príncipe, <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2010/pr10429p.pdf>
- FMI, 2011, Comunicado de Imprensa por ocasião da Conclusão da Missão do FMI à República Democrática de São Tomé e Príncipe, <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2010/pr1065p.pdf>;
- FMI, 2011, *Comunicado de Imprensa por ocasião da Conclusão da Missão do FMI à República Democrática de São Tomé e Príncipe*, <http://www.imf.org/external/portuguese/np/sec/pr/2011/pr11328p.pdf>
- INE e Ministério da Saúde de STP; 2010, *Inquérito Demográfico e Sanitário de S. Tomé e Príncipe (2008-2009)*, <http://www.measuredhs.com/pubs/pdf/FR233/FR233.pdf>
- IPAD, 2005, *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/EstrategiaCooperacao/Documents/Visao_Estrategica_editado.pdf
- IPAD, 2007, *Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – S. Tomé e Príncipe (2005-2007)*, http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/Avaliacao%20e%20Auditoria%20Interna/Documents/AVAL_PIC_STP_refin.pdf
- IPAD, 2008, *Programa Indicativo de Cooperação Portugal, São Tomé e Príncipe 2008-2011*. <http://www.ipad.mne.gov.pt/Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Bilateral/SaoTomePrincipe/ProgramaIndicativoCooperacao/Paginas/default.aspx>
- IPAD, 2009, *Auto-avaliação para a implementação do Código de Conduta da UE em matéria de complementaridade e divisão das tarefas na política de desenvolvimento*, http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/AjudaPublicaDesenvolvimento/Documents/Div_Trab_AutoAval_VF.pdf
- Ministério do Planeamento e Finanças, 2005, *Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza S. Tomé e Príncipe. Resumo*, http://www.orp.st/download/resumo_ENRP_2005.pdf
- Ministério do Plano e das Finanças, 2002, *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*, http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf
- Ministério do Plano e das Finanças, 2007, *Relatório de Progresso da Estratégia de Redução da Pobreza*, <http://www.uns.st/undp/fr/download/PROGRESS%20DSRP%202007-POR.pdf>
- Nações Unidas, 2008, *Objectifs Du Millénaire Pour Le Développement. Deuxième Rapport National De Suivi*, <http://www.unstp.org/images/docs/RapportOMDfr2.pdf>
- OCDE, 2007, *Principles for Good International Engagement in Fragile States & Situations*, <http://www.oecd.org/dataoecd/61/45/38368714.pdf>
- OCDE, vários anos, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries*, Paris.
- OMS, 2006, *Country Health System Fact Sheet 2006. Sao Tome and Príncipe*, <http://www.afro.who.int/pt/sao-tome-e-principe/representacao-da-oms-sao-tome-e-principe.html>
- OMS, 2006, *Health Profile of São Tome and Príncipe*, http://www.afro.who.int/index.php?option=com_content&view=article&id=1049&Itemid=2103&lang=en

- OMS, 2009, *Estratégia de Cooperação da Organização Mundial de Saúde com os países 2008-2013: S. Tomé e Príncipe*, <http://www.afro.who.int/pt/sao-tome-e-principe/representacao-da-oms-sao-tome-e-principe.html>
- OMS, UNICEF, 2010, *Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation*, http://www.wssinfo.org/fileadmin/user_upload/resources/1278061137-JMP_report_2010_en.pdf
- PNUD, 2008, *Rapport National sur le Développement Humain a São Tomé e Príncipe 2008*, [http://www.unS. Tomé e Príncipe.org/images/docs/RNDH2008.pdf](http://www.unS.Tomé e Príncipe.org/images/docs/RNDH2008.pdf)
- PUND, 2008a, *Objectifs du Millénaire Pour Le Développement. Deuxième Rapport National de Suivi*, <http://www.unstp.org/images/docs/RapportOMDfr2.pdf>
- UNESCO, Institute for Statistics <http://www.uis.unesco.org/Pages/default.aspx>